



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 31**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 8 de Julho de 2009**

**Presidente:** Deputado Francisco Coelho

**Secretários:** Deputados José Ávila (*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Lima*) e Cláudio Lopes

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.*

No Período de Informação Parlamentar foi apresentada a correspondência.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** e ao abrigo do artigo 74º, proferiram declarações políticas a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Sobre a primeira usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), António Marinho (*PSD*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Alexandre Pascoal (*PS*), João Costa (*PSD*), Helder Silva (*PS*), José Ávila (*PS*), Manuel Avelar (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), da Educação e Formação (*Lina Mendes*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

**Agenda da Reunião**

**1 – Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime excepcional de libertação da caução nos contratos de empreitadas de obras públicas”;**

Usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), José Cascalho (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

**2 - Projecto de Resolução – “Recomendando ao Governo que, no cumprimento das suas competências na área da Educação, promova junto das Unidades Orgânicas da Região a inclusão nos seus Projectos Educativos e Planos Anuais a Temática da Educação Intercultural”,** apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Piedade Lalandia (*PS*), Graça Teixeira (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Rui Ramos (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Catarina Furtado (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

O projecto foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**3 - Projecto de Resolução – “Medidas para o extermínio, controlo e prevenção da infestação de térmitas na Região Autónoma dos Açores”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Cascalho, a quem coube a apresentação do diploma, José San-Bento (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Secretária Regional do Trabalho e a Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O projecto foi rejeitado por maioria.

**4 - Projecto de Resolução – “Criação da Euro-Região da Macaronésia”,** apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

*(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 43 minutos).*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Agradecia que ocupasse os vossos lugares.

O Sr. Secretário vai proceder à chamada dos Srs. Deputados.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Helder Guerreiro Marques da Silva**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José de Sousa Rego**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria da Graça Lopes Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

**Nélia** Maria Pacheco **Amaral**

**Ricardo** Manuel Viveiros **Cabral**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António** Maria Silva **Gonçalves**

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**António** Pedro Rebelo **Costa**

**Carla** Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Jaime** António Silveira **Jorge**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**Jorge** Alberto da **Costa** **Pereira**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Mark** Silveira **Marques**

**Pedro** António de Bettencourt **Gomes**

**Rui** Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel** Jorge Igrejas **Moreira**

**Luís** Virgílio de Sousa da **Silveira**

**Paulo** Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

**Pedro** Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

***Bloco de Esquerda (BE)***

**José** Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

**Zuraida** Maria de Almeida Soares

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal da Conceição Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberto a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários para procederem à leitura da correspondência.

**Secretário (José Ávila):** Da Presidência do Governo, envio da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Atribuição do suplemento remuneratório a pessoal afecto à Aerogare Civil das Lajes da Região Autónoma dos Açores, em regime de disponibilidade permanente.”

Baixou à Comissão de Política Geral.

**Secretário (Cláudio Lopes):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o Projecto-Lei nº 786/X – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro.

**Secretário (José Ávila):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 250/2009 – Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos.

**Secretário (Cláudio Lopes):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 251/2009 – Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (cites), do Regulamento (CE) nº 338/97, do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) nº 865/2006, da Comissão, de 4 de Maio de 2006, revogando o Decreto-Lei nº 114/90, de 5 de Abril.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o combinado em conferência de líderes, temos para hoje a apresentação e debate de duas declarações políticas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com este Plenário, encerramos a primeira sessão legislativa desta legislatura.

É tempo de uma análise (ainda que em traços largos) do estado da Região.

Hoje, da bancada da maioria às bancadas das oposições, a sintonia é clara: - o estado da Região é mau.

Afinal, a tal crise que não chegaria aos Açores – pura e simplesmente, porque o Governo Regional não deixava – chegou (e de forma brutal) para os mais carenciados e para aqueles que, de seu, só têm a sua força de trabalho.

Crise esta – e é preciso não esquecê-lo – que vem acentuar a crise já existente.

O desemprego (que agora explodiu) vinha, no ano de 2008, a subir de forma constante (e referimo-nos, apenas, aos dados coligidos, oficialmente).

Apesar do aumento da riqueza gerado na Região, a divergência, na sua distribuição, aumentava constantemente.

Com os salários médios mais baixos do país (e, por consequência, da Europa) e a generalidade dos índices sociais e culturais baixos, relativamente ao continente.

Era esta a realidade, em Outubro de 2008, que a crise internacional veio agravar de forma substancial.

O desemprego oficial – acrescentado do oficioso – é, pois, o mais grave problema social da Região.

Problema este que o Governo Regional falhou, redondamente, no seu combate. E falhou porque a sua política está errada.

O Bloco de Esquerda, por altura do debate do Plano e Orçamento, apresentou, nesta Casa, duas propostas concretas para o combate a este flagelo:

- investimento na recuperação do Parque Habitacional;
- aumento de 50 euros para todas as pensões, abaixo do salário mínimo regional.

Sendo o sector da construção civil o mais afectado pela crise e sendo o tecido empresarial composto, na sua grande maioria, por micro e pequenas empresas, torna-se claro que a capacidade geradora de emprego desta orientação política era a mais eficaz, rápida e útil, na preservação do nosso património edificado.

A segunda proposta, para além da mais elementar justiça social, contribuiria, no seu conjunto e de imediato, para um importante reforço de entrada de capital, na economia regional, beneficiando o consumo interno e, por via disso, as micro e pequenas empresas.

O Governo e a maioria que o suporta zurziram as nossas propostas.

Mas, hoje, o flagelo do desemprego mantém-se, o que demonstra a falência completa das políticas implementadas.

Naquilo que era crucial, nesta conjuntura difícil, o Governo Regional falhou.

Como, aliás, tem falhado, em sectores estratégicos para o desenvolvimento futuro da Região.

Na Educação, seguindo as pisadas economicistas do Governo da República, o Governo Regional, embora adocicando a voz, mais não fez do que castigar os(as) professores(as), imputando-lhes a responsabilidade exclusiva de todos os males, na educação, e avançando com reformas que transformam a função pedagógica e educativa, numa carga burocrática e administrativa.

O próprio processo do Estatuto da Carreira Docente foi uma trapalhada, no seu desenvolvimento.

Certo estava o Bloco de Esquerda quando, em Fevereiro, propôs, nesta Casa, a reabertura de um novo processo negocial, de forma a ser possível a criação de novas pontes de diálogo.

A pressa e o rolo compressor da maioria tal impediram e a cegueira era tanta que, volvidos três meses, cá estava ela a emendar o que antes tinha aprovado.

As debilidades, na área do Conhecimento, são conhecidas, na nossa Região; pese embora as estatísticas, a realidade da iliteracia é chocante e penalizadora do desenvolvimento da Região.

Mas o Governo responde a esta situação, amachucando o vértice mais importante.

O falhanço deste Governo prossegue, numa área tão estratégica, como é o Mar para o futuro dos Açores.

Este Governo e a maioria que o apoia, ao votarem contra a proposta do Bloco de Esquerda – de impor uma cláusula de excepção sobre a gestão da nossa ZEE – hipotecaram, por muitos anos, a defesa dos recursos marítimos que nos pertencem.

Pode o Governo Regional pagar quantas viagens for preciso ao Sr. Joe Borg, Comissário para os Assuntos Marítimos e Pescas, que a situação não se altera por isso.

Foi com a liderança de Durão Barroso e a gestão deste senhor que se consumou este atentado contra os nossos recursos.

A estratégia dos grandes interesses, no sector das pescas, são prevalecentes e fazem ganho de causa na Comissão Europeia.

Alterações a esta actual política, por iniciativa destes senhores, só quando a delapidação dos recursos for de tal ordem que os interesses instalados abrem mão, por já não terem nada que agarrar.

Não rever o Tratado de Lisboa é um erro histórico, para os Açores.

Bem pode o Sr. Secretário Regional Álamo Meneses, juntamente com o Sr. Presidente do Governo Regional, dizer que tal Comissário é amigo e gosta muito dos Açores; não passam de atoardas para enganar os Açorianos, a par dos efeitos nulos do processo judicial.

Tudo propaganda, para esconder que este Governo e a maioria que o apoia soçobraram, na defesa dos Açores, ao capricho político de Sócrates de ser o patrono de um mau tratado, imposto a golpe aos povos da Europa, para defesa dos tais grandes interesses que comandam a política, na União Europeia.

Mas, neste particular, o PS não está só; acompanham-no, neste fado triste, o PSD e o CDS.

O ambiente, pedra de toque desta Região, não é tratado como um diamante, mas sim como carvão de pouco valor calórico.

O ordenamento do território é palavra vã, constrói-se por tudo quanto é sítio, nas principais cidades; ao invés da reconversão e preservação do edificado, aposta-se, quase exclusivamente, no fazer novo e deixar cair ou terceirizar o construído.

Conseguimos ter os transportes públicos terrestres mais desconexos e caros do país, numa aposta suicida no automóvel. A tristeza é que, nesta competição funesta, concorrem o PS e o PSD – este, em particular, na maior cidade do Arquipélago, deixa a sua impressão digital de CO2 e congestionamento.

Construção sem regras, atentatória do ambiente e da paisagem, ilegal, onde os estudos de impacto ambiental são figuras de estilo, eis a marca desta governação, que tem na Fajã do Calhau o seu ex-libris.

E aí temos nós os Açores transformados num gigantesco campo de treino militar aéreo.

Não chegava termos presença, na fotografia, como parte de uma guerra baseada na mentira e na fraude, como a do Iraque.

Não chegava ser base para uma plataforma de guerra que não serve os Açores, nem o país e onde, cada vez menos trabalhadores portugueses auferem o seu sustento, sendo sujeitos a todas as ilegalidades.

Como se compagina a aposta num turismo de qualidade, dirigido a pessoas informadas e exigentes, com a existência de um campo de treinos aéreos militares?

Nada mais inoportável.

Mas a maior impostura é o facto desta zona de treinos nos ser impingida como geradora de novos empregos. Algo que patentes norte-americanas se apressam a desmentir, por se tratar, não só de material tecnologicamente avançado, como muito dele secreto.

Logo, nem um emprego português gera.

Mais uma vez, por razões de seguidismo ideológico, esta governação hipoteca o futuro dos Açores.

Contudo, se o ex-libris em atentado ambiental é a Fajã do Calhau, em matéria económica, de ataque à democracia social e de direitos dos açorianos e açorianas, é a política de privatizações que este Governo continua a porfiar, como seu desígnio estratégico.

São estes os efeitos de uma política errada, de entrega aos interesses estabelecidos dos nossos recursos e dos serviços públicos, que impedem um desenvolvimento sustentável dos Açores e de um futuro de esperança para quem cá vive.

O estado da Região é, de facto, mau; os açorianos e açorianas sabem-no e sentem-no na pele.

A máquina de propaganda montada pelo Governo Regional, que transforma num feito qualquer acção do Governo e propaga o conformismo e a resignação, não conseguem esconder a realidade.

O PS, quer a nível nacional, quer a nível regional, governa com o programa do PSD. O que não faz deste partido qualquer alternativa credível, para dar esperança e mobilização, na construção de uns Açores virados, com ambição, para o futuro.

Os Açores precisam de outra política, de uma política socialista de esquerda, que coloque os serviços públicos como alavanca do seu desenvolvimento e não como expediente de negócio para alguns.

Que faça da Escola e do desenvolvimento cultural da nossa sociedade, âncoras seguras do nosso futuro, mais informado, mais consciente e mais fecundo.

Que transforme o paradigma económico, assente em baixos salários e qualificações, em peça museológica, de má memória.

Que transforme as nossas potencialidades naturais – quer sejam de recursos ou estratégicas – em fonte de desenvolvimento e bem-estar e não em oportunidades perdidas ou peças de guerra de interesses exteriores aos Açores.

Hoje, nesta Casa, o Bloco de Esquerda reafirma a oportunidade, a urgência e a necessidade de se caminhar depressa para a concretização de dois projectos vitais para os Açores; projectos que, em nosso entender, têm capacidade para se transformarem em fonte de novas oportunidades e abrirem, decididamente, os Açores ao mundo e ao progresso.

Falamos da implantação de um Centro de Investigação Internacional, dedicado ao estudo do mar, biotecnologia, alterações climáticas e vulcanologia.

Um centro de dimensão e capacidade a nível mundial, capaz de atrair jovens qualificados de todo o mundo e factor directo e indirecto de expansão económica; capaz de contrariar, pelos seus efeitos, a desertificação de competências e humanas de que sofre, hoje, a Região; capaz de premiar o mérito e a dedicação de bolseiros que, actualmente, vendem o seu conhecimento por 600 euros por mês, em total precariedade.

É um projecto com ambição e urge dar passos para o pôr de pé. Esta área, em progressão por todo o mundo, exige que nos apressemos para não chegarmos atrasados.

A sua necessidade e viabilidade é demonstrada pelo estudo coordenado pelo Prof. Ernâni Lopes, para a Associação Comercial de Lisboa e o desenvolvimento desta área, no Norte da Europa e Estados Unidos, é patente. Não só como centro de investigação, mas também como centro vendedor de tecnologia.

Não chega vir o ministro Mariano Gago, de fugida, falar no assunto; tem o Governo Regional de o agarrar com unhas e dentes.

Ao mesmo tempo, a nossa privilegiada situação estratégica, pode deixar de ser encarada como plataforma de guerra mas, pelo contrário, como factor de paz e desenvolvimento dos Açores.

A possível e desejável transformação desta situação estratégica, numa plataforma logística para a aviação comercial, telecomunicações e outras vertentes nestas áreas, não pode ser um assunto tabu.

Este tabu é apenas mais um contributo para a hipoteca do nosso futuro e das futuras gerações.

A Esquerda socialista não se conforma com o actual estado das coisas, nem com a gerência da resignação. Os Açores precisam de ambição, de determinação e de políticas viradas para o futuro.

É urgente a construção de uma alternativa às actuais políticas do PS e do PSD, por forma a que os Açores sejam terra-mãe de todos(as) e não só de alguns, como hoje é visível. É a este combate que vimos.

**Deputado José Cascalho (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

\* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tivemos o Bloco de Esquerda no seu melhor!

Parafrazeando Fernando Pessoa, tivemos o Bloco de Esquerda revisitado nesta Assembleia, revisitando um conjunto de matérias que ao longo destes últimos meses nos foi trazendo, que nos são caras, mas também alterando aquilo que é a interpretação real dos números e dos factos. Vejamos:

Veio o Bloco de Esquerda falar no desemprego. Já ontem se falou na taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores.

“É o resultado da crise!” – disse a Sra. Deputada, e muito bem.

É efectivamente o resultado da crise.

O que a Sra. Deputada se esqueceu de dizer e ontem o Sr. Deputado do PSD também se esqueceu de referir, é que a taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores continua a ser, não obstante o nível que apresenta e que ultrapassa hoje os 6%, a mais baixa do espaço da União Europeia.

Se há coisa que queremos e que fizemos questão de apresentar e de justificar no âmbito das medias que foram aprovadas nesta casa, e outras em sede de conselho do Governo, foi precisamente a prioridade para o emprego, a prioridade para as pessoas no âmbito dessas mesmas políticas.

Foi isso que foi feito quando se apoiaram as empresas, foi isso que foi feito quando se apoiou a habitação, a habitação que a senhora diz que foi uma construção desenfreada, desordenada, etc.

Estamos a proteger as pessoas com as políticas que vimos implementando nessas matérias, porque as pessoas estão no centro das nossas preocupações e esta crise económica, como é sabido, começou por ser uma crise financeira e é uma crise que tem o seu epicentro na construção civil, imobiliário e no sector bancário.

Portanto, as medidas que a este nível foram implementadas na Região Autónoma dos Açores são as medidas que importava fazer aprovar e precisamente o facto da taxa de desemprego se manter ao nível mais baixo no espaço da União Europeia é a razão para nós podermos dizer que essas medidas têm surtido o seu efeito. Não fazem milagres, é verdade Sra. Deputada.

É lamentável, é pena!

Foi dito ontem aqui pelo Sr. Vice-Presidente que mesmo que houvesse apenas um desempregado, estaríamos preocupados e investiríamos na resolução desse problema. Mas é um facto que não podemos alterar. Existe desemprego. Temos o mais baixo, mas esse facto é incontornável.

Continuaremos a trabalhar para minimizar os impactos desta crise económica.

A Sra. Deputada pensa que com duas medidas que pretendeu ver aprovadas teríamos efeitos milagrosos na nossa economia que ultrapassariam certamente as dezenas de medidas que foram aprovadas por este Governo.

Eu não acredito.

Penso que muitos deputados nesta casa, mesmo fora desta bancada, não acreditam e estou certo que os açorianos não acreditam nisso que a senhora veio aqui dizer.

A Sra. Deputada esquece-se de dizer uma outra coisa, é que a taxa de empregabilidade nos Açores continua a crescer. Este é um factor importante, porque significa que se continua a gerar mais riqueza nos Açores, ao contrário daquilo que a Sra. Deputada vem aqui dizer sugerindo a pobreza (sempre esse discurso miserabilista!) numa Região que ao longo da última década se tem afirmado do ponto de vista económico e financeiro, se tem projectado e que tem hoje rácios ao nível da produção, da geração de riqueza, que estão ao nível e até acima daquilo que são os níveis de várias regiões, no país, no continente.

Vem a Sra. Deputada falar na educação. A Sra. Deputada ainda não me explicou, nem explicou aos Deputados desta bancada, o que é que pretende.

É muito fácil dizer mal das medidas que aqui são trazidas e aprovadas.

O que eu gostava de compreender, porque nunca conseguimos compreender, é o que a senhora defende como medidas para defender o sector da educação.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Os senhores não responderam!

**O Orador:** A educação não é apenas preocupação com os professores.

A educação é a preocupação com todo o sector e preocupação com os açorianos, com os seus filhos, com os seus pais também.

É isso que a senhora devia ter vindo aqui reflectir e não apenas dizer mal de tudo, que aliás, é o apanágio daquilo que são as suas intervenções.

Vem a Sra. Deputada dizer mal do Tratado de Lisboa.

Que novidade, Sra. Deputada!

A Sra. Deputada diz mal do Tratado de Lisboa.

A Sra. Deputada diz mal do Acordo das Lajes!

A Sra. Deputada diz mal, porque a Sra. Deputada não quer nada, não quer Europa, não quer uma cooperação entre a Europa e os Estados Unidos e com isso a Sra. Deputada não protege aquilo que queremos ver protegido, que são os trabalhadores da Base das Lajes, trabalhadores da Terceira, população sobretudo da Terceira, que representam nada menos do que 2,5% da população da Terceira e têm uma expressão, do ponto de vista económico nesta ilha, muito superior a esses 2,5%.

Portanto, a Sra. Deputada devia-nos dizer aqui nesta casa, com clareza, o que é que defende para proteger esses trabalhadores, porque se eu percebo bem, com os seus preconceitos políticos que acompanha todo o Bloco de Esquerda, ser anti-americana, o que a Sra. Deputada efectivamente defende é os americanos daqui para fora.

Portanto, o que a Sra. Deputada efectivamente defende é que esses 2,5% da população da Terceira empregada na Base das Lajes, fique no desemprego, ao contrário das preocupações que começou por reflectir nesta casa.

Vem a Sra. Deputada falar na política do Mar.

Seja bem-vinda ao clube!

Gostei muito de ouvir a Sra. Deputada falar no Centro de Investigação do Mar. Há dois meses ouvimos um deputado da bancada do PSD defender isso. Eu fico muito contente quando vejo cada vez mais partidos a falar. É escusado é fazer nesse tom, porque a Sra. Deputada em vez de dizer da forma como disse, podia vir ali àquela bancada e dizer: nós defendemos aquilo que é o Programa eleitoral do Partido Socialista, porque também juntamos a nossa voz à vossa no sentido de nos Açores ser criado um Centro para a Investigação dos Recursos do Mar.

Juntamos à vossa, juntamos à do PSD que se juntou mais recentemente à nossa.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Aquilo que o senhor está a dizer é uma tristeza!

**O Orador:** Assim, dizia exactamente a mesma coisa, mas dizia, digo eu, num tom mais ajustado.

Relativamente ao mar há uma coisa que ninguém diz e que é óbvio. Têm muitas preocupações com tudo, mas ninguém se lembra de que as nossas preocupações, as preocupações do Governo são de tal modo que nós também nesta matéria conseguimos aquilo que mais nenhuma região na Europa consegue, que é ter uma reserva de direito de exploração sobre uma área correspondente a 100 milhas.

Sra. Deputada, onde é que encontra uma região na Europa que tenha um exclusivo sobre uma área tão extensa quanto aquela que mantemos nos Açores?

Esta questão não é de somenos, porque é esta a comparação que deve ser feita, porque esta questão não caiu do céu. Cai do trabalho político que tem sido desenvolvido ao longo dos últimos anos, por sucessivos governos da Região Autónoma dos Açores.

A Sra. Deputada mostrou aqui que são contra tudo: são contra as privatizações, contra a Europa, a América, contra o desenvolvimento económico, são contra regras na educação.

Os senhores não querem nada!

Os senhores querem verdadeiramente destruir tudo.

Que alternativa poderá o Bloco de Esquerda ser nesta Região?

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

\* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para assinalar que esta intervenção da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda visou apenas garantir aquilo a que se pode chamar os serviços mínimos parlamentares que o Bloco de Esquerda trouxe a esta sessão legislativa.

Cumpriu uma obrigação de dar sinal de vida de vez enquanto neste suposto balanço de legislatura.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** O senhor não devia estar cá!

**O Orador:** O balanço de legislatura foi tão atabalhado que este discurso repetido (tão repetido!) de falar mal, de criticar, de criticar, de criticar, não teve sequer a atenção para mudar este discurso em relação à realidade. Dou apenas um exemplo:

A Sra. Deputada disse aqui que uma das partes do balanço negativo deste primeiro ano de legislatura tinha sido o Governo dos Açores ter mantido a sua política de privatizações.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Ouviu mal!

**O Orador:** Que eu me lembre, nesta legislatura, não foi privatizado nada.

Então diga-me onde é que está a continuação dessa política de privatização?

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Está em *stand by*!

**O Orador:** Já tinha o discurso feito há um ano, é o discurso que apresenta hoje, é o discurso que vai apresentar no próximo orçamento...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Vai ser sempre!

**O Orador:** ... e é o discurso que fará no balanço de legislatura,...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** É verdade!

**O Orador:** ... um discurso sem ter em conta a realidade. Isto é uma prova clara, porque nesta legislatura não só o Governo, neste período legislativo, não privatizou absolutamente nada, como inclusivamente, para manter o emprego, assumiu publicamente empresas que eram privadas.

Portanto, fez exactamente o inverso daquilo que a senhora fez como balanço desta legislatura.

O seu discurso não merece mais do que esta análise. É um discurso que enferma nestas ideias repetidas, ainda com inspiração tão sequista, que se mantém e que é reforçada.

Peço, nesta fase de balanço interno para garantir o serviço mínimo da actividade parlamentar, que tivesse um pouco mais de criatividade ou pelo menos de actualização de discurso em função da realidade.

Repetir cem vezes uma coisa...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** As vezes necessárias!

**O Orador:** ... nem sempre bate certo e, acredite, uma mentira cem vezes repetida nunca se tornará uma verdade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

\* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma curta intervenção para, em primeiro lugar, dar as boas-vindas, ao debate, ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que ontem resolveu nada dizer sobre estas matérias.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Sentiu-se lesado! Oh, que chatice! Lamentamos!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Já acalmaram?

A Sra. Deputada Catarina está muito incomodada hoje. Aliás, anda incomodada há dias.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** É com a sua postura!

**O Orador:** Como estava a dizer é só para dar as boas-vindas, ao debate, ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com algumas afirmações que muito sinceramente às vezes não sei se servem para rir ou se servem para chorar.

O Bloco de Esquerda trouxe aqui, e bem, uns temas melhores do que outros, e trouxe designadamente o problema do desemprego.

Para que não restem dúvidas e uma vez que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista trouxe o PSD novamente a debate relativamente a essa questão (é a tal obsessão permanente) e disse que a taxa é a mais baixa, o senhor deve ver noutra perspectiva (estamos a falar de uma situação de crise), porque é aquela que mais aumenta.

**Deputado Helder Silva (PS):** Demonstre!

**O Orador:** Demonstre?!

Aumentou 24% o número de desempregados no espaço de um ano. É pouco?

Já vai pedir a defesa da honra?

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Posso fazer o que eu quiser!

**O Orador:** Pode fazer aquilo que quiser...

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Afinal quem está enervado é o senhor!

**O Orador:** Aumenta mais de 50% no espaço de 2 anos. É pouco?

É sinal de que as medidas existentes não estão a surtir efeito. É claro, senão não aumentava 50% no espaço de dois anos ou quase 25% no espaço de um ano. É tão claro quanto isso.

Não é preciso fazer grandes contas. É preciso é ser consciente e aceitar que um problema como este, com enormes repercussões em termos sociais, existe. Aceitem e tentem resolver os problemas das pessoas.

A taxa, que são 6,7% (não são mais de 6%), é mais um ponto percentual do que um trimestre antes. A tendência de subida, o senhor não conhece. Vai conhecer as do segundo trimestre daqui a pouco tempo.

Agora que a tendência de subida existe e que é significativa, é, tem outra agravante e indicia que efectivamente as medidas não estão a surtir efeito.

Recebi um número ontem relativamente às ofertas de emprego que existem nos Centros de Emprego. Elas decresceram mais de 80% nos primeiros 5 meses deste ano, ou seja, as empresas não estão a declarar as suas ofertas de emprego, nos Centros de Emprego, ao nível que faziam um ano antes. De 600 e não sei quantas ofertas em 5 meses, passaram para 120, o que significa que as medidas não estão a surtir efeito, o que significa que o desemprego (e é isso que os senhores têm que encarar de frente) é o principal problema neste momento na Região.

As medidas que os senhores tomaram não estão a resolver o problema do desemprego, porque o desemprego está a agravar-se substancialmente. É um problema grave.

**Deputado Helder Silva (PSD):** E a taxa de emprego?!

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Isso não é verdade!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para encerrar o debate.

Informo que tem dois minutos.

\* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desemprego é o resultado da crise financeira e económica internacional! – disse o Sr. Deputado Helder Silva

É! Mas como disse, e volto a repetir, é também o resultado da nossa crise que já existia antes desta nova. Portanto, é o resultado de duas crises, Sr. Deputado. É dois em um! Uma é da nossa responsabilidade, do país e da região! A outra nem tanto!

O desemprego tem a taxa mais baixa, mas o emprego é o menos qualificado, é dos mais precários e é o mais mal pago.

Portanto, não basta falar de emprego, é preciso também falar da qualidade do emprego.

A riqueza aumenta!

Disse-o ali, já o tinha dito anteriormente e é verdade. A distribuição da riqueza continua a ser mal feita, a ser socialmente injusta.

Portanto, não basta aumentar a riqueza, é preciso garantir que ela seja distribuída de forma equitativa e justa.

Não quero a Europa?

Está enganado, Sr. Vice-Presidente.

O Bloco da Esquerda quer uma Europa.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Não fui eu que o disse!

**A Oradora:** Se não foi o Sr. Vice-Presidente, foi o Sr. Deputado Helder Silva. A ressonância é a mesma.

O Bloco de Esquerda quer uma Europa, mas é uma Europa para todos os povos, uma Europa onde emprego, direitos humanos e distribuição justa da riqueza querem dizer alguma coisa, onde ser europeu tenha uma marca de distinção das outras regiões.

Mais uma vez não é isso que acontece.

Quanto à Base das Lajes, temo-lo dito várias vezes e vamos continuar a dizê-lo sempre: o que queremos na Base das Lajes é decência, legalidade, soberania nacional e respeito pelos trabalhadores. Depois de termos isto garantido, discutiremos o futuro.

Nada disto está garantido e os senhores não têm feito nada para que isso aconteça.

O Sr. Deputado Helder Silva diz que quem critica só diz mal, porque é quase proibido fazer crítica, é proibido dizer aquilo que está mal. O papel da oposição também é esse.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa: se na sua opinião quem critica só diz mal (qualquer crítica é dizer mal) eu tenho que lhe dizer que a arrogância e falta de humildade também não é dizer bem e, sobretudo, não faz bem nem à Região e muito menos ao partido maioritário.

Muito obrigada.

**Presidente:** Encerrado o debate acerca desta declaração política, passamos para outra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer uma declaração de interesses destinada a identificar o sistema político que defendo desde sempre. Acredito que o sistema parlamentar é o melhor dos sistemas políticos. Pela pluralidade política e ideológica da sua composição, os Parlamentos permitem um debate muito alargado sobre a definição das políticas nacionais ou regionais. Nele, as diversas minorias têm voz, facto que dá ao conjunto da população a oportunidade de se sentir representada.

No plano meramente constitucional e estatutário, o sistema político açoriano é um sistema parlamentar puro. O poder executivo está directamente vinculado à composição política do Parlamento e a sua continuidade depende da confiança maioritária que este deposita nele. As eleições legislativas regionais elegem deputados e não Presidentes do Governo Regional. Esse papel cabe ao Parlamento, através do mandato que lhe é expressamente confiado pelos eleitores.

No entanto, até o mais distraído observador da nossa política regional certamente constatará que, na prática, as coisas não se passam assim. Com o passar do tempo, o nosso sistema político transformou-se numa espécie de bonapartismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na prática, o actual Presidente do Governo Regional colocou um gigantesco biombo de indiferença a tapar a instituição parlamentar. A existência de uma maioria parlamentar que lhe é cegamente obediente, permitiu-lhe paralisar o poder parlamentar e criar um poder executivo desmesuradamente forte.

Com o passar do tempo, a natureza bonapartista do poder regional acentuou-se cada vez mais. Actualmente, o Parlamento é para o Presidente do Governo Regional o que o Senado

Romano era para os primeiros Césares: um sítio tolerável por lei e tradição, mas destituído de poder real.

Actualmente – veja-se o paradoxo – o Primeiro-ministro português desloca-se de quinze em quinze dias à Assembleia da República. Isto sucede num sistema político que muitos designam como semipresidencialista. No nosso sistema político, teoricamente de natureza parlamentar, o Presidente do Governo Regional dá-se ao luxo de se ausentar do Parlamento durante cinco meses.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Está com saudades?

**O Orador:** Repito: no nosso sistema político, teoricamente de natureza parlamentar, o Presidente do Governo Regional dá-se ao luxo de se ausentar do Parlamento durante cinco meses.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Também repito: está com saudades?

**O Orador:** Apetece-me dizer: “por muito menos, rolou no cadafalso político a cabeça de Luís XVI”.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Misericórdia!

**O Orador:** É uma situação inadmissível que afecta o prestígio deste Parlamento. O Presidente do Governo tem o dever ético e político de responder perante este Parlamento. Não pode refugiar-se na estratosfera do poder político regional e dedicar-se a enviar levas de santos inocentes a responder e a dar a cara por derrotas eleitorais recentes ou por uma crise económica e social para a qual não têm respostas e muito menos resultados positivos para apresentar.

Em condições normais não seria necessário fazer aqui este discurso. No entanto, a persistente fuga do Presidente do Governo Regional a este Parlamento obriga-me a dizer o óbvio: não é aceitável, não é tolerável, não pode continuar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Montesquieu disse um dia que “todo o homem investido de poder é tentado a abusar dele”. Os nossos legisladores, certamente vergados ao peso da evidência que resulta da observação empírica de mais de trinta anos de autonomia, interiorizaram este pessimismo antropológico.

Em resultado deste estado de espírito postularam – por unanimidade, é preciso não esquecer – a limitação de mandatos para os Presidentes dos Governos Regionais. Foi uma decisão

sábia que nos deu ares de civilidade num contexto político marcado pelo regresso dos caudilhos sul-americanos, em que o Hugo Chavez é uma espécie de primeiro cavaleiro do Apocalipse.

Pois bem. Bastou uma derrota política para que alguns proeminentes dirigentes socialistas se pusessem a pedir a quinta candidatura consecutiva do actual Presidente do Governo Regional, quando sabem que o Estatuto Político-Administrativo limita a três o número de mandatos sucessivos nesta função. Se essa candidatura vier a suceder, não tenho dúvidas que esse evento deverá vir a ser chamado de Golpe Estatutário.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): O senhor é que decide se é ou não!

**O Orador:** Vamos ver se nos entendemos. Não me interessa aqui esgrimir argumentos jurídicos, mais ou menos bizantinos. Interessa, apenas, neste exercício de racionalidade, a linear interpretação política e lógica do nosso ordenamento estatutário. A menos que se conceda uma natureza excepcional ao actual Presidente do Governo Regional, este, pela sua natureza humana indiferenciada, está abrangido pela limitação política dos três mandatos sucessivos.

Em nenhuma circunstância a população açoriana compreenderá que alguém que considerou adequado limitar os mandatos dos outros, não se sinta vinculado a esses princípios e normativos.

Assim, o Presidente do Governo Regional tem o dever de,...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Que homem simpático!

**O Orador:** ... neste Parlamento, garantir que cumprirá o Estatuto Político-Administrativo e que desautorizará, inclusivamente a si, Sr. Secretário da Economia,...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): A mim?!

**O Orador:** ... todos os que, no desespero do actual ciclo político, lhe solicitem uma candidatura que significaria um flagrante desrespeito pelo Estatuto Político-Administrativo da nossa Região.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Que medo, Sr. Deputado!!! Sente-se aqui!

**O Orador:** O PPM considera fulcral esta clarificação e não deixaremos de a exigir ao Presidente do Governo Regional, que aqui não estás, mas quando estiver eu vou exigir-lhe essa responsabilidade.

Disse! Muito obrigado.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito incontornável! Ilustre figura do direito estatutário!

**Presidente:** Creio não haver inscrições.

Não havendo inscrições...

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para encerrar!

**Presidente:** Muito bem! Eu tenho que lhe dizer, Sr. Deputado que só tem 3 minutos e que não pode ultrapassá-los. É como dizia Montesquieu, “[uma injustiça, feita a um, é uma ameaça contra todos](#)”.

\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Três minutos chegaram-me perfeitamente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Não é só o Presidente do Governo Regional que não está cá. O líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista também não está! Está fisicamente, mas do ponto de vista daquilo que são as suas obrigações para defender a sua bancada, as políticas do Governo e as posições do Grupo Parlamentar do Partido Socialista também não está. É um ausente quase permanente que deixa a “nau” socialista à deriva. Mas isso são contas do vosso rosário, portanto não me irei meter na direcção do vosso Grupo Parlamentar, embora não possa deixar de constatar que é um caos.

De qualquer das formas deixei aqui um repto político bastante importante, que importa realçar.

Não é admissível, quando todos açorianos vêem o Primeiro-Ministro a responder de quinze em quinze dias no Parlamento, que o Presidente do Governo Regional esteja cinco meses sem vir ao Parlamento. É um desrespeito por este Parlamento!

Os senhores não tiveram coragem de responder à questão que aqui vos lancei porque sabem que é verdade e sabem que é indefensável essa postura.

Eu não conheço este comportamento estratoesférico do Presidente do Governo Regional; eu não conheço nenhum outro modelo político parlamentar em que isto se possa concretizar.

*(Apartes inaudível do Deputado Helder Silva)*

**O Orador:** Se o Sr. Deputado Helder Silva quer participar inscreva-se. Não teve coragem de fazê-lo quando devia, por isso agora faz apartes, porque é fácil.

Esta é a primeira constatação: a fuga do Presidente do Governo Regional a este Parlamento, a este plenário.

A segunda constatação é que vêm os Secretários proeminentes deste Governo Regional, que acompanham a travessia destes 13 anos de governação socialista, que nos asfixia, defender publicamente aquilo que sabem que era um autêntico golpe estatutário, que é a limitação de mandatos que está no Estatuto, que o Sr. Presidente do Governo Regional assumiu pessoalmente, mas no entanto o Secretário do Governo vem, numa entrevista ao Expresso das Nove, dizer que defende. Defende o quê? Uma ilegalidade, que é a nova candidatura do Presidente do Governo Regional?

Os senhores, evidentemente, assobiam para o lado, porque sabem perfeitamente que esta questão é, politicamente, indefensável.

Não foi o “Zé da Adega” que disse isso Foi um secretário do Governo e os senhores também já o dizem, no desespero político em que estão.

Depois das eleições europeias esse desespero veio à superfície.

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

**Presidente:** Já vai para 4 minutos.

**O Orador:** Termina com um prognóstico.

O que é que sucederá quando perderem as eleições legislativas de Setembro?

O que é se sucederá quando perderem as eleições autárquicas?

Eu espero uma enxurrada de pedidos para que o Presidente do Governo Regional se candidate outra vez.

Portanto, vamos ter aqui essa discussão e espero nessa altura que os senhores tenham a coragem política de dizer que estão a pedir ao Presidente do Governo Regional para dar um golpe no Estatuto e fundamentalmente para atacar a legalidade estatutária nesta Região.

Muito obrigado.

**Deputado José San-Bento (PS):** O Sr. Deputado sabe bem qual era a declaração política que devia ter feito ali!

**Presidente:** Passamos para as intervenções de interesse político relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Pascoal.

**Deputado Alexandra Pascoal (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A política cultural dos Açores delineada para esta legislatura mantém a estratégia de qualificação do todo cultural, nas suas diversas vertentes, como factor primordial na formação do povo açoriano.

A Cultura é a base a partir da qual se constrói o desenvolvimento e o progresso.

Nesta perspectiva podemos aqui evidenciar aquilo que se designa por equilíbrio dinâmico, quer por via da defesa e valorização do património cultural, quer pelo apoio à criação artística, quer na introdução de equipamentos e redes culturais, quer pela aposta continuada na educação artística e na formação dos públicos e ainda pelo investimento na promoção nacional e internacional da cultura açoriana. Todas estas acções são prioridades para o Governo dos Açores, que desta forma posicionou a Região Autónoma, no plano nacional, com uma atitude diferenciada e uma política cultural própria.

No plano material houve e há uma necessidade de consolidação da rede de equipamentos devidamente habilitados para a prática cultural, cujo investimento em termos orçamentais constitui um sinal inequívoco da importância consignada por este Governo, durante esta legislatura, no investimento basilar em infra-estruturas afectas à cultura, enquanto vectores de dinamização da actividade e da fruição cultural.

A título de exemplo podemos constatar que em 2009 há um aumento de 54% em relação a 2008, no que concerne ao investimento em novas valências e na valorização patrimonial.

Para esta legislatura existem inúmeras obras iconográficas, previstas e em curso, que espelham o forte empenhamento em dotar a região de mecanismos de fruição capazes de desempenhar com rigor as exigências que hoje se colocam a quem promove actividades culturais.

São disso bons exemplos, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, um investimento de 13 milhões de euros, e que constituirá “um elemento de valorização do património edificado e um espaço de acolhimento, laboração e difusão de conhecimento e de cultura”, parafraseando o presidente do governo.

Outro exemplo é o Centro de Arte Contemporânea - Arquipélago, na Ribeira Grande, cujo início da obra está agendado para o final do corrente ano. A ampliação do Museu da Graciosa, cujas obras decorrem e cujo prazo de conclusão está previsto para o início de 2010. O Centro Cultural Multiusos no Corvo cujo concurso para a empreitada decorre neste momento. E a finalização do longo processo de reconversão do Recolhimento de Santa Bárbara, afecto ao Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, cuja 1ª fase termina em Agosto de 2009, sendo o 2º semestre de 2009 dedicado ao discurso museológico, estando previsto no 1º semestre de 2010 a conclusão das montagens. A abertura ao público acontecerá, previsivelmente, em Julho de 2010.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Paralelamente às questões eminentemente estruturais há a percepção de que sem alma os edifícios pouco servem. Daí que exista um conjunto de iniciativas que visam responder aos anseios de artistas e produtores, quer no âmbito da formação, quer numa lógica profissionalizante, para que desta forma se possam consolidar diversas profissões técnicas ligadas ao sector artístico, cuja especificidade terá de ser tida em conta, até pela manifesta carência de quadros especializados no arquipélago.

A outro nível temos assistido a uma aposta continuada no apoio à criação artística contemporânea, para a qual os incentivos desempenham um papel crucial no estímulo criativo dos jovens artistas. Isto apesar de existir a necessidade de serem introduzidas melhorias no processo de candidaturas.

Neste sentido afigura-se, igualmente, como essencial, o estímulo à criação de redes de intercâmbio, de residências artísticas, de iniciativas de Arte Pública, e a contínua familiarização dos açorianos com linguagens criativas contemporâneas, seguindo as tendências actuais e como afirmação da dicotomia global/local.

De regresso ao âmbito localizado, reconhecemos todo o trabalho desenvolvido pelas inúmeras Associações Culturais presentes nas ilhas, que se assumem como uma importante rede de participação colectiva e que contam e têm contado com o apoio inequívoco do Governo ao longo dos anos, o qual se manterá nesta legislatura, e será disponibilizado na promoção e no incentivo de actividades culturais nas mais diversas comunidades do arquipélago.

Consubstanciando esta política de investimento podemos verificar que no plano do Governo para 2009 há um aumento de 2.6% em relação a 2008, relativamente à dinamização cultural. Parece pouco, mas o facto é que este valor tem vindo sempre a aumentar ao longo dos últimos anos, mesmo num ano de crise como aquele que atravessamos. O que não deixa de ser curioso pois a Cultura é sempre uma das áreas mais afectadas em anos de contenção, o que apenas vem comprovar a forte determinação do Governo dos Açores em prosseguir uma política acente na valorização colectiva e individual.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Prova máxima da vitalidade da nova Direcção Regional da Cultura foi o upgrade atribuído ao Festival MusicAtlântico, um visitante regular dos Açores desde 1999, cuja realização anual passou a bienal desde 2005, e que ganhou, este ano, uma nova dimensão, transformando-se em temporada regional, decorrendo ao longo de todo o ano e incorporando diversas expressões culturais.

Com esta iniciativa pretende-se reintroduzir o paradigma da programação regional planificada e coordenada, organizada por ciclos temáticos, com o claro objectivo de se constituir num espaço de intervenção artística, através da descentralização e da inerente democratização cultural.

Não obstante todos os objectivos que estão na génese da acção programática do Governo Regional, no que à Cultura diz respeito, não se pretende imiscuir na actividade regular das instituições culturais locais. A oferta cultural que norteia o serviço público deve proporcionar propostas arrojadas, quer aos públicos, quer aos artistas residentes na Região, contribuindo, por esta via, para a formação e para o apelo à criatividade. E por intermédio desta fruição ao fomento de um sentido crítico.

Na construção da programação do MusicAtlântico, para além do confronto com novas linguagens estéticas, houve a preocupação em promover alguns dos símbolos da nossa cultura, tais como os Órgãos Ibéricos, património das Igrejas, as Bandas Filarmónicas, para as quais está previsto um programa de apoio que pretende a reconversão das metodologias associadas ao ensaio musical, complementado com acções de formação junto de Regentes e Maestros e que prevê, igualmente, a modernização dos repertórios.

Estas medidas assumem um papel indispensável na melhoria qualitativa do significativo número de Bandas Filarmónicas existente nos Açores, assim como se espera que sejam um

contributo para o estímulo e captação de jovens para esta actividade, por forma a que haja continuidade no importante papel social e cultural que estas colectividades desempenham nas suas comunidades.

A temporada MusicAtlântico desdobra-se por mais de 110 iniciativas, ao longo de 10 meses, em todas as ilhas e em muitos concelhos dos Açores, e é o resultado de uma política que preconiza o desenvolvimento e a coesão regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A cultura afirma-se como um vector principal da afirmação dos Açores no país e no mundo. Torna-se imperioso a presença regular de criadores e obras nos circuitos nacionais e internacionais, sejam eles: feiras do livro, o caso da Feira de Livro de Lisboa que terminou no passado mês de Maio, e cuja participação da Direcção Regional da Cultura teve como objectivo principal a divulgação de obras de autores açorianos ou de temática açoriana, feiras de arte contemporânea, o caso da Arco em Madrid, ou festivais de cinema, o caso da presença de uma representação, em Cannes, através da Azores Film Commission. E isto apenas para nomear alguns.

O nosso empenho é total no apelo à criatividade dos agentes culturais açorianos.

Urge a interacção de iniciativas culturais com o Turismo e o Ambiente, como medidas complementares à actividade e à oferta turística. Mas é, igualmente, através desta conjugação de esforços que reside a transversalidade da acção da Cultura e o entendimento que julgamos necessário para a consolidação de um futuro moderno e sustentável.

A Cultura é um compromisso do Governo e do Partido Socialista com os Açores que paulatinamente tem sido cumprido e que, com orgulho, vamos concretizar.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos à próxima intervenção. Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorreu na passada semana a primeira visita estatutária desta legislatura à ilha Graciosa.

Destacam-se nesta visita a inauguração do Hotel Graciosa, a inauguração do novo Picadeiro e a reinauguração do Porto de Pescas de S. Mateus.

E se estes eventos merecem destaque, certamente que outros há, que também encerram aspectos positivos.

Não irei enumerar todos os subsídios às colectividades e todos os incentivos normais nestas visitas governamentais. Deixo esse trabalho aos Srs. Deputados do Partido Socialista e à sua visão do imediato.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Cumpre-me, por outro lado, manter vivas as questões que preocupam os Graciosenses e que podem ser determinantes para o seu futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pois salutar e de enaltecer que se inaugurem obras na ilha Graciosa, ainda que sejam da legislatura que passou. Obras importantes e que são instrumento a pensar no progresso da ilha.

Devo pois reforçar que esses são aspectos positivos.

Mas, em política, como na vida, há o deve e o haver.

E no haver, infelizmente, ainda há muito que fazer, ainda à muito que decidir, ainda há muito que trabalhar.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Notei que durante a visita do Governo, nos diversos discursos do Senhor Presidente do Governo e nos discursos dos diferentes Secretários, notei, dizia, que havia um cuidado em reafirmar que a Graciosa começa a ter condições para se desenvolver e para progredir. É o célebre: “Agora é que vai ser!”.

Notou-se, de facto, que 13 anos passados desde que o PS está no Governo, teimam em não demonstrar resultados das suas políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pensar no futuro da Graciosa e naquilo que os Graciosenses esperam do Governo é começar por pensar nos nossos jovens.

Os jovens Graciosenses não são diferentes de outros que, por estes Açores fora, sonham com um futuro risonho,...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... sonham com uma formação de que gostem, sonham com uma caminhada repleta de realizações.

No entanto, e apesar de ter já alertado o Governo para as questões da formação, em concreto da formação profissional, o Governo não foi capaz de dar resposta a esse anseio com uma oferta formativa condizente com a nossa pequenez e condizente com os necessidades dos estudantes Graciosenses.

O facto de só abrir um curso de formação profissional na ilha Graciosa no próximo ano lectivo, curso esse de nível I na área da horto-fluricultura, quando o Governo deixou cair a Escola Profissional da Academia Musical da Ilha Graciosa, apesar de um seu dirigente ser deputado e líder do PS Graciosa, não é aceitável para quem diz querer desenvolver a Graciosa e dar-lhe melhores dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Veja-se ainda o caso dos jovens que terminaram recentemente o curso de turismo na ilha Graciosa:

Nesta casa, na passada legislatura, um deputado do PS Graciosa dizia que esses jovens teriam colocação no novo hotel, que esse hotel iria criar cerca de 30 postos de trabalho e que, portanto, o seu futuro estava assegurado.

Sabem quantos desses jovens ficaram colocados no novo hotel? UM, apenas UM!

E sabem quantos empregos foram criados pelo novo hotel? 19 e não 30.

Mas não é só, sabem, por exemplo, que todos os novos contratados do hotel têm contratos de trabalho de apenas 3 meses?

Sabiam?

E acham que isso é um estímulo? Que dá uma qualquer segurança a quem está a iniciar uma vida profissional?

Este Governo dá um mau exemplo. E agora já todos sabemos que o índice de empregabilidade do novo Hotel, que entre a promessa de criação de empregos e a sua abertura perdeu 1/3 desses empregos pelo caminho, esse índice será reduzido para metade logo que acabar a época de verão ou logo que terminem os primeiros contratos precários agora celebrados.

Vossas Excelências criaram expectativas nos jovens que de boa fé iniciaram uma formação na área do turismo, pagaram-lhes estágios para agora os empurrarem para fora da ilha, pois na Graciosa não vislumbram o futuro com que sonharam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Visitar a Graciosa uma vez por ano, sem preocupação de conhecer as causas para os problemas que sentem os Graciosenses e sem apresentar resultados das políticas seguidas é pouco para as expectativas criadas.

É que, de facto, Vossas Excelências não conhecem bem a Graciosa, e mesmo não conhecendo, dão-se ao luxo de evitar passar pelos problemas com que os Graciosenses se debatem no seu dia-a-dia.

Exemplo maior do que acabo de dizer foi o que se passou com as recentes jornadas parlamentares do PS na ilha Graciosa.

Veja-se a falta de solidariedade para com os nossos problemas:

Os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas do Partido Socialista, para poderem ter mobilidade entre a ilha Graciosa e a ilha de S. Jorge, perante a crónica falta de transportes o que fizeram?

**Deputado Mark Marques (PSD):** Apanharam uma fragatuzinha!

**O Orador:** Apanharam boleia de uma Corveta da Marinha!

Pode lá ser? Que atitude é esta? Que falta de respeito para com todos os Graciosenses que, todos os dias, fazem contas ao seu problema de transportes.

Mas isso não vos diz nada, isso não os afecta, isso não vos interessa. O que vos move é o vosso interesse e a vossa satisfação, nem que seja fazendo uso de expedientes como boleias para não se sujeitarem à nossa tripla insularidade.

**Deputados Rui Ramos e Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Uma vergonha!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por falar em falta de vergonha.

Na divulgação da visita estatutária à ilha Graciosa o Senhor Secretário da Presidência enviou, em papel timbrado do seu gabinete, um programa oficial da visita e, qual não é o

espanto quando, no meio desse programa, consta a apresentação do candidato do PS à Câmara de Santa Cruz da Graciosa.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** É o cúmulo!

**O Orador:** Sinceramente!

Não aprenderam nada com a condenação pela justiça do Presidente do Governo por este ter apelado ao voto no aborto!

Espero bem que o Senhor Secretário da Presidência (ou alguém que lhe dê o recado) retire as devidas ilações desta atitude nada democrática.

Mas na parte das atitudes tristes e vergonhosas o que poderei aqui dizer quando um dirigente da Academia Musical da Ilha Graciosa altera a hora da audição final do ano, porque nessa noite, ele próprio, ia ser apresentado como candidato do PS à Câmara de Santa Cruz da Graciosa? Que dizer quando esse mesmo político nem sequer se digna comparecer na referida audição, e o que dirão Vossas Excelências sabendo que a Senhora Secretária da Educação, acompanhada pelas Senhoras Directoras Regionais da Educação e da Cultura, abandonam a referida audição antes de terminar para não chegarem atrasadas a um comício político?

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Nem sequer foram!

**O Orador:** Pelo menos foi isso que pareceu, Sra. Secretária.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Só sabem dizer mal!

**Deputado Manuel Avelar (PS):** E as taças, Sr. Deputado?!

**O Orador:** Tenham calma, eu bem sei que isto vos incomoda.

Na única noite do ano que o Governo passa na Graciosa, o único espectáculo cultural programado para essa noite, e programado desde o início do ano lectivo, é alterado para o final da tarde para não coincidir com os interesses partidários do Partido Socialista.

É assim que Vossas Excelências vêm a Ilha Graciosa?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas voltemos à visita do Governo:

Ainda recentemente o Partido Socialista prometeu, na campanha para as legislativas de 2008, que, ganhando as eleições, iria construir uma marina na Ilha Graciosa.

Pois é, prometeu!

Contudo, o Senhor Presidente do Governo veio dizer que não a fará, deixando bem claro que os pescadores se devem entender com os barcos de recreio, pois eles vão ter o seu cantinho no reinaugurado Porto de Pescas.

É caso para dizer: compromisso assumido, compromisso esquecido!

Já por duas vezes falei na reinauguração do Porto de Pescas. Infra-estrutura necessária que muito bem serve os nossos pescadores e cuja construção teve início no ido ano de 2004.

Foi agora outra vez inaugurado.

**Deputado Francisco César (PS):** E muito bem!

**O Orador:** Mas deixem que vos diga: Sabem qual o comentário mais ouvido durante mais esta inauguração?

“Já só falta o resto!”

Pois é, falta o edifício da lota, falta o posto de combustível e faltam algumas casas de aprestos.

Ficou a promessa de, em oportunidade futura, fazer uma quinta inauguração naquele local.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Isso é o que se chama “fazer render o peixe”!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo deixou muito por dizer aos Graciosenses:

O Governo não deu uma visão animadora do futuro dos transportes.

E como são importantes os transportes para a ilha Graciosa.

São o cerne do nosso desenvolvimento, são o motor, ou actualmente o travão, da nossa economia.

Pense-se na questão dos custos dos factores de produção para a nossa agricultura e pensa-se nos transportes. Que resposta deu o Governo? Nenhuma.

Pense-se na melhoria do rendimento dos pescadores e pensa-se logo em transportes. Respostas do Governo? Nenhuma!

Pense-se na dupla periferia da ilha Graciosa e pensa-se na questão dos transportes, nos melhores horários e em melhores ligações com o exterior, na tarifa única para os Graciosenses que rumaram à procura do seu “el dorado”, na ligação ao triângulo e não apenas à ilha Terceira, nas rotas que passam ao largo da Graciosa, no turismo, no mergulho etc, etc.

O Senhor Secretário da Economia respondeu com números e estatísticas, com as falsas taxas de ocupação que disponibilizam sempre todos os lugares do avião mas que, como todos sabemos, se o avião for cheio não leva a bagagem dos passageiros.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): O senhor veja as taxas, pelo menos não poderá dizer que são falsas!

**O Orador:** Isso não responde ao problema, não o enfrenta e muito menos o resolve.

O que os Graciosenses gostariam era de ouvir o Governo anunciar na Graciosa horários, rotas e frequências que não nos mantivessem isolados e umbilicalmente dependentes.

Enquanto não olharem para isso, bem podem ir à Graciosa na esperança que alguém vos dê um “jeitinho” para poderem ter a mobilidade de que todos necessitam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta visita estatutária de início de legislatura, o Governo não deu resposta a muitos dos seus próprios compromissos, alguns de anteriores legislaturas.

Não deu resposta às questões do perímetro de ordenamento agrário.

Não deu resposta para a questão do areal da Praia.

Não deu resposta à protecção da orla marítima do degredo e ligação com a rua do Mar em Santa Cruz.

Não respondeu sobre a antiga casa da Lavoura.

Esqueceu-se da anunciada obra na estrada Limeira – Porto Afonso.

Ignorou a necessidade de um posto da RIAC na freguesia da Luz.

Nada disse sobre a necessária aproximação de cuidados de saúde aos lares de idosos.

Já nem falam da construção de uma circular a Santa Cruz.

Mantém-se em silêncio sobre a errada política de pernoitas da Atlanticoline e teimam em não perceber que a permanência de um avião da SATA na Ilha Terceira é uma exigência de serviço público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ilha Graciosa aceita que algumas coisas sejam feitas a pensar no seu desenvolvimento.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): O senhor não sabe o que é que está a dizer!

**O Orador:** Eu sei o que é viver na Graciosa...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não! Mas tem a obrigação de saber!

**O Orador:** ... o senhor é que não sabe.

A ilha Graciosa não fica a dever qualquer favor ao Governo porque é vossa obrigação cumprirem com os vossos compromissos.

No jogo do deve e haver, seremos sempre credores à espera de dias melhores.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

\* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para me cingir a um assunto que foi aqui trazido pela voz do Sr. Deputado João Costa. Refiro-me à questão da corveta.

A nossa deslocação na corveta da Graciosa para São Jorge, no âmbito das jornadas parlamentares que realizámos, aconteceu em resultado de uma programação que tínhamos feito de umas jornadas conjuntas para as Ilhas da Graciosa e de São Jorge, aliás, num espírito de racionalidade que não vemos nas jornadas que os Srs. Deputados e o Grupo Parlamentar do PSD vêm desenvolvendo,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Desvie para aí! E a SATA alterou os horários!

**O Orador:** ... num quadro muito específico.

Desde logo, em resultado de termos programado esta deslocação da Graciosa para São Jorge em duas pequenas embarcações com sede na Graciosa, o mau tempo que se fazia sentir, impedia de fazer a viagem.

**Deputado Mark Marques (PSD):** E por que é que não usaram o horário da SATA?!

**O Orador:** Tínhamos duas alternativas à nossa frente: uma, era cancelar a viagem ou fazer a viagem, eventualmente de avião, com perda de pelo menos um dia e gastos muito superiores do ponto de vista financeiro; a outra era recorrer a uma corveta que no âmbito das comemorações do Dia da Marinha estava sedeadada na própria Ilha da Graciosa e que

estava disponível, como aliás está normalmente, para outras situações de transporte excepcional (ranchos, grupos folclóricos, grupos de futebol, etc.). Todos os Srs. Deputados sabem isso.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Quanto é que custa a saída da corveta?

**O Orador:** Quero que fique absolutamente claro que esta deslocação se fez numa corveta que estava sedeada, que saiu à hora que estava prevista e que seguiu o rumo que tinha previsto no âmbito das missões que lhe estavam confiadas.

Para que fique absolutamente claro, esta deslocação não resultou em nenhum acréscimo de encargo ...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Agora!!!

**O Orador:** ... para a marinha, como aliás, seria natural, e não tem absolutamente nada de irrazoável.

O que seria pouco razoável era deixarmos de fazer esta deslocação nestas condições para São Jorge, sobrecarregando naturalmente o erário público com despesas que teríamos de fazer, subsequentemente com uma deslocação propositada à Ilha de São Jorge de 30 deputados em momento subsequente. Isto é que me parece que do ponto de vista económico e financeiro seria pouco razoável.

Já que o Sr. Deputado trouxe aqui esta questão da corveta, gostaria de lhe dizer também que escolhemos como ilhas, para as nossas jornadas, a Graciosa São Jorge, ilhas que merecem a nossa preocupação...

**Deputado Mark Marques (PSD):** E foram muito bem recebidos, não tenho dúvidas disso, mas não é isso que está em causa!

**O Orador:** Fomos muito bem recebidos e também fomos muito atenciosos, designadamente com o Sr. Presidente da Câmara, que fizemos questão de ir cumprimentar durante a nossa deslocação.

Os Srs. Deputados do PSD preferiram, no âmbito das recentes jornadas que fizeram, ao invés, escolher uma ilha maior (têm todo o direito de o fazer!), preterindo, ao contrário, aquilo que são as preocupações que aqui vêm revelar, provavelmente com menos sentimento. Preferiram fazer as vossas jornadas na Ilha Terceira, o que nada teria de mau, se lá tivessem ido para perceber aquilo que são as preocupações da ilha, mas não foi isso que percebemos.

O que percebemos foi que os senhores escolheram a Terceira para desenvolver as suas jornadas, não para avaliarem a situação da Terceira, antes para da Terceira virem apontar “espingardas” ao Governo, dizer mal do Governo e do Partido Socialista.

São as vossas opções! Nós respeitamo-las, mas não deixam de ser, por isso, criticadas.

Não contentes com isso, para da Terceira declararem com um tom sério e oficial, que nesta casa já não vale a pena fazer mais nada nem propor mais nada, o PSD foi à Terceira declarar: “para que é que vamos estar a chatear-nos a fazer propostas legislativas, se nós chegamos lá, apresentamo-las e depois chumbam-nas”.

**Deputado António Marinho (PSD):** Que sufoco!!!

**O Orador:** Srs. Deputados, a democracia é assim. Já agora aproveito este momento para vos dizer que a democracia é mesmo assim.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** A democracia não é assim!

**O Orador:** Já vai sendo tempo – já passaram 13 anos – dos Srs. Deputados aprenderem a ser oposição.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** A vossa democracia é que é assim!

**O Orador:** Srs. Deputados, já vai sendo tempo de aprenderem a ser oposição.

Para ser boa oposição é preciso (digo eu, e nós temos experiência de oposição, cá e lá, a vários níveis) continuar sempre a trabalhar.

Para ser boa oposição e para se ter aspiração de algum dia deixar de o ser e poder ser Governo, é preciso continuar a trabalhar, é preciso continuar a ter propostas e nunca cruzar os braços.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O senhor acabou de dizer algo gravíssimo.

Acho que não sabe bem o que é que disse.

A democracia não é assim!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

**\* Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para responder a uma questão que o Sr. Deputado levantou.

É bom que o senhor diga a esta Assembleia qual é o compromisso do Governo relativamente à Casa da Lavoura?

Sr. Deputado, os nossos compromissos têm sido honrados!

Carlos César ganhou por larga maioria na Graciosa no último acto legislativo.

**Deputado João Costa (PSD):** Então vão deixar cair!

**A Oradora:** Portanto, os nossos compromissos estão cumpridos.

O que nós anunciámos na visita do Governo à Graciosa foi a construção da creche e do CAO. Isso o senhor omitiu, mas é isso que faz parte dos nossos compromissos eleitorais e esses nós vamos honrar.

Nós não temos compromisso nenhum com a Casa da Lavoura. Ela foi cedida à Santa Casa para que a Santa Casa a recuperasse, não com dinheiro do Governo, mas certamente por expensas próprias...

**Deputado João Costa (PSD):** O dinheiro não é do Governo, é da Região!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** E o Governo não é da Região?!

**Deputado Costa Pereira (PSD):** O dinheiro é dos contribuintes!

**A Oradora:** ... que nós não temos qualquer responsabilidades.

O senhor faça o favor de dizer a esta Assembleia e aos graciosenses onde é que está escrito que o Governo prometeu recuperar a Casa da Lavoura.

Não prometeu!

Portanto, Sr. Deputado, “a montanha pariu um ratinho”!

**Deputado João Costa (PSD):** A Casa da Matança não é vossa?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

\* **Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão dos cursos profissionais e da fixação de jovens na Ilha Graciosa, quero referir que neste momento estão a decorrer cinco cursos com vertente profissional.

No que se refere ao curso de floricultura e jardinagem, ele foi recusado, precisamente para não colocar jovens no desemprego. De acordo com o estudo do Observatório do Emprego não havia mercado para absorver os jovens que tirariam esse curso.

O curso de hortofloricultura foi aprovado. Portanto, temos um curso novo.

Relativamente ao curso de turismo, foi-me dito, aquando da visita à Ilha Graciosa, que esses jovens estavam a trabalhar em São Miguel. Portanto, estavam todos empregados, tinham sido fixados e não estavam no desemprego.

O Governo dá as condições, mas não pode decidir pelo futuro dos jovens.

Temos bolsas para alojamento, para deslocações, para estadia dos jovens que pretendam tirar cursos profissionais fora da sua ilha.

Mesmo aqueles jovens que pretendam frequentar um curso que exista noutra ilha do país e que a Região não oferece, o Governo continua a assegurar o apoio para a deslocação através de uma bolsa.

Estou a referir-me a 277 cursos que temos na Região.

Há uma oferta formativa diversificada.

A nossa situação geográfica e as especificidades de cada ilha não podem garantir (nós assumimos isso) que os cursos sejam dados apenas para termos uma diversidade e uma oferta. Temos que garantir qualidade formativa. Daí que haja 17 escolas profissionais e diferentes escolas da rede pública a facultarem cursos profissionais.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Helder Silva:

Eu não pus em causa que os senhores visitem a Ilha Graciosa. Tenho muito gosto. Vão lá todos os anos, de preferência. Se quiser ir todos os meses, vá todos os meses. A Graciosa agradece que o senhor vá lá as vezes que o senhor quiser.

O que é grave, o que é inaceitável e é vergonhoso é a vossa falta de solidariedade, a vossa falta de respeito por um problema que afecta os graciosenses todos os dias, que tem a ver com a falta de transportes, e os expedientes que os senhores encontraram para não terem problemas de transportes. Esse é que é o problema!

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**Deputado Helder Silva (PS):** Não diga disparates!

**O Orador:** Um graciosense que queira fazer a vossa viagem, não faz!

É isso que o senhor devia ter vergonha de vir para aqui falar!

O senhor devia ter levantado a sua voz para pedir desculpa a todos os graciosenses por ter usado um expediente que não está ao dispor deles para se poderem deslocar da Graciosa para São Jorge.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** E ainda anunciam!

**O Orador:** Faço lembrar que em 2004 Carlos César, a propósito de uma viagem de helicóptero do então Ministro da Defesa, disse que o helicóptero tinha sido transformado num táxi do PP.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Agora foi a corveta!

**O Orador:** O “autocarro do PS” passou a navegar entre a Graciosa e São Jorge (dá vontade de fazer a devida comparação).

**Deputado Rui Ramos (PSD):** O peixinho morre pela boca!

**O Orador:** É só por isso, pela vossa falta de solidariedade, pela falta de respeito com os problemas de quem vive numa ilha como a Graciosa...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** E o que dizer então do Eng<sup>o</sup> Humberto Melo?

**O Orador:** ... que eu critico. Acho vergonhoso os senhores terem marcado e previsto com antecedência.

**Deputado Helder Silva (PS):** Não foi marcado!

**O Orador:** O senhor é que disse, que programou daquela maneira.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Foi o mau tempo. Tínhamos muita vontade de chegar a São Jorge para trabalhar!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Então foi mesmo um expediente, foi mesmo um desenrascanço.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** E o anúncio do candidato na visita estatutária do Governo?

**O Orador:** Sra. Secretária Regional do Trabalho, a senhora não era a titular da pasta quando o Governo, sem ninguém lhe pedir, decidiu no comunicado do Conselho do Governo, ceder a Casa da Lavoura em ruínas à Santa Casa, à espera de “tomem lá o nosso património e recuperem-no se quiserem!”.

Como sabe, e sabe-o bem, naturalmente a Santa Casa não tem condições para recuperar aquele património.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Seja honesto! Pelo menos aqui seja honesto!

**O Orador:** Sr. Deputado Manuel Avelar, peço desculpa. O senhor em vez de estar aí a falar em aparte, fale daquela tribuna. **Deputado Manuel Avelar (PS):** Repito: seja honesto! Pelo menos aqui seja honesto!

**O Orador:** Passaram 9 meses desde que se iniciou a legislatura e o senhor tem sido um deputado passivo.

**Deputado José Lima (PS):** O senhor também quer mandar nos outros?

**O Orador:** Fica aí sentado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Nem sequer no twitter!

**O Orador:** Nem sequer no twitter!

*(Apartes inaudíveis do Deputado António Toste)*

**Presidente:** Sr. Deputado João Costa, agradecia que falasse para todo o Parlamento e não especificamente.

**O Orador:** Eu não ando montado em votos. Daqui a pouco já falamos. Eu percebo a sua exaltação.

*(Apartes inaudíveis do Deputado António Toste)*

**O Orador:** Sr. Presidente, quando o Sr. Deputado António Toste me deixar falar...

**Presidente:** Sr. Deputado António Toste, está no uso da palavra o Sr. Deputado João Costa.

**O Orador:** Para terminar a questão da Casa da Lavoura, eu fiz referência, no início da minha intervenção, que não iria enumerar tudo aquilo de bom.

É óbvio, e já o disse publicamente, que a apresentação do projecto para a nova creche e centro de actividades ocupacionais é bom para a Graciosa.

Os graciosenses gostam de ver a obra iniciar-se. Quando a obra iniciar-se a Sra. Secretária ter-me-á aqui a dizer muito bem! Até lá, eu vou dizendo publicamente que acho muito bem,

mas não me ouvirá aplaudir a apresentação de projectos, porque na última legislatura tivemos a apresentação de dois que nunca chegaram a ver a luz do dia.

A propósito de luz até tivemos uma visita a uma obra de electrificação do túnel, no passado ano, que nem sequer tinha lá electricidade.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por aí vamos com calma. Aliás já falei nisso várias vezes, na necessidade dessa obra e na necessidade de obras no Lar da Santa Casa de Santa Cruz. Quando a obra começar eu serei o primeiro a enaltecer esse facto e terei muito gosto em fazê-lo, até espero fazê-lo o mais breve possível.

Sra. Secretária da Educação, lamento na sua intervenção o baixar de braços e o avolumar de um problema, que é o problema da Graciosa.

O problema da Graciosa é precisamente esse que a senhora referiu: os jovens vão estudar fora da ilha e não voltam.

A vossa resignação de não conseguirem abrir cursos na Graciosa, porque não têm mercado, diz bem afinal a falsa ilusão de que na Graciosa está tudo bem. Se os jovens não têm emprego, não está tudo bem. Eu não acredito que seja assim.

O problema, Sra. Secretária, é que os jovens da Graciosa não querem bolsas para ir estudar fora, para tirar cursos profissionais. Eles querem tirá-los lá.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Querem ficar lá! Querem contribuir para o desenvolvimento da sua terra, não querem contribuir para o desenvolvimento da terra dos outros.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É esse o problema. O seu resignar e o seu baixar de braços é que eu lamento. Disse.

**Deputado António Toste (PS):** O senhor tem é que apresentar soluções!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

\* **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A análise feita pelo Sr. Deputado João Costa em relação à visita estatutária do Governo à Ilha da Graciosa, e aquilo que tem sido a intervenção efectiva do Governo nos Açores

naquela ilha, não corresponde à realidade que é sentida pelos graciosenses e reconhecida, como foi muito recentemente, com o largo apoio que atribuíram ao Governo dos Açores nas últimas eleições.

Neste contexto gostaria de lembrar que aquilo que é património do Governo do Partido Socialista na Graciosa foi efectivamente uma reestruturação completa de todas as actividades económicas em termos de investimentos estruturantes. Lembro:

- uma nova fábrica de lacticínios que aumentou em muito a capacidade de produção desta actividade e conseqüentemente o rendimento dos nossos agricultores;

**Deputado João Costa (PSD):** Isso foi há 3 legislaturas. Vai fazer o rol destes 12 anos?

**O Orador:** - remodelação do porto comercial que permitiu a duplicação de capacidade operativa;

- um porto de pescas que é reconhecido por toda a comunidade piscatória como um elemento fundamental do desenvolvimento da ilha e que tem incrementado em muito o valor do pescado e a actividade piscatória na estrutura produtiva da Graciosa;

- o novo hotel que criou condições efectivas para que a Graciosa tivesse condições e estruturas para entrar no contexto da oferta turística regional de qualidade, sendo sem dúvida mais um complemento dessa actividade.

O Governo dos Açores do Partido Socialista conseguiu neste período intervir e criar as infra-estruturas necessárias para que toda a actividade produtiva na Graciosa tivesse rentabilidade e tivesse futuro, com uma nova fábrica, com um novo porto comercial, com um novo porto de pescas, com um hotel de qualidade. Criou-se um sector primário e um sector terciário, todas as condições estruturantes e estruturais para a Graciosa efectivamente criar riqueza.

É este o papel dos Governos, é criar as infra-estruturas, é criar as condições para o desenvolvimento económico de uma ilha. Isso é património do Governo do PS, porque sem querer estar a comparar com o passado, a verdade é que se tudo isto foi feito neste período foi porque durante 20 anos nada foi feito na Graciosa.

**Deputado José Lima (PS):** Muito bem! É a realidade!

**O Orador:** Segundo aspecto: não é apenas a viabilidade económica da ilha que se está neste momento a revigorar com estes equipamentos e com estas infra-estruturas. É também a qualidade de vida dos graciosenses que está reflectida numa nova escola que foi totalmente

remodelada, no novo centro de saúde que irá duplicar a capacidade e cujo concurso público já foi lançado, numa creche e jardim-de-infância e centro de actividades ocupacionais que estará em fase de construção, no lar de idosos da Praia que nós construímos no âmbito deste Governo, na remodelação da rede viária e em todas as remodelações e investimentos feitos em qualquer uma das freguesias das Graciosa.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Na próxima semana vou lá ver isso!

**O Orador:** A Graciosa é um exemplo paradigmático do que é criar condições para o desenvolvimento sustentado de uma ilha.

Cria-se as infra-estruturas do ponto de vista económico, criam-se as infra-estruturas do ponto de vista de qualidade de ilha apoiando a educação, a saúde e particularmente criando futuro, desenvolvendo as infra-estruturas necessárias.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** É por isso que os jovens saem!

**O Orador:** E neste contexto, Sr. Deputado, todas as infra-estruturas que foram construídas e que estão a ser construídas deram e dão futuro à Graciosa.

Hoje, a Graciosa é uma ilha onde a actividade agrícola tem um crescimento significativo ao nível da produção láctea!

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Extravasa as outras ilhas!!!

**O Orador:** É a ilha que mais cresce do ponto de vista do valor do pescado capturado. É uma ilha que a partir de agora tem todas as condições para, directa e indirectamente, criar muitos postos de trabalho através do seu reposicionamento na oferta turística regional.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** E os jovens continuam a sair!

**O Orador:** Para concluir, porque não entro em *fait divers*, quero que saiba, Sr. Deputado, que os contratos de 3 meses que referiu para o hotel são, como em qualquer empresa, um contrato experimental inicial, para não só aferir se as pessoas que vão exercer essa actividade têm condições para o fazer,...

**Deputado João Costa (PSD):** Está previsto na lei?!

**O Orador:** ... como também para a própria entidade patronal as analisar. Isso acontece em qualquer empresa.

Qualquer empresa desta região que tem o mínimo de racionalidade faz um primeiro contrato experimental de 3 meses.

**Deputado João Costa (PSD):** A lei prevê períodos de experimentação? Estou desactualizado!

**O Orador:** Segunda questão, o número de postos de trabalho que efectivamente serão criados para o hotel são entre 25 a 30 postos de trabalho, conforme está definido.

O que fizemos não foi construir um hotel. Construámos um hotel, criámos uma dinâmica associada às entidades que o exploram, quer seja o INATEL, quer seja os empresários graciosenses que participam nesta parceria, quer sejam outros empresários regionais, de forma a assegurar fluxos de turismo bastante significativos durante todo o ano para a Graciosa.

É este o objectivo contratualizado em parceria com o INATEL. Pergunte aos empresários da sua ilha tudo o que neste momento está a ser feito para esse efeito.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Haja transportes!

**O Orador:** O hotel será sem dúvida mais uma alavanca para o desenvolvimento e para o crescimento económico da Graciosa, para a criação efectiva de emprego e para criar valor acrescentado. É isso que tem que fazer um governo quando quer o desenvolvimento de uma ilha, criar condições à dinamização económica e dar mais qualidade de vida.

Conjugámos esses dois factores de forma clara e objectiva na Graciosa...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas não é isso que se está a verificar!

**O Orador:** ... quer com os investimentos efectuados, quer com os investimentos que demos sequência e continuidade com esta visita estatutária e, como sempre, os graciosenses souberam reconhecer esse trabalho e neste momento estão também a saber reconhecer aquilo que é sem dúvida o seu futuro, que está a ser desenvolvido, construído e criado.

*(O Sr. Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado José Lima)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo conseguiu enumerar, em 5 minutos, 13 anos de Governo (os meus parabéns!), mas continua a falar no que querem fazer para criar desenvolvimento.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Já está feito, Sr. Deputado!

**O Orador:** O desenvolvimento criado não o vejo referir.

E a marina? Esqueceram-se dela? Esqueceu-se de a referir?

É um compromisso esquecido.

Em Outubro virei aqui perguntar-lhe pelos 25 a 30 ou venho perguntar-lhe pelos 10 a 15?

É isso que vamos ver em Outubro.

Estranho, uma vez que o Sr. Vice-Presidente deveria de alguma forma responder a outras questões que eu coloquei, que não tenham feito um único comentário, inclusivamente o visado na minha intervenção que alterou um programa que estava feito desde o início do ano lectivo, o único espectáculo cultural que havia na Graciosa naquela noite, na única noite que o Governo passou na Graciosa, de uma Academia Musical...

**Deputado Manuel Avelar (PS):** E as taças? Seja honesto!

**O Orador:** ... que tem lutado bastante para se manter a leccionar bem e a bem das crianças da Graciosa, como todos os graciosenses reconhecem.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Inclusivamente houve crianças que não foram avisadas a tempo e não puderam actuar, porque quando chegaram o espectáculo já tinha terminado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Falta de respeito!

**O Orador:** É essa a vossa forma de trabalhar e de ver tudo como vosso.

Que não quisessem assistir ao espectáculo..., apesar de eu achar que até teriam a obrigação de o fazer, pelo menos até ao fim.

Também lhe digo, Sra. Secretária, que se tivesse olhado para o programa, veria que faltavam 6 ou 7 minutos para o espectáculo terminar quando a senhora saiu. Tinha ficado bem ter ficado até ao fim, para não fazer aquela figura que foi notada por todos.

O Sr. Manuel Avelar alterou a hora do espectáculo para não coincidir com o seu comício. Não fosse alguém faltar ao comício para estar com os seus filhos ou a assistir à audição final dos alunos...

**Deputado Manuel Avelar (PS):** E as taças? Seja honesto!

**O Orador:** ... da Academia Musical da Ilha Graciosa por causa de um comício político. É mesmo não ter noção do exercício da democracia, noção daquilo que realmente tem valor na sociedade e no comportamento social dos políticos.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde finais da década de noventa que a ilha da Graciosa vem atravessando uma fase de desenvolvimento deveras significativo para os locais e para os que decidiram fazer opção de lá viver.

Os investimentos feitos nas várias áreas, agricultura, pescas e economia já começaram a demonstrar que estavam correctos, aumentando assim o rendimento dos vários intervenientes.

Na semana passada o Governo Regional visitou a ilha Graciosa, pela primeira vez nesta legislatura, dando cumprimento ao Estatuto Político-Administrativo e continuando, através das decisões tomadas, a responder aos legítimos anseios dos Graciosenses, no prosseguimento de um caminho de desenvolvimento seguro e continuado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à área da Economia/Turismo foi inaugurada uma obra que terá uma importância considerável – falamos do novo Hotel de quatro estrelas e com 120 camas, cujo empreendimento teve início em Setembro de 2007, com um custo aproximado de sete milhões de euros, criando mais de duas dezenas de postos de trabalho, obra esta que vem colmatar uma lacuna existente na âmbito da oferta turística na Ilha Graciosa.

Devemos lembrar que ligado ao sector do Turismo da Saúde e do Lazer decorrem em bom ritmo as obras das Termas do Carapacho, obra no valor estimado em 1.5 milhões de euros as quais permitirão a reabilitação e certificação no tratamento terapêutico, melhorando as suas valências, virando-a para um nicho de mercado a explorar tendo sido lançado o processo de concessão da sua exploração.

Ainda neste âmbito do turismo é de referir que já se iniciaram as obras de protecção do edifício das Termas, a requalificação das piscinas e aumento do solário, dignificando assim um espaço muito procurado na época estival. Também tiveram início recente as obras de melhoria dos acessos ao mar no Barro Vermelho, cujo valor da empreitada é de 150.000 mil euros.

Neste momento decorrem também as obras do Centro de Visitação da Caldeira, obra que ultrapassará meio milhão de euros e que após a sua conclusão terá um papel muito específico, na informação e divulgação do nosso monumento natural.

No espaço florestal de lazer na Caldeira estão em fase muito adiantada obras para o seu embelezamento, melhorando as suas infra-estruturas de apoio, um centro de divulgação florestal, sinalética e um percurso pedonal dando aos frequentadores deste espaço novas potencialidades paisagísticas e de conforto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na área agrícola continua a apostar-se no firme apoio às organizações de produtores, com o objectivo de diversificação dos vários serviços por elas prestados aos agricultores, nomeadamente na área da melhoria genética, contraste leiteiro, nutrição e alimentação animal.

Com o objectivo de melhorar o abastecimento de água à lavoura, far-se-á este ano um furo de captação e serão colocados novos reservatórios (Guadalupe) e substituídos outros já degradados (Luz e São Mateus).

Com vista a potenciar o crescimento de várias produções agrícolas foi decidido apoiar um projecto de modernização das instalações e equipamentos da Adegas e Cooperativa Agrícola da Graciosa.

No âmbito da melhoria da rede de caminhos rurais foi aprovado o início dos procedimentos necessários às obras de beneficiação do caminho Barreiro/Vales, na freguesia de São Mateus, numa extensão de três km.

Durante esta visita Estatutária foi inaugurado o Picadeiro “António Maria da Cunha” cuja denominação vem homenagear postumamente um agricultor que na sua época foi inovador e apoiou os Graciosenses na área da medicina veterinária, apesar de ser apenas um curioso. Este empreendimento é propriedade da Associação Equestre Graciosense que contou com o apoio do Governo Regional e que prosseguirá o projecto para reforçar a sua actividade e infra-estruturar o espaço envolvente, criando um espaço multifuncional para as actividades produtivas da Graciosa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na área da Solidariedade Social foi apresentado o projecto de arquitectura da Creche, Jardim de Infância e Centro de Actividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de

Santa Cruz, cujas obras virão melhorar bastante o apoio às crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Também foi decidido apoiar no montante de 150.000 euros a realização de obras de requalificação no actual Lar dos Idosos de Santa Cruz.

Ainda no âmbito do apoio à Terceira Idade vai ser apoiada a Santa Casa da Misericórdia da Paria na adaptação de quatro moradias para idosos menos dependentes.

Foi também autorizado a empreitada de construção de quatro habitações T3, duas no loteamento das Dores e duas no loteamento da Rua Barão da Fonte do Mato, todas destinadas a realojamentos.

Na área das estradas foi decidido dar os primeiros passos para a construção da ligação ao novo Centro de Saúde e o concurso para a empreitada de reabilitação da Estrada Regional Pedras-Branças/Limeira, no montante estimado de um milhão de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No sector das Pescas, devemos referir a inauguração do Porto e das Casas de Apresto, obras que muito beneficiarão os pescadores Graciosenses, para além do apoio na formação dos profissionais da pesca e da modernização da frota.

A pesca evoluiu de um total de capturas de 68 toneladas em 1996 para 148 toneladas em 2007, cujo valor passou de 111 mil euros para 1,2 milhões de euros, tornando esta área num importante veículo do desenvolvimento económico da Graciosa.

Sabemos que nem tudo está feito nesta área mas iniciar-se-á de imediato a construção da nova lota e mais Casas de Apresto para que todos os armadores sejam atendidos, assim como a colocação de um pórtico de varagem e de uma grua no Porto Afonso.

Com a continuação de todo este investimento para gerar riqueza e qualidade de vida, os Graciosenses estão convictos que o seu futuro será melhor.

Disse!

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila) e Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** O Sr. Deputado João Costa perdeu a oportunidade de aplaudir o bom trabalho que tem sido feito na Graciosa!

**Presidentes:** Estão inscritos os Srs. Deputados João Costa e José Ávila.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer ao Sr. Deputado Manuel Avelar que nove meses depois... Aleluia!

Bem-vindo à tribuna do Parlamento!

O Sr. Deputado Manuel Avelar, tirando a última frase, fez uma resenha, até pouco exaustiva, do comunicado do Governo. Bastava fazer uma remessa para o GACs e está lá tudo escrito. Eu já tinha a sua intervenção aqui antes do Sr. Deputado falar, porque eu já suspeitava que o senhor ia limitar-se a ler o comunicado do Governo. Aliás, o comunicado do Partido Socialista na Graciosa fez exactamente a mesma coisa, copy/paste do comunicado do Governo.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Trabalhamos em equipa!

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Seja substancial e deixe-se de rodeios!

**O Orador:** É pena, o Sr. Deputado Manuel Avelar não ter alinhado um bocadinho naquilo que falta, não só no que falta fazer, como nas políticas erradas que estão a impedir a Graciosa de se desenvolver.

O senhor não falou em nada politicamente substancial...

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Não adianta nada. É muito pior!

**O Orador:** ... que leve o Governo a alterar o que quer que seja na Graciosa, por exemplo, acabar de uma vez por todas com o crónico problema dos transportes, que é efectivamente, como todos os graciosenses sabem e inclusive o Sr. Deputado Manuel Avelar sabe, o grande problema que temos.

Enquanto não tivermos esse problema minimamente resolvido não vamos ter possibilidade de ver a Graciosa desenvolver-se.

Dou-lhe o exemplo de ontem: o navio Viking atrasa dois dias o início da operação.

Qual é a única ilha prejudicada nos Açores?

Adivinhou?

É a Ilha Graciosa!

Mais uma vez a Ilha Graciosa é penalizada pelos atrasos, pelas trapalhadas, pela falta de rigor na política dos transportes marítimos.

Mais uma vez a Ilha Graciosa é prejudicada!

É a única a ser mais prejudicada!

Enquanto alinhar nesse diapasão do ámen, aleluia, quando qualquer coisa é feita, sinceramente (tenho pena!) o senhor continua a não contribuir para chamar a atenção do Governo e a fazer o Governo ver aquilo que o Sr. Vice-Presidente claramente há pouco conseguiu demonstrar: a sua cegueira relativamente à Ilha Graciosa e aos problemas que a ilha atravessa.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dizer que esta visita estatutária do Governo Regional à Graciosa deve ter corrido muito bem, porque o Conselho de Ilha achou muito positiva esta visita. Pela primeira vez tivemos um Conselho de Ilha que despiu a sua camisola política e conseguiu reconhecer o bom trabalho que o Governo fez. Isto é sintomático daquilo que aconteceu desta vez.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Isso o Sr. Deputado não referiu!

*(Aparte inaudível do Deputado João Costa)*

**O Orador:** O Sr. Deputado espere pela sua vez para falar. Eu estive aqui calmamente a ouvi-lo.

**Deputado João Costa (PSD):** Não posso fazer apartes?

**O Orador:** Pode fazer os apartes que quiser. Aliás, o senhor é o campeão dos apartes.

Relativamente àquilo que foi referido na intervenção anterior, em que eu fui visado porque tinha dito que iam ser criados 30 postos de trabalho, evidentemente que o Sr. Deputado não acredita que estas coisas são todas no mesmo dia. Foram criados 19 postos de trabalho. Ainda bem que foram criados.

Quanto à questão dos jovens que estavam no curso de turismo, se o senhor fosse correcto, também tinha pedido informação sobre outra coisa: eles foram todos contactados, só um é que aceitou.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Relativamente à boleia do Grupo Parlamentar do PS, eu queria lembrar que o senhor escreve muito, fala mal de toda a gente, inclusivamente de mim. Está sempre a tasquinhar.

De facto, o nosso Grupo Parlamentar apanhou aquela boleia, mas queria relembrar ao senhor (não sei se o senhor andava por lá ou se andava noutras zonas do país) que também houve um vereador do PSD que apanhou uma boleia de um avião de uma empresa de construção civil que estava a fazer uma obra para a Câmara Municipal.

Veio mal ao mundo por causa disso? Não veio! E o senhor sabe do que é que eu estou a falar.

**Deputado João Costa (PSD).** Não sei. Pode especificar!

**O Orador:** Tenha calma.

Em relação ao facto da alteração dos horários para estarem num lado e noutro, queria dizer que a Câmara Municipal marcou uma inauguração de um posto de turismo da ART, ...

**Deputado João Costa (PSD):** Foi a ART!

**O Orador:** Não senhor, foi o Presidente da Câmara que a marcou, porque eu falei com a ART. O senhor está a faltar à verdade.

... para as 15 horas, precisamente no horário do Conselho de Governo. Isto é que é fazer política, meu amigo!

Em relação à marina, acho piada!

Só no manifesto eleitoral do Partido Socialista de 2008 é que aparece a promessa,

No manifesto da Câmara Municipal já aparece há mais 12 anos, mas isso o senhor não referiu.

O senhor quer que façamos uma marina até Julho?

**Deputado João Costa (PSD):** Não nesta legislatura!

**O Orador:** Então tenha calma. A legislatura ainda não acabou. Agora é que está a começar.

**Deputado João Costa (PSD):** O senhor Presidente do Governo não diz isso!

**O Orador:** Quando o senhor diz que o PS tem uma visão do imediato é preciso não ter os olhos bem abertos, porque quando se recupera a rede viária, quando se faz uma central eléctrica, quando se faz uma fábrica de lacticínios, uma nova escola, um porto de pescas, um

lar de idosos, um hotel, umas termas, quando se está a programar um centro de tratamento de resíduos, quando se está a programar fazer um Centro de Saúde novo, quando se está a apoiar projectos como o de observação climática, de aproveitamento da energia alternativa (uma experiência que está a começar neste momento na Alemanha), eu chamo a isto visão de futuro.

Sr. Deputado, andamos aqui a atirar areia para os olhos de quem?

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à questão da inauguração faseada do porto de pescas, qual é o problema? Que mal é que vem ao mundo fazer uma inauguração faseada? Há algum problema?

A Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa inaugurou há dois ou três anos umas retretes de um parque de campismo e não fez mais nada. Veio algum mal ao mundo por causa disso? Não veio.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à permanência do avião na Ilha Terceira, o senhor apoia essa iniciativa do CDS/PP?

**Deputado João Costa (PSD):** Eu votei favoravelmente!

**O Orador:** O senhor não votou. O senhor não estava cá!

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

Para si também, aleluia! Finalmente o senhor desceu da Mesa para fazer uma intervenção.

**Deputado José Ávila (PS):** Não tem nada a ver com isso!

**O Orador:** Sobre o Programa do Governo, não foram capazes de fazer uma intervenção; sobre o Plano e Orçamento também não foram capazes de fazer uma intervenção.

**Deputado José Ávila (PS):** Isso é só conversa!

**O Orador:** Sobre a visita do Governo, sobre o folclore das inaugurações, vêm tecer alvissaras a qualquer festarola que acontece na Graciosa.

Os alunos não aceitaram. Pudera!

Os alunos que estão no Estagiar T iam perder a oportunidade de mais alguns meses de trabalho para irem para um hotel com um contrato de 3 meses?

Desde quando é que um contrato de 3 meses é período experimental?

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Que eu saiba o período experimental existe em qualquer contrato de trabalho, a não ser que entretanto esta situação tenha mudado.

Obviamente que não aceitaram.

O Sr. Deputado José Ávila, em Setembro de 2007, nesta casa, disse (está no Diário da Assembleia, o senhor pode consultar):

“Ainda para mais existe um curso de turismo na Escola Básica, o que quer dizer que essas pessoas podem ter emprego quando acabarem o curso”. Disse isto referindo-se ao hotel.

Mais acima dizia:

“Quero lembrar que só o hotel vai empregar directamente 30 pessoas”.

**Deputado José Ávila (PS):** Não quiseram!

**O Orador:** Daqui a 100 anos até pode ter 50 pessoas. No momento tem 19!

Os senhores criaram expectativas nos jovens graciosenses, e na juventude em geral, em relação ao seu futuro, mas não lhes dão o estímulo necessário para eles poderem aceitar determinadas condições de trabalho que nesta altura de crise económica, se calhar, poderiam ser flexíveis na sua condição de trabalho.

É claro que os alunos que tiveram estágios de formação, pagos com o dinheiro dos contribuintes açorianos, em animação turística e em recepção de hotel não querem ir fazer camas. É óbvio!

O senhor recrimina-os por isso? Por lhes terem criado essas expectativas e agora mandam-nos desempenhar outra função qualquer que eles nem sequer têm vocação?

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Um aluno que está em recepção e animação turística, se não tem vocação, se não tem experiência profissional, ou não tem formação para ir fazer mesa/bar, é claro que sente dificuldade em aceitar esse tipo de oferta.

As expectativas que os senhores criaram nos jovens graciosenses é que não têm nada a ver. O senhor desceu do lugar que ocupa na Mesa para destilar contra a Câmara Municipal. Mas que mal é que tem?

O Governo estava reunido na sala da biblioteca, não estava a prestar declarações. Os jornalistas estavam por ali, não era uma iniciativa que os jornalistas ou a comunicação social estivessem a trabalhar. Estavam à espera que acabasse a reunião do Conselho do Governo. Se foi a ART ou se foi a Câmara Municipal que aproveitou a presença dos jornalistas para inaugurar aquilo que é um serviço que vai ser prestado a todos os visitantes da Graciosa, até acho muito bem.

O que eu não acho bem é prejudicar a actividade de uma escola privada que funciona na Ilha Graciosa há muitos anos, para beneficiar um comício político, seja ele qual for, seja ele de que partido for. Isso é que eu não acho bem.

Como eu estava a dizer, o senhor desceu do lugar que ocupa para destilar contra a Câmara Municipal. O Sr. Deputado José Ávila é vereador da Câmara Municipal há 4 anos, o Sr. Deputado Manuel Avelar julgo que é há 8 ou 9 anos. O senhor tem de 15 em 15 dias a oportunidade de dizer tudo o que quiser, porque é vereador e participa nas reuniões da Câmara Municipal, mas lá o senhor não diz o que vem para aqui dizer.

Eu não tenho nada a ver com o assunto. Portanto, não queira que eu lhe responda.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**Deputado José Ávila (PS):** Tem, tem! Tem muito a ver com o assunto!

**O Orador:** Eu não estou presente nas reuniões da Câmara. Portanto, estar a trazer Câmara Municipal e campanha autárquica para esta casa não lhe fica bem, sinceramente.

Fica-lhe bem a solidariedade com o seu colega, mas não lhe fica bem trazer para aqui um assunto que não é capaz de falar dele na Graciosa.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando se fala no emprego ou na falta dele, é preciso ter algum cuidado. É uma preocupação de todos nós, mas, atenção, isto não é uma responsabilidade só do Governo.

O senhor não gosta de ouvir, mas volto a frisar: isto é também uma responsabilidade da Câmara.

Vou contar uma história que o senhor talvez conheça muito melhor do que eu:

A Câmara Municipal (pasmese!) vai formar agora uma empresa municipal.

Sinceramente, julguei que era para criar emprego, mas não, é para mudar o xadrez político.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Está a falar da Câmara de Angra?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** E da Hortaludus!

**O Orador:** É para tirar daqui e meter ali; é para meter lá os amigos, os compadres e as promessas eleitorais.

É isto que eu ouço, é o que as pessoas dizem lá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Graciosa tem muitos problemas. A questão do emprego é uma questão sensível, como já referi.

Mas queria dizer que em 1995 tínhamos 235 empregados, 47 deles à procura do primeiro emprego.

Neste momento, temos 99 desempregados, 9 à procura do primeiro emprego e 3 deles são licenciados.

A grande maioria das pessoas que estão inscritas da Agência de Emprego e Qualificação, estão à procura de melhor ou de outro emprego, o que é legítimo, também.

Temos problemas na Graciosa? Infelizmente ainda temos e temos que os resolver.

Temos pobreza, é verdade. Temos pessoas a viver com dificuldades. Temos, sim senhor, mas as outras ilhas também têm. Mas estas pessoas estão localizadas e estão referenciadas. Sabemos onde é que elas estão, sabemos quem são, sabemos que elas precisam de ajuda e que tipo de ajuda é que precisam. Elas não estão escondidos, não estão empurradas para trás como se fosse uma vergonha.

Infelizmente os pobres existem e é preciso resolver esse problema.

Às vezes brinca-se com a questão do Rendimento Social de Inserção. Eu já vi aqui o Sr. Deputado João Costa gozar com essa situação, que era a única coisa que crescia na Graciosa.

**Deputado João Costa (PSD):** Não é um gozo, é uma preocupação!

**O Orador:** O senhor está enganado. Diz que cresceu, mas não é verdade.

Tenho aqui os dados de Dezembro de 2007. Ele não cresceu, baixou pouco, mas baixou.

**Deputado João Costa (PSD):** E os de 2009!

**O Orador:** Falo de 2009 relativamente a 2007.

Se baixou, o senhor não pode dizer que aumentou.

Se disser isso está a faltar à verdade.

Temos mais problemas, Sr. Deputado. Temos o problema dos horários de alguns transportes, mas é preciso ter em atenção que essa questão dos transportes e dos horários dos aviões está a ser muito aproveitada politicamente. Não é como o senhor diz.

Se o senhor quiser, daqui a pouco posso explicar esta situação, porque agora não tenho tempo.

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

\* **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Ávila:

Há muito tempo que se fala na Graciosa (é promessa eleitoral!) na criação de uma empresa municipal. Provavelmente quem deu agora o empurrão para que essa empresa seja criada foi o Sr. Presidente do Governo ao anunciar que não fará uma marina na Graciosa.

Como a Graciosa precisa de uma marina, se calhar, a melhor forma de a fazer, é através de uma empresa municipal.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**Deputado José Ávila (PS):** Não achava melhor ser depois das eleições?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Aqui no Faial, não!

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

\* **Deputado Manuel Avelar (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Costa:

Vamos falar de coisas importantes para a Graciosa. Vamos falar de zonas balneares. Tanto que o senhor gostava que a obra do Carapacho avançasse, e está a avançar, e o Barro Vermelho, mas o senhor esquece-se de quem é a responsabilidade.

O senhor parece que vive no mundo das nuvens quando lhe convém. O senhor esquece-se que é responsável político. Portanto, tem que assumir aqui que o Governo, em colaboração

com a Câmara Municipal (não posso deixar de dizer isto), tem muito dinheiro para ser investido em zonas balneares que são da total responsabilidade da Câmara.

Vamos falar do projecto da Praia.

Há quantos anos a Câmara Municipal não gasta um escudo na zona balnear?

Precisava de dizer também, com as mãos postas, aleluia!

O que é que fez em termos de investimento nas zonas balneares?

Nada!

Vai fazer um bocadinho na Calheta, por grande pressão.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Há-de dizer isso na Assembleia Municipal!

**O Orador:** É verdade, um bocadinho. Não é tudo, mas vai fazer um bocadinho, sem dúvida.

Vamos também falar da marina.

Prometemos a marina em 2008. Este é primeiro ano da legislatura.

É preciso saber quem são os responsáveis políticos na câmara que prometeram e nunca fizeram (já lá vão, salvo erro, talvez no terceiro mandato) e o dinheiro que já foi investido num projecto que possivelmente é megalómano, se calhar não serve (são as pessoas de lá que dizem que não serve). Neste momento a Câmara está à procura de resolver a situação pela empresa municipal.

**Deputado João Costa (PSD):** O porto de pescas também está em maqueta!

**O Orador:** Não está em maqueta. Os senhores têm a maqueta de lá e nunca fizeram. É da vossa responsabilidade. O senhor é que é o responsável político de lá e sabe muito bem.

Vejamos outras obras importantíssimas.

Fala do picadeiro. Não acha que foi um importante passo para a Graciosa.

**Deputado João Costa (PSD):** Foi a primeira frase da minha intervenção!

**O Orador:** Não acha que esta visita foi muito importante?

Nunca estaremos totalmente satisfeitos. Temos que ser realistas. Precisamos sempre de muito mais.

A Graciosa precisa sempre mais. É verdade. Vamos continuar a trabalhar e o Governo tem dado passos significativos.

A Graciosa está a demonstrar que está a melhorar. Está à vista de todos.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

\* **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria dar os parabéns ao Sr. Deputado Manuel Avelar, apesar de terem passado 7 meses e meio e não aqueles que o Sr. Deputado disse sobre a tomada de posse, porque é a primeira vez que fala.

Sr. Deputado, antes falar pouco e dizer muito, do que falar muito e dizer pouco.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à questão dos transportes, queria referir aqui umas questões que são empoladas, nomeadamente pela oposição.

Uma das coisas que é sempre referida é a ligação de Lisboa com a Graciosa, por causa do turismo.

Tenho aqui o horário de Inverno do qual constam as ligações com Lisboa. Ao Domingo sai-se às 8 horas de Lisboa e chegamos à Graciosa às 15.30 horas.

À Segunda-feira sai-se às 8 horas de Lisboa e chega-se à Graciosa às 11 horas.

À Terça-Feira, sai-se às 8 horas de Lisboa e chega-se às 11 horas à Graciosa.

Na Quarta-Feira sai-se às 8 horas de Lisboa e chega-se à Graciosa às 15.30.

Na Quinta-Feira, sai-se às 8 horas de Lisboa e chega-se às 14.30 à Graciosa.

Na Sexta-Feira sai-se às 8 horas de Lisboa e chega-se à Graciosa às 14.30.

Ao Sábado sai-se às 9.15 de Lisboa e chega-se às 15.30 à Graciosa.

Estou a falar apenas na ligação via Terceira.

Quando venho para aqui tento documentar-me. Não gosto de chegar a esta casa e mandar coisas para o alto sem as provar.

O senhor tem muito esse hábito, mas infelizmente não é só aqui. O senhor exerce o seu acto de cidadania, através da utilização de um *blog*, que não sei se se chama PEDRA (é uma coisa parecida com isso). Eu não leio, porque a minha cidadania posso exercê-la da forma como gosto e que sei, porque passo o tempo a resolver o problema dos graciosenses e não a falar mal dos meus colegas.

Obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidentes:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

\* **Deputado Manuel Avelar (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Costa:

Vamos à área social.

Não acha que o que se prometeu, o que se fez nesta visita e o que não se fez mais cedo se calhar tem a ver com a posição da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz e da Praia?

Vamos começar a primeira fase.

Foi uma anterior Directora Regional da Solidariedade Social que incentivou a Sra. Provedora (e tenha a certeza que isso ela o dirá publicamente) a fazer o projecto para a remodelação da Santa Casa, porque era necessário, porque tinha necessidade urgente de fazer obras no Lar de Santo Cristo, em Santa Cruz.

Foi a própria Directora Regional do anterior Governo que incentivou para que se fizessem obras de carácter urgente em Santa Cruz.

Mais do que isso, a obra do CAO é muito grande, envolve creche e Jardim-de-infância e é muito importante para a Graciosa. Aliás, já decorre de algum tempo, porque o Governo já comprou os terrenos a algum tempo, cedeu-os à Santa Casa e agora vai apoiar a construção de novas moradias para a ampliação indirecta do Lar da Vila da Praia.

Na área social acho que foram medidas bastante importantes para a Graciosa e que os graciosenses reconhecem.

Portanto, é preciso que o senhor também o reconheça. Acho muito importante para que os graciosenses saibam para que o senhor não diga aqui uma coisa e lá fora outra.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

O debate foi entusiasmante e a prova disso é que nos esquecemos de fazer intervalo.

Vamos fazer um intervalo. Se juntarmos a isso a hora e o facto de não eu não ter mais inscrições, voltamos às 15 horas para entrarmos na nossa Agenda da reunião.

Bom almoço.

Até logo e muito obrigado.

*Eram 12 horas.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

*Eram 15 horas.*

O primeiro ponto é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime excepcional de liberação da caução nos contratos de empreitadas de obras públicas”**.

Não sei se alguém do Governo quer apresentar o diploma?

Parecendo não haver inscrições, está aberto o debate.

Estão inscritos os Srs. Deputados Pedro Gomes, Manuel Herberto Rosa e José Cascalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É notória a ausência do Governo em matéria de contrato de empreitadas de obras públicas!

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção por assinalar a circunstância estranha, para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, do Governo Regional dos Açores, autor da proposta de Decreto Legislativo Regional que está aqui em discussão, não a ter apresentado nesta câmara. Não devendo ser tomada como sinal de desinteresse, é pelo menos considerado, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, como sinal de desrespeito por este Parlamento.

**Vozes do Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em segundo lugar, gostaríamos de dizer que a iniciativa é relevante do ponto de vista económico e financeiro para as empresas regionais, na medida em que, com a possibilidade de liberar, para usar a expressão utilizada no Código da Contratação Pública, da caução ao fim de 3 anos de todas as empreitadas de obras públicas, permite desonerar financeiramente as empresas.

Permite também que em futuros concursos públicos, e em outros procedimentos concursais destinados à realização de obras públicas, os preços apresentados pelos concorrentes nas suas propostas possam ser um pouco mais baixos, tendo em consideração que as empresas estão desoneradas dos encargos financeiros quanto à manutenção da caução por um período de tempo mais longo.

Interessa dizer que na actual configuração do Código da Contratação Pública as cauções ou as garantias bancárias que se destinam a garantir a boa solução construtiva das obras públicas, podem ter uma duração de 10 anos, caso digam respeito a elementos construtivos, 5 anos elementos construtivos estruturais, 5 anos para outros elementos construtivos não estruturais e 2 para equipamentos que se integrem na obra pública em causa.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dará o seu voto favorável a esta iniciativa, considerando o mérito e a oportunidade da mesma, como forma também de permitir às empresas aliviarem a sua tesouraria e permitir às empresas, do ponto de vista da sua relação com a banca, ficarem desoneradas de um conjunto de encargos financeiros e de encargos creditícios que pesavam na sua gestão financeira e na sua própria tesouraria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Contudo, esta medida sendo importante para as empresas regionais não é a solução para os problemas das empresas regionais, que são empresas do sector da construção civil e das obras públicas.

Interessa neste debate, embora marginalmente, lembrar os recentes sinais de alerta vermelho, nomeadamente dados por parte da AICOPA, que há bem pouco tempo atrás dizia que há cerca de 2000 novos desempregados no sector da construção civil dos Açores.

Sendo esta medida importante, como já disse, para ser mais um elemento no combate à crise, esta medida também exige um outro comportamento por parte do Governo Regional na sua relação com os empreiteiros, na sua relação com os construtores civis e na sua programação das obras públicas.

Ela implica também uma maior exigência por parte do Governo Regional na programação das suas obras, uma maior exigência na feitura e na realização de obras que sirvam o interesse regional e na realização de obras e investimentos públicos que tragam mais valias que sejam reprodutivas para os Açores.

O que é verdade é que não basta construir, não basta lançar concursos, não basta fazer obras por aqui ou por ali. Aliás, o debate desta manhã foi bem elucidativo também no que a obras diz respeito.

Não basta fazer obras, dizia eu. É preciso que essas obras tenham um sentido estratégico e tragam um valor acrescentado para a economia açoriana e permitam às empresas construírem bem, ganharem o seu dinheiro e terem os seus proveitos como é justo e normal

numa economia de mercado, mas também do lado de quem administra e gera os dinheiros públicos e de quem é responsável pela governação da Região, deve ter a preocupação de fazer obras que tenham interesse para a Região, que promovam o desenvolvimento regional e, sobretudo, que sejam elas reprodutivas.

É com este sentido, com esta preocupação, mas também com este desafio que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará favoravelmente na generalidade esta iniciativa que agora está em discussão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

\* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa legislativa que está neste momento em apreciação vem criar um regime especial relativamente à liberação das cauções associadas aos contratos de empreitadas de obras públicas.

No concreto, a medida traduz-se na antecipação para 3 anos do prazo para liberação da caução, contada a partir da recepção provisória da obra e vai vigorar até ao final do ano de 2011.

Com as medidas agora propostas o Governo dos Açores pretende desonerar as empresas de parte significativa dos custos financeiros resultantes da constituição e manutenção das cauções, neste momento particular em que as empresas enfrentam dificuldades acrescidas.

Constatar a crise tem sido papel reiteradamente protagonizado pela oposição ou melhor por determinada oposição.

Ao PS e ao seu Governo cumpre fazer mais do que isso. Cumpre, em concreto, tomar medidas para enfrentar e combater a crise.

Esta não será certamente a medida que vai acabar com a crise, mas é sem dúvida uma medida que vai ajudar as empresas de construção civil e obras pública a melhor enfrentar o momento difícil que a economia mundial e a economia açoriana atravessam, por isso vai merecer, como é natural e óbvio, o voto favorável do Partido Socialista.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

\* **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda também vai dar o voto favorável a este diploma.

Não obstante aquilo que já foi dito, nós entendemos que é preciso ter em conta que esta medida vai favorecer a manutenção do emprego.

Portanto, uma das razões pela qual ela é colocada aqui à votação nesta casa é precisamente pela questão do emprego.

Entendemos que estas empresas não devem despedir. Nós devemos ter mecanismos que possamos utilizar para monitorizar se estas empresas vão garantindo o emprego, se não são elas que, depois de receberem todas estas benesses do Governo, vão facilmente despedir os empregados que têm.

Gostaria de endereçar uma questão ao Secretário Regional da Vice-Presidência que aqui está:

O Governo tem mecanismos para realizar essa monitorização? Consegue perceber, com todas estas facilidades que se dá às empresas, e bem, se é possível garantir? Como é que o Governo sabe que estas empresas garantem o emprego?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**\* Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional propõe, no âmbito deste Decreto Legislativo Regional que traz à nossa Assembleia, como já foi aqui referido, mais uma medida de apoio às empresas açorianas, particularmente na área da construção civil.

Este apoio consiste efectivamente em reduzir os custos financeiros em encargos financeiros decorrentes das empreitadas de obras públicas, através da redução do período de caução, mantendo os níveis de garantia, de boa exequibilidade das próprias obras. Isto é, cada empresa que faz uma empreitada no âmbito das obras públicas tem um encargo decorrente de ter que manter uma caução que poderá ser executada em função do incumprimento contratual.

Neste contexto o período dessa caução é reduzido para 3 anos com efeitos retroactivos, isto é, permitirá neste momento a todas as empresas que já tenham concluído obras e que tenham efectivamente uma caução já com 3 anos, reduzir em dois anos o encargo financeiro decorrente.

Mas esta proposta decorre essencialmente de um permanente diálogo que temos feito com as associações, com as câmaras de comércio e com as associações representativas, particularmente na área da construção civil (AICOPA). Decorreu dessa análise da situação e de uma proposta específica da AICOPA que nós acolhemos e que aqui trazemos à sua concretização.

Estamos aqui perante mais um exemplo do diálogo produtivo, efectivo e com resultados práticos que o Governo tem feito com os seus parceiros sociais para anular os efeitos da conjuntura internacional.

Permitam-me dizer que isto é apenas mais uma medida dirigida às empresas de construção civil, porque efectivamente a situação e a falta de liquidez das instituições financeiras internacionais, repercutindo-se nas instituições financeiras e nos bancos nos Açores, reduziu efectivamente a capacidade de liquidez dessas instituições financeiras e, por essa via, o financiamento, neste caso concreto, a aquisição de habitação própria.

Isso teve um reflexo na redução do nível de construção de primeira habitação ou de segunda habitação por parte das famílias açorianas.

Por isso, como também foi aqui referido, esta medida não resolve o problema do sector da construção civil.

Esta medida ajuda a resolver e é uma medida devidamente complementarizada com um conjunto bem vasto de outras medidas, nomeadamente as linhas de crédito para apoio ao reforço da tesouraria Açores Investe, a linha de crédito de apoio à reestruturação financeira e redução dos encargos bancários das empresas açorianas, que posso dizer aqui que há data de hoje tínhamos um valor inicial de 10 milhões de financiamento, já foi reforçado em Maio para 140 milhões, neste momento já ultrapassamos esse montante, ou seja, tem tido um sucesso extraordinário de apoio por parte das empresas, bem como a nova linha que foi entretanto criada em Maio, Açores Empresa, para assegurar o financiamento da facturação de dívidas de terceiros, de umas empresas em relação às outras, reforçando a liquidez entre empresas e reduzindo as dívidas das empresas umas às outras.

Por outro lado, para dinamizar o sector da habitação, para além da aquisição de 390 habitações, neste momento decorre o processo concursal, o concurso público e respectiva disponibilização a 390 famílias.

Também há duas semanas celebrámos um protocolo com todas as instituições financeiras da Região para reforçar a dinâmica do mercado da habitação, particularmente no que concerne a criar uma linha de apoio, sob a forma jurídica de fiança, que garante 20% dos empréstimos que as famílias efectuarem para aquisição de primeira habitação, bem como bonificando 60% do valor do SPREAD correspondente a essa componente.

Nós estamos a agir no âmbito do apoio às empresas, dando-lhe condições para reforçar a sua liquidez, redução do seus encargos financeiros, aumentando a sua disponibilidade de tesouraria, ao mesmo tempo que também criamos condições para que as empresas possam cumprir os seus compromissos com outras empresas, gerando um efeito multiplicador sobre a economia regional, bem como com medidas concretas, injectando liquidez no sector da habitação, neste caso através da compra de 390 habitações e, particularmente, através desta medida de garantia dos 20% conseguirmos accionar e desbloquear centenas de processos de aquisição de habitação que estavam parados nos bancos, porque os bancos estavam apenas a dar um financiamento que correspondia a cerca de 80% do valor de aquisição das casas, não garantindo os restantes 20%.

O Governo assume essa componente do ponto de vista da garantia, facilitando o acesso à banca, mas a última decisão é necessariamente das instituições financeiras.

Aproveito também a ocasião, no âmbito da apresentação desta proposta que é mais um compromisso cumprido no âmbito da análise que fizemos com a AICOPA, para assinalar aqui que é mais um compromisso que nós cumprimos em relação à questão da garantia do emprego que foi aqui levantada.

Como sabem as medidas das linhas de apoio, o Açores Investe, e de reestruturação da estrutura financeira das empresas e redução dos seus encargos financeiros, tem uma das condições contratuais: durante o período desse apoio as empresas não podem reduzir, do ponto de vista líquido, o número de trabalhadores que tem, ou seja, é uma forma efectiva de assegurar que esse apoio tenha também uma garantia e um impacto sob o emprego.

Evidentemente que a nossa principal preocupação é salvar e manter o nível de emprego na sua globalidade.

Portanto, não podemos, nem devemos introduzir nas empresas uma gestão centralizada. Eu prefiro, muito objectivamente numa situação conjuntural, que uma empresa possa perder 10

postos de trabalho, se para essa decisão mantiver 90 postos de trabalho, porque muitas vezes manter os 100 implica perder os 100.

Quem sabe fazer essa racionalidade do ponto de vista é cada empresa accionando o seu mercado.

O nosso objectivo é que do ponto de vista do mercado global possamos continuar a fazer o que fizemos, que é manter e aumentar a população empregada, aumentar o emprego nos Açores com os devidos níveis de ajustamento que será necessário fazer em cada momento, porque, por vezes, neste caso, para mantermos uma árvore podemos pôr em causa toda a floresta.

O nosso objectivo é manter o emprego, desenvolver e fazer crescer o emprego nos Açores de forma consolidada, estruturada e isto é mais um contributo para esse efeito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Julgo que praticamente já foi tudo dito a respeito deste diploma.

É um diploma muito positivo que revela, em primeiro lugar, a disponibilidade do Governo para dialogar com os empresários e com as organizações de comerciantes.

Agora é preciso perceber que as dificuldades que passam as empresas, pese embora o Governo tenha medidas para as empresas em geral, não são só as de obras públicas.

De resto, este diploma tem um impacto muito positivo no emprego, e isso é de salutar. Ao antecipar no tempo esta caução permite também maior liquidez e maior desafogo financeiro a algumas empresas que neste momento não o têm ou têm cada vez mais dificuldades em o ter.

Parece-me positivo que o Governo participe e incentive a boa saúde financeira das empresas, mas é também positivo que o Governo não interfira naquela que é a gestão própria de cada empresa, porque essa, sim, cada empresário deve fazer como melhor entender para a saúde financeira da sua empresa e para a garantia do maior número de postos de trabalho.

Portanto, é muito positivo que este diploma tenha aparecido, sobretudo numa altura em que a crise nos Açores ainda está longe de se ir embora. Há aqui um horizonte de quase dois

anos, e esperamos que daqui a dois anos a crise já não esteja cá. Para nós, medidas destas são sempre salutares e de apoiar, por isso votaremos favoravelmente este diploma.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa visa permitir a caução nos contratos de empreitadas de obras públicas, mas não faz cessar a garantia.

No entanto, por não fazer cessar essa garantia, acaba por poder complicar o processo que as acciona.

Percebemos que o objectivo pretende reduzir os custos associados à obtenção de garantias bancárias no momento em que as empresas estão com algumas dificuldades de liquidez como todos sabemos.

No entanto queria recordar que aquilo que é aqui proposto se dirige, no essencial, para grandes empresas e consórcios.

**Deputado José San-Bento (PS):** É o grande capital!

**O Orador:** É o grande capital, é o capital que for...

**Deputado Berto Messias (PS):** É o que dá emprego!

**O Orador:** É o que calhar, Sr. Deputado. Não se preocupe com isso e veja lá se...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não seja arrogante, Sr. Deputado! Eu estava a mandar um aparte!

**O Orador:** Eu sei, Sr. Deputado, que me estava a mandar um aparte, mas se calhar mandou o aparte antes do tempo. Vamos ver se tem alguma calma, alguma paciência e espera pela conclusão.

**Deputado José San-Bento (PS):** Calma tenho. Paciência às vezes não!

**O Orador:** Pois, mas sabe que é uma virtude e se calhar é melhor ir treinando essa virtude da paciência.

Continuando, estamos a falar de grandes empresas e consórcios, uma vez que esta caução se destina a montantes elevados.

Tem um carácter temporal, mas de qualquer forma esta medida, na nossa opinião, não resolve a crise. É apenas mais uma medida avulsa, a caminho de determinada perspectiva de liberalização. Portanto, não consideramos que seja uma efectiva medida de combate à crise.

Julgamos mesmo que o argumento utilizado por todos, da manutenção do emprego, neste caso trata-se mais de uma falácia, de uma chantagem propriamente dita, das grandes empresas, do que propriamente da realidade.

No entanto, a Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu acordo a esta iniciativa.

Antes de terminar gostava uma vez mais de registar o contributo da Comissão Parlamentar, nomeadamente através da introdução de alterações, muito em particular daquela que alarga às autarquias e aos institutos públicos esta possibilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

\* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente vai desculpar-me mas eu não fiquei esclarecida relativamente à nossa questão.

Vamos começar pelo princípio:

V. Exa. disse, e bem, que esta é apenas mais uma medida, porque é evidente que nenhuma medida, por si só, resolve os problemas das empresas ou acaba com a crise.

Quando diz que é apenas mais uma medida é rigorosamente verdade, porque esta Assembleia tem votado variadíssimas medidas no sentido de aliviar as empresas regionais, sobretudo aquelas que se confrontam com maiores problemas, nomeadamente de tesouraria, aliviar esta passagem difícil e poder contribuir para que essas mesmas empresas mantenham os postos de trabalho.

O Sr. Vice-Presidente disse, e bem, que é este um objectivo global.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda tem votado favoravelmente todas as propostas trazidas a esta Assembleia, pelo Governo e pelas outras bancadas.

Agora há uma dúvida. Quando o Sr. Vice-Presidente diz, e é reiterado e apoiado nesta afirmação, de que não compete ao Governo interferir nas empresas, o senhor desculpe-me mas o Governo já interfere quando atribui estes apoios. Já está a transformar uma coisa que tinha uma realidade e que passa a ter uma outra pela intervenção do Governo.

Eu compreendo mal o pudor. Se se pode intervir numa maneira, qual é o pudor em intervir no sentido de monitorizar e garantir que estas mesmas empresas que foram intervencionadas de alguma maneira não despeçam?

Quando o Sr. Vice-Presidente diz que às vezes é preciso despedir 10 para depois não despedir 100.

Eu pergunto-lhe: quem é que faz este tipo de análise, se estamos a falar de um despedimento preventivo, que também os há no nosso país e são publicamente conhecidos (vamos despedir preventivamente antes que a coisa piore).

A nossa pergunta foi clara:

Que tipo de monitorização faz o Governo Regional?

O Governo Regional não tem dinheiro, o dinheiro do Governo Regional é de todos os açorianos e açorianas.

Quando o atribui como é que monitoriza o bom uso, um uso justo e neste caso num objectivo último e nobre que é manter os postos de trabalho?

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Vice-Presidente do Governo.

\* **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a questão que colocou.

Permita-me que lhe diga que essa questão parte de um princípio e de um pressuposto errado.

O Governo não intervenciona nas empresas. O Governo atribui um apoio, um quadro de apoio..

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Intervenciona, entre ásperas!

**O Orador:** Pois, mas o intervenciona nas empresas é uma linguagem de 75, não é uma linguagem do Séc. XXI.

O princípio está aí. Ou seja, o Governo cria um quadro de apoio às empresas onde tem um conjunto de benefícios e tem um conjunto de exigências.

Cabe à empresa decidir se como contrapartida deste apoio quer cumprir estas exigências.

Se quiser tem o apoio e tem que cumprir as regras subjacentes a esse apoio. Ou seja, o Governo tem, no âmbito dos quadros de apoio que cria uma relação contratual com a

empresa em que as duas entidades estão em igualdade de circunstâncias de forma livre. Disponibilizamos recursos públicos para apoiar uma empresa, com um determinado objectivo, com determinadas regras que são públicas e transparentes e, em contrapartida, a empresa tem que cumprir um conjunto de regras, começando pela situação laboral devidamente regularizada, situação regularizada perante outras entidades públicas e concretamente, medida a medida, existe um conjunto de exigências.

Como referi, no âmbito da linha Açores Investe, apoia o reforço da tesouraria das empresas e no âmbito da reestruturação dos encargos financeiros e dívida bancária uma das condições que está contratualizada é a manutenção do nível líquido dos postos de trabalho.

Neste caso concreto estamos a falar de uma redução que permite uma redução dos encargos financeiros, que decorre efectivamente de uma redução da estrutura dos custos da empresa e na sua relação com a banca.

Portanto, é um enquadramento de apoio regulamentar.

A partir de agora todas as empresas sabem que quando concorrerem a empreitadas de obras públicas, ou aquelas que já tenham concorrido e já têm incorporado, têm uma redução dos seus encargos.

A forma como beneficiam dessa situação, não traz, é bom lembrar, qualquer benefício do ponto de vista financeiro para a Região, porque a Região nesta matéria não está a gastar recursos públicos, está a reduzir, se assim quiserem (é uma linguagem que sei que se sente confortável com ela) as receitas dos bancos, estamos a baixar os recursos das empresas através da redução dos proveitos da banca.

Ao transferir dinheiro dos bancos para as empresas regionais reduzindo a sua estrutura de custos, com certeza perante essa redução de custos, que não coloca aqui dinheiro público, cabe às empresas decidirem o que fazem com essa redução de custos, porque não há nesta medida qualquer aplicação de recursos públicos.

Neste contexto o que estamos a fazer, e penso que muito bem, é a retirar aos bancos parte dos seus proveitos para dar às empresas açorianas.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E as outras medidas, Sr. Vice-Presidente?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Sendo assim, dou por findo o debate na generalidade acerca deste diploma e coloco-o à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao debate e votação na especialidade.

Conforme foi aqui referido, o diploma tem propostas de alteração para os seus artigos 2º e 3º, apresentadas na respectiva comissão e são subscritas por um conjunto de deputados dos vários partidos integrantes e representados nessa mesma comissão.

Colocaria à discussão o artigo 1º do diploma.

Não havendo inscrições, passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o artigo 2º temos uma proposta de alteração da Comissão que se consubstancia na alteração do corpo do artigo que passa a nº 1 e adita o nº 2.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da apreciação desta iniciativa feita na Comissão de Política Geral foram introduzidas duas alterações relevantes a este diploma que me permito aqui identificar. Aliás, com a permissão de V. Exa., permitia-me já referir quer às alterações ao artigo 2º, quer também às alterações relativas ao artigo 3º, nº 3.

Entendeu-se, por unanimidade, na Comissão que o âmbito de aplicação deste diploma às entidades contraentes era demasiado limitado na proposta que foi apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

O Governo Regional previa que o âmbito deste diploma apenas abrangesse os contraentes públicos compostos pela Administração Regional Autónoma, incluindo os institutos públicos e o sector empresarial regional, deixando de fora do âmbito de aplicação deste diploma, como já disse aqui e bem o Sr. Deputado Aníbal Pires, quer as autarquias locais, quer as fundações públicas com excepção das universidades, porque elas também estão excepcionadas no regime da contratação pública, quer um conjunto de entidades de natureza privada com as quais a Administração Pública tem uma relação *in house*, ou uma relação de

domínio, ou há uma especial relação de subordinação destas entidades em relação à Administração.

A razão de ser desta alteração é consolidar o âmbito de aplicação alargando a um universo mais vasto de contraentes públicos, cobrindo toda a realidade dos contraentes públicos no território da Região Autónoma dos Açores, colocando este diploma em perfeita consonância legislativa com as regras especiais da contratação pública constantes no Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/A, que ainda há pouco tempo foi objecto de uma alteração aprovada neste Parlamento.

Numa versão mais restritiva apresentada pelo Governo Regional passamos para uma versão mais ampla, mais consentânea com a nossa realidade regional e com a realidade legislativa que este Parlamento já aprovou em momentos passados, alargando também o leque dos contraentes públicos que ficam abrangidos por este regime excepcional da liberação das cauções.

Quer isto dizer que tanto o Governo Regional, nos seus vários departamentos, quer os institutos públicos, fundações públicas ou autarquias locais nos Açores, sempre que façam um regime de contratação pública para a realização de empreitada de obras públicas passam a ter também a possibilidade de lançar mão desta liberação antecipada da caução.

Por outro lado e para terminar, uma referência muito breve ao artigo 3º, nº 3. A redacção proposta pelo Governo Regional, na sua proposta de Decreto Legislativo Regional, usava uma terminologia diferente, introduzindo aqui um conceito de bom fim da obra para efeitos da liberação da caução.

A Comissão ponderou e propõe nesta alteração, que consta do relatório e que está subscrita pelos vários partidos que integram a Comissão, a harmonização desta redacção com a redacção do Código da Contratação Pública. Isto é, para liberar – a expressão não é brasileira, mas é a mesma expressão usada pelos Códigos dos Contratos Públicos – a caução antecipadamente, aos 3 anos, seguem-se os mesmos procedimentos e faz-se a mesma avaliação, pelo lado do contraente público, que é feita para a liberação da caução no seu prazo normal.

O regime excepcional que agora aqui é previsto segue exactamente a mesma tramitação, os mesmos passos da liberação da caução, direi, com a normalidade dos prazos que o Código da Contratação Pública utiliza. Porquê? Porque tratando-se de uma caução para garantir a

boa finalidade da obra, tratando-se de uma caução para garantir que a obra pública está construída em condições e para correcção dos respectivos defeitos, não faria sentido que houvesse um regime geral, normal para a liberação da caução ao fim do seu período normal, e houvesse um regime diferente, com conceitos jurídicos diferentes e com regras diferentes, quiçá mais apertadas, para a liberação da caução de modo antecipado aos 3 anos.

Harmonizou-se o regime e conseguiu-se, penso eu e pensam todos os que subscrevemos esta alteração, um regime juridicamente mais harmonioso e conceptualmente correcto de acordo com o Código da Contratação Pública.

É este o sentido e o âmbito das alterações aprovadas na Comissão e subscritas pelos vários partidos com assento na mesma.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições coloco à votação a proposta de alteração elaborada em Comissão e proposta por vários deputados de várias representações políticas, para o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 2º do diploma com a alteração que lhe foi introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o artigo 3º.

Temos uma proposta de alteração para o seu nº 3 que já foi explicada e que vem também da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 3º do diploma com a alteração que lhe foi introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para os artigos 4º, 5º e 6º não temos propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para o ponto 2 da nossa Agenda da Reunião: **Projecto de Resolução – “Recomendando ao Governo que, no cumprimento das suas competências na área da Educação, promova junto das Unidades Orgânicas da Região a inclusão nos seus Projectos Educativos e Planos Anuais a Temática da Educação Intercultural”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires, para apresentar o diploma.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

A miscigenação e a interculturalidade são marcas históricas da humanidade e naturalmente da identidade açoriana. A nossa Região, não só é composta por gentes de diversas culturas e locais, como sempre acolheu e abraçou todos os que a demandaram em busca de melhor vida, bem assim dos açorianos que regressam após terem experimentado um percurso migratório.

Os açorianos sempre foram, são e serão um povo aberto ao mundo, que sabe aceitar o estrangeiro, entender a diferença, abrigar solidária e hospitaleiramente o recém-chegado. Esta é uma realidade que as vicissitudes da história não conseguiram alterar e por isso se constitui como uma das componentes essenciais do que é ser açoriano.

As populações migrantes, que têm ocorrido ao nosso arquipélago têm dado um importante estímulo para o nosso desenvolvimento económico, para a fixação de populações e, também, para o universalismo da nossa cultura, que se renova e se fortalece no diálogo com o outro.

Porque esta é a questão de fundo: A diversidade enriquece-nos.

A chegada de migrantes é, e foi desde sempre, uma oportunidade de desenvolvimento para os Açores, se a soubermos valorizar e integrar no tecido social das nossas ilhas

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É nesse objectivo que se integra a proposta que apresentámos. É esse o seu propósito e não outro. Contribuir para a valorização e integração harmoniosa dos migrantes na sociedade açoriana, mas não só. Também no seio da população autóctone se desenvolvem culturas.

Culturas que a cada passo identificamos quando observamos a sociedade açoriana contemporânea. São, por exemplo, grupos de jovens unidos por hábitos, formas de vestir e pela linguagem, ou seja, por códigos que lhes conferem diferenças e que podem ser entendidos como um grupo cultural.

O “outro”, Sras. e Srs. Deputados, não é necessariamente o migrante. O “outro”, Sras. e Srs. Deputados, não é necessariamente o estrangeiro. O “outro” é o diferente. Diferente pelas opções ou adesão a determinados estilos de vida, orientações estilísticas, etc.

A apresentação desta proposta não pode ser confundida com uma visão alarmista sobre choques culturais e problemas de integração que são residuais no nosso arquipélago.

O que se pretende não é resolver nenhuma dificuldade de integração, nem porventura seria este o instrumento adequado. Não queremos resolver problemas que não existem! Queremos, sim, prevenir futuras situações que possam vir a ser menos positivas.

Mas queremos sobretudo, contribuir para que este processo de potencial intercultural que vivemos, hoje porventura mais agudamente, frutifique. Ou seja, o que propomos é que se cultive a dinâmica intercultural, saindo da inércia redutora do mero reconhecimento de uma sociedade multicultural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos que o melhor modo de o fazer é difundindo a compreensão, especialmente entre as camadas mais jovens, que a interdependência e interacção das pessoas e das culturas é a fonte da evolução, da inovação e da sustentabilidade futura da sociedade açoriana.

Pensamos que a escola pública é, naturalmente, o veículo indicado para a transmissão destes conhecimentos, para começar a construir essa compreensão.

Mas não pode, nem deve constituir um peso acrescido para os currículos. Não pode ser apenas mais uma disciplina para leccionar, até porque o fundamental do seu conteúdo está na esfera do relacional e do comportamental e não na mera acumulação quantificável de conhecimentos. E, também por isso, é importante dar às escolas a liberdade de inserirem esta temática da forma mais adequada ao seu meio e às suas comunidades.

Importa, por fim, também, dotar os educadores e outros profissionais da escola pública da necessária preparação e instrumentos técnicos para abordarem esta área. Assim, propomos não só que lhes seja dada a formação adequada, mas também se aproveite a experiência e saber já acumulado quer nas nossas escolas, quer noutras áreas da administração regional, para a elaboração de um guia de boas práticas, que deverá ser um importante meio auxiliar para a implementação transversal da educação intercultural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para concluir, quero salientar que a aprovação desta proposta e a implementação da educação intercultural nas nossas escolas, contribuirá para colocar os Açores na vanguarda da inovação educativa a nível nacional mas, ainda mais importante, daremos um passo importante e um sinal significativo sobre o tipo de sociedade que queremos construir.

Disse.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Paulo Rosa, Piedade Lalande e Graça Almeida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

\* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução do PCP lança uma reflexão interessante nas suas próprias considerações, porque faz um retrato, quanto a nós acertado, da sociedade açoriana.

Se me permitem vou citar alguns excertos dessas considerações:

“A Região Autónoma dos Açores desde sempre acolheu e acolhe o contributo para a sua diversidade, riqueza e desenvolvimento trazido por todos...”

“A promoção da interculturalidade favorece a capacidade de lançar pontos e aprender...”, como se não soubéssemos, “...a viver com os outros num mundo mais tolerante...”

“... a identidade cultural açoriana é composta pela diversidade dos matizes e linguagens que o seu povo adquiriu nas longas viagens da sua diáspora e que acolheu e absorveu dos muitos povos que vieram para as nossas ilhas”.

Cá está a natureza inter e intra-cultural da nossa identidade.

Finalmente:

“... o reconhecimento da diversidade ... é uma característica da cultura e da identidade do Povo Açoriano, que deve ser defendida e estimulada, especialmente entre as gerações mais jovens”.

Já é uma característica da cultura e da identidade do povo açoriano e não podia ser de outra forma. Sendo nós uma região e emigração percebemos, como ninguém, os fluxos migratórios que começam a demandar a nossa região com mais acutilância nos últimos anos.

O Projecto de Resolução, no fundo, o que pretende é o respeito pelo outro e o reconhecimento na igualdade e na diferença das nossas escolas.

Essa abordagem já existe e está contemplada nas cargas curriculares de várias áreas disciplinares e resultam neste retrato social que a própria Representação Parlamentar do PCP fez e que acabei de citar. Resultam numa sociedade tolerante, inclusiva e numa sociedade que todos nós nos orgulhamos.

Esse orgulho estende-se obviamente à escola que é o cerne da questão aqui levantada.

A vivência tolerante é uma das características que distingue os nossos jovens.

A atestar isso mesmo está, como o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu na tribuna, a ausência ao carácter residual de situações de discriminação cultural.

Conclui-se assim que até certo ponto as nossas escolas podem ser vistas como um paradigma em termos de interculturalidade, que espelham, no fundo, a nossa sociedade, a sociedade açoriana, a identidade do nosso povo.

Quanto a nós este Projecto de Resolução levanta uma falsa questão, porque não ataca um problema, o problema não existe. A problemática é interessante, deve ser debatida, mas o problema não existe.

Portanto, parece-nos perfeitamente inócuo neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

\* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

A primeira questão que se coloca, após a apresentação do Sr. Deputado Aníbal Pires, é:

Que conteúdos é que nós atribuímos à palavra cultura, ou ao conceito de cultura, quando se fala de interculturalidade?

A diversidade cultural foi aqui, a páginas tantas, apresentada como decorrendo de processos de socialização diferenciados, quando se fala de que o outro é diferente.

É evidente que há diferenças dentro de uma mesma cultura que podem ser chamadas de diferenças culturais, fruto de processos de socialização de aprendizagens diferenciadas; há diferenças dentro da mesma cultura fruto de condições, de condicionalismos dos diferentes cidadãos, não tem o mesmo conteúdo e significado de quando, penso eu, se fala de interculturalidade, que tem por base culturas em que há línguas diferentes, territórios de referência diferentes e inclusive histórias também diferentes.

A interculturalidade ou inter-culturalismo (quem lê o que há, em parte, escrito sobre esta temática) aparece por oposição ao multiculturalismo, que foi de alguma forma uma posição de criação de guetos e de minorias que não se contactavam, que não dialogavam e eu, citando inclusive o Sr. Deputado que por sinal é mestre nesta área, a propósito do que é que entende sobre interculturalidade, refere, num dos seus artigos, que “é um diálogo positivo entre identidades e culturas”.

É com base neste conceito de interculturalidade, enquanto diálogo, que temos que verificar se a escola está ou não a educar os alunos para o diálogo (para o diálogo, tendo em conta a diferença com o outro), independentemente dele ser oriundo de um país diferente, ou ser diferente por outras razões. Mas se queremos realmente falar de interculturalidade temos que nos centrar na diferença baseada em países.

Esta temática também foi objecto de um ano internacional, a nível europeu, em grande parte devido aos conflitos religiosos que afloraram em diferentes países, fruto da presença no mundo da escola de crianças oriundas de culturas diferentes.

De alguma forma a preocupação com a interculturalidade, a nível do Conselho da Europa, confunde-se com a preocupação do inter-religioso, dos vários credos e das várias formas de estar. Até fisicamente foi bem conhecida a guerra a propósito do “chador” em França.

O que está aqui em causa é promover este diálogo intercultural que não passa apenas pela promoção de conteúdos curriculares, não passa apenas por maior conhecimento do outro ou melhor compreensão das culturas. É um princípio transversal, é um princípio de cidadania.

Há um aspecto fundamental que algumas das nossas escolas já estão a concretizar e que a Sra. Secretária da Educação já referiu que vai incrementar, que é a aprendizagem das línguas estrangeiras. Não há forma melhor de suportar um diálogo intercultural que dominar

línguas estrangeiras. Na medida que a escola alargar esta oferta aos alunos está a promover o diálogo inter-cultural, porque é o suporte fundamental e de alguma maneira o nosso país talvez tenha uma posição diferenciada no contexto europeu, particularmente na nossa Região, porque nós durante muito tempo e desde sempre introduzimos o inglês e o francês como línguas de aprendizagem quase obrigatórias que nos permitem dialogar com pessoas oriundas de países muito diversos.

O princípio da interculturalidade não está em causa.

O Grupo Parlamentar do PS não está contra o princípio da interculturalidade.

Ele deve fazer parte da formação cívica dos nossos alunos, como outros princípios de cidadania também devem fazer parte, porque é um princípio de cidadania democrática e, por isso, deve realmente constar na formação curricular, particularmente na disciplina de formação cívica que está a ser objecto de revisão no âmbito do currículo regional.

Portanto, é aí o lugar certo para introduzir este princípio.

Aliás, foi esta também a posição que nos foi apresentada nos pareceres dos sindicatos, reforçar a interculturalidade na formação cívica.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista é favorável a este princípio e entende que na revisão desta disciplina de formação cívica deverão ser aceites e até solicitados contributos de todas as associações da Região que, de alguma maneira, expressam ou defendam os interesses das comunidades de culturas não portuguesas.

É neste sentido que tomamos a nossa posição em relação a este Projecto de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Almeida.

\* **Deputada Graça Almeida (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode votar a favor deste Projecto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português. Porquê? Porque as escolas da nossa Região nunca tiveram, nem têm, dificuldade em manter e aceitar as diferenças e as trocas entre culturas, sejam elas vindas de comunidades migrantes ou de outras diferenças que o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu.

A temática da educação inter-cultural e a promoção da multiculturalidade têm sido um processo dinâmico e reconhecida a pertinência da sua dinamização nas escolas da Região no âmbito de todos os seus planos anuais.

Como exemplo basta citar, entre outros, as diferentes formas de comemoração, por parte dos diferentes grupos disciplinares, dos dias alusivos a cada uma das datas de países ou de regiões, de festividades próprias da Região, integradas nos diferentes currículos e diferentes situações...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** A isso chamo de folclore!

**A Oradora:** Chame-lhe o que entender, Sr. Deputado. Aceito a diferença.

... não só está presente, como sabe, no projecto das escolas e nos seus planos, como também a importância que é dada à aprendizagem das línguas nas nossas escolas.

A educação intercultural não deve ser objecto de orientação resolutiva superior, muito menos essa. E muito menos se vê o porquê da necessidade de se criar um guia de boas práticas, de como fazer por parte dos professores das nossas escolas. Um guia de boas práticas quase nos parece que vem dizer, “perante tal situação, deixa-me procurar o que é que eu posso dizer a este aluno”. O guia das boas práticas deverá incluir tudo isto.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Talvez desse algum jeito, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Para além disso, é um equívoco supor que a interculturalidade se resolve por exclusiva legislação e, ela, sim, decorre, a nosso ver, da vivência da democracia. Portanto, tem que ser aprendida tal como a democracia nas nossas escolas.

Essa vem sendo, sim, sujeita a aprendizagem em todas as aulas, todos os projectos e programas de formação cívica, como é apanágio do que entendemos que seja esta educação. Concluindo, a temática em causa é hoje desenvolvida transversalmente nas nossas escolas pelos diferentes docentes, nos diferentes projectos curriculares de turma, conforme se detecte esta ou aquela pertinência em contexto escolar e de turma específica.

Nas nossas escolas a integração e a aceitação das diferentes culturas tem sido uma tarefa que os educadores têm resolvido de uma forma muito positiva, de cooperação entre todos, com a aceitação das diferenças e a compreensão da realidade multicultural do mundo e da Região em que vivemos.

Cito António Pinto Ribeiro, quando diz, como Coordenador do Programa da Gulbenkian “Distância e Proximidade”: “há imensas potencialidades para vivermos todos juntos, mas há bastantes limites. É importante, sim, continuarmos a construir pontes e diálogos e a ideia de que vamos destruir todos os problemas do mundo é um erro. É importante sermos diferentes e aceitarmos as diferenças.”

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

\* **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante a preocupação do Sr. Deputado Aníbal Pires com esta temática (a educação é a menina dos seus olhos!), queria referir que não faz sentido o Governo dar orientações sobre uma temática que as escolas já têm autonomia e legitimidade para integrarem toda esta problemática da interculturalidade nos próprios projectos educativos das escolas. Isso já está sendo feito.

Temos escolas de Santa Maria ao Corvo com diferentes contextos socioculturais.

Emanar orientações de uma forma generalista para todas as escolas dos Açores, independentemente do contexto de cada uma, é uma solução vazia de qualquer sentido.

Por outro lado, não há qualquer registo de dificuldade de integração de crianças oriundas de outras comunidades. Não temos qualquer registo de situação que tenha ficado por resolver relativamente a estas questões da interculturalidade.

Temos casos de muito sucesso, sobretudo de crianças chinesas, que se integram com muita facilidade e que têm óptimos resultados académicos.

O nosso investimento deverá ser sobretudo naquilo que ainda temos alguma dificuldade, ou seja, nas áreas estruturantes da língua, da matemática e das ciências. Aí, sim.

Os professores devem estar sensibilizados para a parte da formação pessoal e social. Para isso é que há formação, a formação anual que as escolas e os centros de formação promovem, no sentido de formar os docentes para o reconhecimento da importância dos valores, do respeito pela diferença e de passarem essa mensagem para os seus alunos.

Obrigada.

**Presidente:** Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

\* **Deputado José Manuel Bolieiro** (*PSD*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para uma tão complexa matéria como esta que nos traz este Projecto de Resolução do PCP.

Na verdade, a interculturalidade é tema planetário, da actualidade e da globalização, e é tema dos Açores e dos açorianos.

É da actualidade, porque o assunto é de abordagem europeia. O ano de 2008 foi considerado o Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Esta matéria pode justificar-se replicando para os Açores uma reflexão própria, mas não é, de facto, matéria inovadora, antes pelo contrário, ela procura introduzir aquilo que é afinal o assunto da ordem do dia europeia e da globalização, como disse.

Faço uma reflexão a propósito deste projecto, uma reflexão que aliás me convoca, a de idiossincrasia dos açorianos.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** Os açorianos hoje, como ontem, foram de tendência cosmopolita e integradora, na recepção dos que chegam às nossas ilhas e mesmo na capacidade integradora que têm, quando na qualidade de emigrantes percorrem os quatros cantos do nosso mundo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** É por isso que a abordagem e a componente deliberativa deste Projecto de Resolução merece reservas por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Não pode, em circunstância alguma, no debate ou na deliberação que a este Parlamento cabe, suscitar a ideia de que temos dúvidas desta idiossincrasia do açoriano, quer quanto ao seu comportamento no passado, quer quanto ao presente, que é relativamente diferente (admito!) quando se aumenta o fluxo de imigração em cada uma das nossas ilhas.

Mas a verdade é que não é o aumento da comunidade imigrante no seio de cada uma das nossas ilhas que altera e justifica uma alteração do comportamento do açoriano e, desde logo, da sua própria idiossincrasia.

As referências do diálogo intercultural no ano de 2008 apelam a reflexões sobre a cultura, a uma intervenção da educação e da ciência nesta relação aberta entre culturas e etnias diferentes, ao processo das migrações, à análise e reflexão sobre as minorias, sobre o multilinguismo, sobre as diferentes religiões e, desde logo, este movimento ecuménico de convivialidade religiosa e confessional sobre o ambiente de trabalho com nacionais e estrangeiros, sobre esta relação de mobilidade da juventude pelo mundo inteiro.

Acho que os açorianos podem, a cada momento, colher benefício de uma reflexão actualizada, proposta por qualquer partido político, por qualquer associação. Isto apenas

sinaliza e valoriza esta idiossincrasia do açoriano, não lhe dá lição quanto à sua postura de herança genética.

Sr. Deputado, quero dizer que saudando a oportunidade da reflexão que traz ao Parlamento com o Projecto de Resolução, não posso, no entanto, aceitar que a componente deliberativa da mesma possa deixar dúvidas quanto a esta matriz genética do açoriano e da sua cultura.

O Grupo Parlamentar do PSD tendo recomendado na reunião da Comissão dos Assuntos Sociais uma eventual alteração à componente deliberativa, agora no momento em que o Projecto está sujeito à votação, o que verificamos é que não houve qualquer alteração, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD não pode votar a favor, por isso vai abster-se.

Por outro lado, quero fazer referência a este sentimento e a esta convicção social democrata e do Grupo Parlamentar do PSD. A convivência pluri-étnica e pluricultural, neste mundo global, sinalizam uma postura e uma cultura dos açorianos, que também invoca o PSD, mesmo sem Projecto de Resolução, mesmo sem associar-se com o voto favorável ao seu Projecto de Resolução.

Importa, em qualquer altura, em qualquer projecto político ou legislativo, levantar questões como a identidade, a tolerância, o hibridismo que hoje se faz, a relação social, económica e cultural, a complexidade, enfim, todas estas questões que são hoje o tema da globalização, o tema da nossa integração europeia no mundo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

\* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para dizer claramente que o multiculturalismo faz parte do código genético dos açorianos.

Desde muito cedo (e não esqueçamos que existem mais açorianos fora da Região do que na própria Região) os açorianos tiveram, desde logo, necessidade de viverem e conviverem em locais onde as diferentes culturas eram característica bem visível.

Se o multiculturalismo fala obviamente da existência de várias culturas e de vários indivíduos que são oriundos de culturas diferentes, no mesmo espaço, a verdade é que existem visões diferentes para essa realidade.

A visão mais negativa do nosso ponto de vista é, obviamente, a visão etnográfica, o que significa que, e relembro aqui, qualquer interpretação que façamos do mundo, essa interpretação pressupõe sempre um conjunto de valores.

Ora, a visão etnocêntrica é precisamente aquela que avalia o outro apenas na base dos seus próprios valores, não havendo aqui grandes tolerâncias em relação aos outros.

Portanto, esta avaliação, na maior parte dos casos, é preconceituosa, daí que a visão etnocêntrica seja claramente aquela que produz (é geradora!) de grandes conflitos. Esta não é de longe, nem de perto, a visão dos açorianos, tanto cá, como lá.

Por outro lado, há uma outra visão que é intitulada de relativismo cultural em que o certo e o errado, o bom e o mau é, de algum modo, aquilo que a sociedade, ela própria, considera como sendo o bom, o mau, o certo e o errado.

Sendo uma visão tolerante, é uma visão que não promove, digamos assim, o diálogo entre culturas, porque esse enriquecimento de culturas que provém desse diálogo, só é visível, só é praticado ao nível do inter-culturalismo.

Esta é a visão que os açorianos perfilham, tanto cá, como lá.

Nas nossas escolas, como foi dito e bem, não há casos onde esses conflitos, normalmente oriundos da visão etnocêntrica, se coloquem. Ou seja, o inter-culturalismo refere-se à interacção e ao enriquecimento de culturas onde nenhuma está acima de outra, isto é, todas as culturas estão em pé de igualdade e o respeito é mútuo.

O inter-culturalismo possibilita, assim, compreender a natureza pluralista da nossa sociedade cada vez mais global, compreender a complexidade e a riqueza dessas relações e, sobretudo, perceber que é no diálogo, que é no enriquecimento cultural que todos nós podemos criar uma sociedade cada vez mais plural, cada vez mais tolerante e cada vez mais justa.

Daí que, também nós, proponhamos um conjunto de valores que, de algum modo, possam servir a todas as culturas.

Nós, açorianos, portugueses, também valorizamos e tentamos praticar aquilo que são os valores universais, nomeadamente aqueles que provêm dos direitos universais do homem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sendo esta matéria já tratada de algum modo nas nossas escolas, evidentemente que pode sempre ser enriquecida. Acho que a proposta tal como está apresentada por parte do Partido

Comunista Português incorre num risco. Falo sobretudo no último aspecto, no tal guia das boas práticas, que pode dar um sinal em que os riscos podem eventualmente ser superiores aos proveitos e essa é que é, de facto, a grande questão.

Pedimos para a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português alterar essa posição. Ela não foi alterada, daí a nossa abstenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

\* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução do PCP, de introdução da educação intercultural nos projectos educativos e nos planos anuais das escolas.

Do nosso ponto de vista a educação intercultural não é nem uma panaceia, nem uma forma ou uma resposta de resolver problemas existentes e muito menos de confirmar a existência desses problemas pelo facto de existir a educação intercultural, ou seja, a intolerância, o racismo, a xenofobia ou a rejeição daquilo que é diferente.

Se a educação intercultural fosse a confirmação da existência destes problemas, então seria um mau sinal para qualquer tipo de educação e de disciplina.

Pelo contrário, ela é, quanto a nós, uma estratégia que contribui para o não aparecimento das tais situações que nós não queremos, na medida em que desenvolve o respeito pelo outro, a curiosidade pela diferença, a igualdade de oportunidades e na medida em que valoriza toda a diversidade.

Portanto, não é uma forma reactiva para resolver ou constatar um problema. É, ao contrário, uma forma pró-activa de o assumir e de lhe dar uma valoração positiva.

Do nosso ponto de vista também seria assinalável que os Açores, exactamente pela sua imensa diáspora, pudessem dar ao país um sinal, se quisermos, vanguardista, progressista, introduzindo nos seus currículos exactamente uma forma de formação, um tipo de formação que acaba por decorrer também da experiência própria deste povo ao longo de décadas.

De qualquer modo há uma coisa que me confunde. De acordo com afirmações feitas por alguns deputados e deputadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em Junho, numa recente visita à Associação de Imigrantes dos Açores, a AIPA, foi afirmado textualmente

que a disciplina de Educação Intercultural seria introduzida no currículo regional e que faria parte da realidade desta Região porque, atendendo ao número de imigrantes já existentes nos Açores, esta realidade implica uma abordagem transversal. Portanto, esta disciplina seria implementada no ano lectivo de 2010/2011.

Eu fico surpresa, se me permitem, com os discursos que foram feitos agora por algumas deputadas e também pela Sra. Secretária Regional da Educação relativamente a esta matéria, de absoluta rejeição por ser desnecessária e porque era dar um sinal contraditório, quando há poucos dias disseram exactamente o contrário, de que ela é relevante, importante e que (mais!) é uma perspectiva pró-activa de uma educação para a cidadania nos Açores.

Desculpem, mas aquilo que disseram agora e aquilo que disseram há dias, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Finalmente, Sra. Deputada Piedade Lalanda, permita-me este desabafo:

Se ser poliglota fosse o sinal ou o critério para ser respeitador do outro e amante da diversidade, o mundo teria muitos problemas, com certeza. Bastaria todos aprendermos inglês, francês e talvez um bocadinho de alemão, dávamo-nos todos como irmãos e não havia seguramente nenhum tipo de conflito. Não basta, Sra. Deputada!

Não basta o inglês e o francês, nem pouco, mais ou menos!

Pode-se só falar uma língua e com essa língua só que se fala, respeitar o outro, como se o outro fosse nós.

Não foi isso que a senhora disse.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade!

É verdade que não temos este problema!

Não é verdade que ele não exista pontualmente numa ou noutra situação. Não é um problema que temos de forma generalizada.

Quase que me apetece dizer, de acordo com esta afirmação (e vou mesmo dizê-lo!), que bom é ser açoriano!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mas quero dizer-vos o seguinte:

Não concordo que nenhum povo esteja pré-programado do ponto de vista genético, porque aí, se considerarmos que temos uma genética diferenciada, já estamos a criar uma desigualdade na natureza humana. Aqui estamos num paradoxo. Não considero que estejamos imunes a estes factores, como os factores de exclusão e de racismo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem!

**O Orador:** Estas coisas propagam-se por contágio. Nas últimas eleições europeias retive duas coisas.

Primeira: os Partidos Socialistas foram amplamente derrotados nas eleições europeias.

Segunda: a extrema-direita cresceu de forma muito significativa em muitos países da Europa que têm, do ponto de vista daquilo que é a sua estrutura educativa, resultados muito melhores do que os nossos.

Portanto, estes são, de facto, os problemas que se propagam por contágio na sociedade europeia, que é uma sociedade cada vez mais unificada, em que os meios tecnológicos também têm importância para a propagação de determinados princípios.

Não podemos de forma nenhuma (é o pior erro que uma sociedade pode cometer) colocar a cabeça na areia e dizer que este problema não nos vai bater à porta, não vamos fazer nada, não precisamos, estamos pré-programados, temos uma genética especial que nos protege da discriminação em relação aos outros. Não podemos fazer isto!

Há coisas com que fico absolutamente surpreendido ainda hoje, como professor de história, que é uma sociedade, como a sociedade alemã, que tinha em 1939 menos de 1% da taxa de analfabetismo, é que criou o holocausto.

Estava pré-programada geneticamente para ter teses anti-racistas?

Era anti-semita?

Nós também o fomos. A sociedade portuguesa, ao longo de muitos séculos, como se lembram, foi perseguida em relação à Inquisição do Santo Ofício.

Os cristãos novos foram perseguidos ao longo da história portuguesa, durante muitos séculos.

Portanto, não podemos ter a ignorância de considerar que estamos protegidos em relação ao desenvolvimento de formas de exclusão, de formas de discriminação.

Por isso, nesse sentido, obviamente que vejo esta iniciativa do PCP como uma iniciativa que faz todo o sentido nos tempos que se vive.

Nas nossas escolas fazemos as coisas de forma perfeita?

Não é verdade, Sra. Secretária!

Temos que evoluir, que estruturar e temos que direccionar o esforço das nossas escolas com uma orientação superior, com certeza, em relação a estas questões.

Esta iniciativa do PCP nos tempos que correm, não tendo nós este problema generalizado, eu penso que é um contributo para que não o venhamos a ter.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por agradecer as intervenções do Bloco de Esquerda e do PPM, porque permitiram, de alguma maneira, trazer ao debate algum esclarecimento.

Julgo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista precisa, de facto, de muito esclarecimento, porque está profundamente equivocado quer quanto a esta proposta, quer quanto ao conceito de educação inter-cultural, sobretudo naquilo que este Projecto de Resolução visava.

É evidente que é a minha opinião, mas não deixa de ser também a opinião de pelo menos alguns Deputados do Partido Socialista. Tenho aqui um recorte do jornal “Açoriano Oriental”, do dia 25 de Junho, em que a Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia, diz claramente que a educação inter-cultural (vai mais longe) deve fazer parte do currículo regional, mas não é nada disso que estamos aqui a propor. Estamos a propor que, à semelhança de outras questões que são preocupações universais, como as questões do ambiente, do exercício da cidadania, sejam tratadas. É tão somente isso. Não procurámos sobrecarregar, com este Projecto, o currículo regional.

Gostava de relembrar aqui o seguinte:

Foram pedidos vários pareceres pela Comissão dos Assuntos Sociais. Lamento profundamente que duas Direcções Regionais que poderiam ter uma intervenção directa e

dar um contributo muito importante para a formulação de um parecer mais sustentado sobre estas questões não o tivessem feito.

Lamento profundamente que a Direcção Regional das Comunidades (pelos vistos desapareceu, não temos visto a sua actuação) não tenha dado parecer.

Lamentamos que a Direcção Regional para a Promoção da Igualdade também não o tenha feito.

Quanto aos pareceres que deram entrada na Comissão, relativamente ao parecer da Direcção Regional da Cultura, gostaria de dizer o seguinte:

A Directora Regional da Cultura é, certamente, uma pianista de excepção. Mas sobre interculturalidade digamos que deixa muito a desejar.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Já é mais que o senhor. Pelo menos toca piano!

**O Orador:** Ela é uma pianista de excepção! Para o resto, tenho cá algumas dúvidas, embora o parecer não seja perfeitamente claro, porque não diz se é contra ou não.

Relativamente aos outros pareceres, todos eles são favoráveis para a CRESAÇOR e para o SDP.

*(Pausa)*

**O Orador:** Posso continuar, Sr. Presidente?

É que havia aqui uma linguagem gestual que eu não compreendi muito bem. Talvez precise aprender aqui alguns códigos da liturgia parlamentar. Também faz parte de uma aprendizagem intercultural, ou não?

**Presidente:** Faz, faz, mas pode prosseguir, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Continuando, os pareceres foram claros e de apoio a este Projecto de Resolução.

Relativamente ao Grupo Parlamentar do PS e ao Governo, que tomou parte neste debate pela voz da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, gostaria de dizer que há aqui alguns equívocos.

Um dos equívocos, tem uma perspectiva um pouco redutora, que foi aquela que foi explanada pela Deputada Piedade Lalande, e a outra tem um pouco da visão folclórica, para

não dizer bacoca, da Deputada Graça Teixeira sobre o que é ou o que deve ser a educação intercultural em termos da escola.

Relativamente ao facto da escola, quando trata as questões da diferença, as questões da interculturalidade, sem dúvida que haverá algumas abordagens sobre estas questões.

Agora, nem é um paradigma como o Sr. Deputado Paulo Rosa nos quis aqui demonstrar, antes pelo contrário. A escola pública açoriana, quando muito, pode ser apresentada como um paradigma que cria estigmas e discriminação.

Vou dizer-lhe já o que é que o senhor pensa do programa PEE.

O programa PEE estigmatiza aquelas crianças. Elas são encaminhadas para o programa PEE apenas, não pela análise do seu percurso escolar, mas por uma determinação administrativa.

Se os Conselhos Pedagógicos das escolas não tiverem isso na devida consideração, um aluno que é retido dois anos, é encaminhado para o designado Programa PEE e fica estigmatizado, fica marcado o seu percurso escolar.

Se isto é um paradigma da escola açoriana, então é um paradigma que não pode servir de exemplo em lado nenhum.

Relativamente à questão da idiossincrasia do povo açoriano, a Representação Parlamentar do PCP nunca colocou isso em causa, antes pelo contrário, sempre a valorizámos. Portanto, julgo que está fora de questão.

Depois, o facto de se propor um guia de boas práticas, não quer dizer que existam más práticas. Não é para contrapor as más práticas.

Como perceberam, este Projecto de Resolução é transversal, não só se dirigia às escolas, mas a outros departamentos, nomeadamente o da Promoção da Igualdade, que infelizmente não nos deu parecer.

Um dos pilares em que sustenta a educação intercultural tem a ver com a promoção de oportunidades.

Lamento que isto tenha acontecido.

Uma referência apenas – e eu já a fiz de alguma maneira por causa da idiossincrasia – ao Deputado Rui Ramos:

É evidente que a sociedade açoriana não é uma sociedade etnocêntrica, mas não quer dizer que não necessitemos, até porque as sociedades estão em constante evolução, em constante mutação.

A questão da cultura é por via da mobilidade das pessoas, mas não é só por via da mobilidade das pessoas. É também pela importação de determinados padrões culturais, de determinadas modas (perdoem-me o termo) e que são absorvidas pela população açoriana. É disso que se trata.

Eu julgo que há aqui alguns equívocos. O maior equívoco reside no maior grupo parlamentar, talvez pela sua dimensão.

Julgo que a não aprovação desta recomendação é, infelizmente um mau sinal.

Eu penso que terei ainda tempo para voltar ao debate. Para já ficava-me por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

\* **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Vai fazer *mea culpa!*

**A Oradora:** Não é uma *mea culpa*. É uma responsabilidade inteira, Sr. Deputado.

Apenas para esclarecer a Sra. Deputada Zuraída Soares que eu não falei de educação intercultural. Se a senhora leu isso...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Ah! Não falou!

**A Oradora:** Eu falei em interculturalidade.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não é para mim que está a falar, é para o Grupo Parlamentar!

**A Oradora:** Está bem, Sra. Deputada. Então eu estou a dirigir-me ao Bloco de Esquerda, ao seu Grupo Parlamentar, em recentes declarações, em recente reunião, em recente visita.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Está com a mania da perseguição!

**A Oradora:** Não estou com mania nenhuma. Ainda não falei. Estou só assumindo que as declarações que vieram na imprensa, proferidas pela Vice-Presidente, são minhas. Por isso disse que não é *mea culpa*, é responsabilidade inteira.

Estou a dizer-lhe que, de facto, fui eu!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Afirmou que deve estar no currículo!

**A Oradora:** A senhora falou em educação intercultural. Eu estou a dizer que não falei de educação intercultural.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Falou!

**A Oradora:** Leia bem.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Diz aqui que deve estar no currículo. Está aqui, Sra. Deputada!

**A Oradora:** “A educação intercultural deve estar integrada no futuro currículo regional.” Abaixo diz “*implica*”.

“A educação intercultural *implica* uma abordagem transversal que pode ser assegurada...” Quería que o senhor me dissesse onde é que está o *deve ser assegurada*.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Diz aqui que deve estar no currículo.

**A Oradora:** Quer que leia tudo?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Está aqui, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Tenho o mesmo artigo que o senhor tem na mão. E no artigo que eu tenho diz: “uma abordagem que pode ser assegurada...”

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Diz mais: “o Grupo Parlamentar do PS defende...”

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, os jornais ainda não fazem prova/juízo no Parlamento.

Portanto, será melhor ouvir efectivamente o que é que a Sra. Deputada diz.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Mas é um bom momento de acareação!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Certamente!

**Presidente:** Sra. Deputada Catarina Furtado pode continuar.

**A Oradora:** De resto, queria esclarecer a câmara que não há qualquer confusão entre as declarações proferidas quer pela Deputada Piedade Lalanda, quer pela Deputada Graça Teixeira, quer pela Sra. Secretária Regional, quer por mim própria. Não há qualquer confusão.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ainda bem!

**A Oradora:** Quando dizemos que a interculturalidade é uma questão de cidadania, de princípio de cidadania, é isso que estamos todos a dizer.

Faz parte da formação cívica?

Faz!

A senhora e todos os deputados dizem que não há um problema de interculturalidade, que todos somos excelentes anfitriões, que todos nós partilhamos.

Acho que o equívoco aqui não é do Partido Socialista. O equívoco começa por ser do próprio proponente que não sabe bem se é uma interculturalidade para quem vem de fora e é acolhido, se é uma intra-culturalidade e interculturalidade para a diferença que existe entre nós, porque o senhor também já foi buscar o PEE.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu já lhe dou a lição! Já lhe explico!

**A Oradora:** O proponente também está muito equivocado. Ele não sabe se é para a diferença existente intra-culturalmente, se é para a diferença existente interculturais de etnias ou de outras diferenças; se é para diferença de deficiências, se é para outras diferenças que existem. Portanto, o senhor é que está equivocado, não é o Partido Socialista.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu já lhe explico!

**A Oradora:** O que o Partido Socialista disse pelas duas intervenções que me antecederam e por mim própria, é que é uma questão de cidadania, é uma questão de princípio e, como tal, deve estar transversal a qualquer disciplina, não só a formação cívica, porque a formação cívica, para os que não sabem, são 45 minutos. Qualquer professor tem o dever de fazer formação cívica, não se limita aos seus conteúdos. Formação cívica é passarmos os nossos princípios, as nossas éticas dentro de uma sala de aula, como aqui também devíamos fazer uns aos outros, mas nem todos fazem. Isto é que é educação.

O Sr. Deputado Aníbal Pires propõe um guia de boas práticas. O que é isso, Sr. Deputado?

Será um guia de consulta, tipo guia de boas maneiras ou regras de etiqueta?

Como é que fazemos um livro de boas práticas com a interculturalidade?

Fazemos um guia de etiqueta? Senta à direita ou não senta, abre a mão ou fecha a mão, como é que os meninos comem à mesa, se é só com o garfo e faca, se comem com as mãos, porque a sua etnia come com as mãos. Como é que fazemos isso?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não é uma questão de etnia. Tenha cuidado com as palavras!

**A Oradora:** O Sr. Deputado quando está a propor isso está a propor uma estigmatização.

Quando o senhor está a propor um guia de boas práticas deste nível está propondo que se crie uma coisa à parte para as diferenças, mas o senhor não sabe qual é a diferença a que se

refere, porque fica sem saber se é a diferença proposta pela AIPA, se é a diferença proposta por toda a sociedade das diferenças múltiplas. Isso o senhor não sabe.

O equívocado aqui não somos nós.

A Sra. Secretária da Educação disse, e está no relatório da Comissão:

“A finalizar a Secretária Regional abordou também o processo de construção do currículo regional, já em curso, e que através da produção de materiais próprios contribuirá também para a abordagem de formas de lidar com a diferença, situação semelhante à prevista para outras áreas temáticas, como a educação afectiva-sexual. Desta forma, será possível enriquecer a formação oferecida no âmbito da disciplina Desenvolvimento Pessoal e Social”.

Disse que pode ser a disciplina DPS, que pode ser a de Formação Cívica ou qualquer outra disciplina que contenha a educação afectivo-sexual ou qualquer outra matéria que nós achamos de todo interessante e que seja relevante, numa actividade de pró-actividade, como vem mostrando ao longo do tempo o nosso sistema educativo, levar a dianteira com o nosso currículo regional. Foi isso que se pretendeu dizer. Não comecem a contorcer o que foi dito.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Está aqui, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Sr. Deputado, não basta ser mestre.

Ensinou-me o meu pai que para saber mandar é preciso saber fazer.

**Deputado José Lima (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** O senhor demonstrou aqui que não sabe, o que entende por interculturalidade.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

**\* Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de reagir à interpelação da Deputada Zuraída Soares quando diz que nem era preciso aprender línguas para se ser tolerante ao outro.

É evidente que a tolerância é um princípio que vai muito para além da comunicação, mas é um facto, e a senhora não pode negar (é um princípio da antropologia e das ciências sociais), que a língua é o principal veículo da comunicação e da integração, de tal forma que se oferece aos imigrantes a aprendizagem de português e que os nossos imigrantes, por exemplo, aprendem a língua dos países da emigração.

A aprendizagem da língua é fundamental.

Quando adianto esta importância da aprendizagem das línguas, acredito piamente que é fundamental para a comunicação, e quando coloco as línguas, inclusive, coloco a aprendizagem da língua gestual, que é algo que devíamos aprender para comunicarmos com uma comunidade que utiliza um suporte diferente de comunicação, que, infelizmente, os falantes não sabem, não dominam e de alguma forma contribuem para a exclusão e para a situação de isolamento desta comunidade não falante.

Quando me referi a isso citava inclusive um texto do Dr. António Pinto Ribeiro em que ele diz que nas escolas onde existe uma comunidade grande de imigrantes até se deveria proporcionar a aprendizagem da língua, de forma a favorecer, dentro daquela escola, uma maior comunicação.

Para além disso, ele cita que o grupo de intelectuais para o diálogo intercultural, que foi redactor o escritor libanês Amin Maalouf, em que recomenda a aprendizagem de uma língua pessoal adoptiva que deve ser escolhida livremente e deve ser distinta, tanto da língua identitária individual, como da língua de comunicação internacional. Ou seja, as pessoas para além da sua própria língua e do inglês ou francês, como línguas internacionais, deveriam escolher outras línguas para mais facilmente entrarem nos outros mundos, porque há vários documentos produzidos, vários suportes de informação que muitas vezes ficam aquém da nossa capacidade de entendimento. Isto para explicar que eu não disse que era a solução, mas é um caminho importante para a interculturalidade.

Em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires eu lamento, sinceramente, que tenha dito que a minha visão era redutora. O senhor utiliza aqui de uma forma completamente ignorante a palavra folclore.

O senhor não sabe o que é folclore, de tal maneira que diz que a visão folclórica é bacoca. O folclore, Sr. Deputado, é a dimensão oral da cultura. Integra uma área de estudo, nomeadamente que é a etnografia. Não é essa visão artificial e superficial, que o senhor dá, de uma realidade importante e que é estudada.

Lamento muito que, se eu tenho uma visão redutora, parto do pressuposto que o senhor tem uma visão ampla do que é a cultura e utiliza uma palavra de uma forma tão primária como acabou de fazer há bocadinho.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Para uma primeira intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

\* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar neste debate na sequência daquilo que tem sido dito, porque me parece que é importante não divergirmos aqui da questão principal.

Obviamente falaram vários Srs. Deputados da importância da educação intercultural, que é indiscutível e que não sublinharei, porque todos a conhecemos e a reconhecemos.

O problema não é a substância do Projecto de Resolução do PCP. O problema é a forma que este assume para atingir um determinado objectivo.

Na nossa opinião, esse Projecto de Resolução medra num erro, porque pode, inclusivamente, conseguir ou atingir o exacto contrário do objectivo que se diz propor. Isto torna-se claríssimo. Ou seja, quando propõe no último dos seus pontos a criação, por parte do Governo Regional, de um guia de boas práticas, atrever-me-ia a dizer que este guia de boas práticas mais não é, Sr. Deputado Aníbal Pires, do que a carrinha que ontem o Bloco de Esquerda propunha na gravidez na adolescência. É a mesma história. É impossível, de difícil execução, se calhar nem é oportuno que se crie nesta matéria um guia de boas práticas que ensine, porque se parte do pressuposto que a quem se ensina é porque não sabe, como é que se deve agir em matéria de interculturalidade.

Como aqui já foi largamente dito, os açorianos têm sido, por razões históricas, um povo de grande capacidade de acolhimento. Aliás, a própria Associação dos Imigrantes, no seu parecer, releva isso, este acolhimento e esta integração que têm sido feitos por várias vias, por via do trabalho das associações, por via do esforço do Governo Regional e também por via da naturalidade com que as nossas populações encaram essa integração.

Recordo que há uns pares de anos essa integração de cerca de 160 alunos jovens que temos nas nossas escolas é tão bem sucedida que houve casos de alunos, filhos de emigrantes ou descendentes, que foram os melhores alunos dos seus anos. Portanto, para adensar os nossos males, no caso da Escola Padre Jerónimo Emiliano Andrade, foi um aluno ucraniano considerado o melhor aluno deste ano.

Portanto, na minha opinião não devemos combater problemas que neste momento são apenas “moinhos de vento”, nem fazer disto uma bandeira como procura o PCP (lá terá as suas razões!) fazer.

Na verdade, este ensino existe, ele é transversal a todas as disciplinas, às disciplinas das línguas, ao português, à história. Ele convive e convive bem.

Pode ser melhorado? Pode, obviamente. Poderá sempre ser melhorado.

Na nossa opinião, a hipótese de inclusão no currículo regional é possível. Não sei se será a ideal, mas é uma hipótese possível. Agora, parece-me que reduzir e singularizar esta temática e fazer dela a questão essencial, não é correcto. Para já, porque como todos nós sabemos, a realidade das nossas unidades orgânicas é muito diferenciada e há até unidades orgânicas que nem têm população de outras países, não têm população emigrante. Portanto, esta matéria não se levanta.

Fazer emanar uma orientação superior que direcione, que obrigue, que determine que todos têm que ter um procedimento comum não nos parece, obviamente, ser a melhor forma.

Por outro lado, e indo à essência daquilo que é a matéria proposta no Projecto de Resolução, que propõe dar formação ao pessoal docente e não docente, não nos parece que isso seja essencial.

Temos, por vários meios, integrado na formação que já existe, esta temática, que é a temática do reconhecimento do outro, da valorização da diferença, do combate a todas as formas de xenofobia.

Portanto, consideramos efectivamente que este Projecto de Resolução é extemporâneo. Na substância, teoricamente e de acordo com os seus preâmbulos, é evidente que estamos todos de acordo e entendemos a sua utilidade, mas na forma (e sublinho, na forma) é que peca, sobretudo porque cria este problema grande, que é criar um problema que neste momento não existe e, sendo aprovado, poderia efectivamente passar a existir.

Muito obrigada.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

\* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta segunda intervenção serve para esclarecer o Sr. Deputado Aníbal Pires. Penso que lhe devo esse esclarecimento, porque houve aqui um equívoco no que eu disse e no que o Sr. Deputado percebeu.

O Sr. Deputado sabe, tão bem como todos os deputados nesta casa, que eu estou longe de considerar que as escolas açorianas sejam um paradigma.

O que eu afirmei foi que as escolas açorianas, até ver, neste momento, no que diz respeito à curiosidade pela diferença, à tolerância entre os jovens açorianos, entre os alunos, à interculturalidade patenteada nos nossos jovens, é, de facto, um paradigma, circunscrito a estes termos.

Claro que o PEE e o Programa Oportunidade criam estigmas e discriminação. Afirmou-o e eu corroboro por inteiro, mas isso tem a ver com outro debate e eu digo-lhe porque é que é outro debate, é que o Sr. Deputado, com certeza, no seu guia de boas práticas não iria advogar a extensão do PEE, porque não iria resolver este problema.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não. Eu advogo o meu agora!

**O Orador:** Aproveito que estou no uso da palavra para clarificar a posição da bancada do CDS/PP em relação a esta matéria.

Nós não consideramos que implementar à força de lei uma situação que para os jovens açorianos, felizmente, por agora, (nada é imutável) se revela de natural e espontânea convivência intercultural, seria um contra-senso e se poderia revelar até premicioso no futuro.

Parece-nos neste momento que será uma arma desadequada ao crime, em sentido metafórico.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este projecto já percebi, para além de outras questões, que a educação intercultural será introduzida nas escolas, o proponente é que não é o ideal. Não é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é do PCP, portanto não dá.

Há outra coisa que a Sra. Deputada Catarina Furtado deixou transparecer na sua intervenção.

A Deputada Catarina Furtado confundiu aqui uma coisa. A pretensão da AIPA é a pretensão da AIPA. A pretensão do PCP, é a do PCP.

**Deputado Berto Messias (PS):** Agora!

**O Orador:** Não há aqui agendas comuns.

*(Aparte inaudível do Deputado Herberto Rosa)*

**O Orador:** Não tem nada a ver com isso, Sr. Deputado. O senhor não meta essas questões aqui sob pena disto poder correr mal, para o seu lado, é claro.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Eu não sou emigrante!

**O Orador:** Portanto, tenha paciência.

Houve essa confusão. Uma coisa é a pretensão da Associação de Imigrantes nos Açores; outra coisa é a agenda política do PCP. Não confunda as coisas.

A senhora confundiu e levou outros deputados a criar o equívoco que transparece da vossa bancada, isto para além de termos percebido perfeitamente que a educação intercultural vai fazer parte dos currículos daqui a algum tempo. O proponente é que não é o ideal.

Queria reconhecer aqui uma questão que a Deputada Piedade Lalande colocou sobre a forma como eu tratei a palavra folclore. Peço desculpa. Quando utilizei a palavra “folclore”, tenho todo o respeito pela cultura e pelo que o folclore representa.

**Deputado José San-Bento (PS):** Fica-lhe bem!

**O Orador:** Peço desculpa, porque não era minha intenção desvalorizar, antes pelo contrário, era apenas para dizer que a Deputada Graça Teixeira tinha um argumento não muito consentâneo com aquilo que estamos a discutir.

**Presidente:** Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** Apenas para dizer à Deputada Cláudia Cardoso que o guia de boas práticas, não quer dizer que haja más práticas.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** O senhor sabe!

**O Orador:** Nós não temos que ser reactivos. Temos que ser activos.

Obrigado, Sr. Presidente. Penso que ainda voltarei ao debate.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, neste momento não existem mais inscrições. Também não aceitamos inscrições seguidas, é uma praxe da casa.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É a liturgia parlamentar.

**Presidente:** Passamos para a votação da resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 12 abstenções do PSD.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

\* **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nitidamente não ficou claro para alguns dos Srs. Deputados a verdadeira dimensão, alcance e profundidade desta proposta.

Vou aproveitar este momento para uma vez mais tentar esclarecer. Para tal, nada melhor do que irmos aos fundamentos científicos da educação intercultural.

Assim, e de acordo com o célebre pedagogo Fernand Ouellet, os objectivos fundamentais da educação intercultural são os seguintes:

- “- melhor compreensão das culturas nas sociedades modernas
- maior capacidade de comunicar entre pessoas de culturas diferentes;
- atitudes mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural, através da compreensão dos mecanismos psico-sociais e dos factores socio-políticos capazes de produzir atitudes discriminatórias, potencialmente racistas ou xenófobas;
- maior capacidade de participar na interacção social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade.”

Procura-se aqui trabalhar em torno de cinco preocupações, cinco valores fundamentais que, ainda de acordo com o mesmo autor, são os seguinte:

- “- coesão social (procura de uma pertença colectiva);
- aceitação da diversidade cultural;
- igualdade de oportunidades e equidade;
- participação crítica na vida democrática;
- preocupação ecológica.”

Do mesmo modo, os sociólogos Leonard e Patrícia Davidman definem educação intercultural como "uma estratégia multifacetada, orientada para a mudança, que se norteia por seis objectivos relacionados entre si:

- a igualdade de oportunidades;
- o pluralismo cultural na sociedade;
- a criação de relações de harmonia e compreensão intercultural na sala de aula, na escola e na comunidade;
- a capacitação/"empowerment" de todos os actores educativos;
- um conhecimento alargado dos vários grupos étnico-culturais por parte de todos os agentes da comunidade;
- a formação de todos os intervenientes no processo educativo, numa perspectiva intercultural, informada e crítica".

Neste quadro, quando falei de educação intercultural, estava a referir-me a uma perspectiva dinâmica e a um conjunto de dimensões, transversais a toda a educação/intervenção e que, desejavelmente, devem permear a escola como um todo e a vida social no seu conjunto.

Nas palavras de J. Banks, "A educação ou é intercultural ou não é boa (educação)".

A aposta intercultural envolve, em última análise, um movimento e um processo de conscientização pessoal e de criação de novas oportunidades de inclusão para todos.

**Deputada Piedade Lalanda (PS):** Isso está no "Diário de Bordo"!

**O Orador:** Posso continuar?

**Deputada Piedade Lalanda (PS):** Pode!

**O Orador:** Muito obrigado.

Em conclusão, era disso que se tratava a nossa proposta, um movimento de consciencialização que visa contribuir para a igualdade de oportunidades para todos (sublinho para todos) impedindo que as diferenças culturais se transformassem ou se transformem em *handicaps* e que, pelo contrário, representem um factor de enriquecimento pessoal e colectivo.

Falamos de preparar as nossas escolas para lidarem com a diversidade dos seus alunos, falamos de consciencializar os jovens para a transformação social potenciada pela multipluralidade; falamos de criar uma cultura que rejeita a discriminação.

A rejeição desta proposta impede que os Açores tivessem podido dar, a partir de hoje, um sinal positivo de atenção ou uma questão que se afirma cada vez mais essencial para a sustentabilidade dos grupos humanos.

Lamentamos que isso tenha acontecido.

Quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista trazer a esta Câmara a proposta de integração da Educação Intercultural nos currículos regionais, com ou sem manual de boas práticas, cá estaremos para a aprovar.

**Presidente:** Passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião: **Projecto de Resolução – “Medidas para o extermínio, controlo e prevenção da infestação de térmitas na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

**Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente da Assembleia da ALRA, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores traduz as suas preocupações relativamente à disseminação da praga das térmitas, que infesta as principais cidades da Região, que está presente em cinco ilhas do arquipélago, e que estudos recentes apontam para o facto de que, se nada se fizer, ela poderá “estabelecer-se” em todos os aglomerados populacionais de todas as ilhas da Região.

Já muito se disse nesta Assembleia sobre as térmitas. No entanto, consideramos nunca ser demais o empenho dos deputados que lutam para que as medidas tomadas pelo Governo Regional se ajustem à complexidade e gravidade que este problema encerra.

Por outro lado a discussão deste projecto de resolução em sede de Comissão, permitiu ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores confirmar que a gravidade do problema não tem tido a correspondente prontidão de actuação por parte do Governo Regional.

Consideramos que já em 2004, as conclusões, apresentadas pelo Grupo de Missão para Estabelecer um Programa de Combate às Térmitas constituído ao abrigo da Resolução 131/2004, atribuiu responsabilidades acrescidas ao Governo Regional na luta contra a praga.

Da listagem de 19 medidas referidas na página SOS-Térmitas e propostas por este grupo de missão, apenas 6 foram implementadas, ficando de fora medidas fundamentais para o sucesso do combate a esta praga.

Uma das que não foi implementada, foi a criação do Gabinete de Coordenação e Gestão com objectivo de coordenar e gerir as tarefas de controlo, extermínio e também de prevenção da praga, isto é, em última análise, para criar um plano integrado de combate à praga.

Este gabinete é, na nossa perspectiva crucial para o combate desta praga, e mais crucial se torna agora que este problema é encarado como um problema regional, isto é, um problema de todo o arquipélago.

A descontinuidade geográfica, as diferentes espécies de térmitas que afectam diferentemente cada uma das ilhas, os diferentes níveis de infestação, a obrigatoriedade da participação activa da população, dão-nos uma imagem da complexidade deste problema. Daí surge a natural necessidade de coordenação para que se possa actuar não só em diferentes frentes em simultâneo – por exemplo, ao nível do controlo em Angra do Heroísmo está-se a colocar armadilhas, porque não fazê-lo também em Ponta Delgada? – como também permitir recolher e centralizar dados que possam servir para uma avaliação dos resultados obtidos.

Vejamos alguns factos:

- Em Julho de 2005 é aprovado o Decreto Legislativo Regional 20/2005/A, que aprova o regime jurídico excepcional de concessão de apoios financeiros a obras de reparação de imóveis. Só em Janeiro de 2008, 3 anos depois, se altera este regime por se entender que o regime aprovado não era adequado (apenas 8 candidaturas e 3 aprovadas em S. Miguel em 2007). Demoraram-se 3 anos para se perceber que os apoios não eram adequados.

- O trabalho de levantamento da situação real das térmitas na Região não foi ainda realizado, após ter sido proposto há já 5 anos, como ponto de partida para analisar a situação e avaliar os custos do investimento na recuperação de edifícios e no combate à praga. Uma recente proposta do Professor Paulo Borges para realizar esse levantamento ainda não teve resposta por parte do Governo Regional.

- Regulamentar a emissão de um certificado que garanta que as estruturas dos edifícios foram tratadas/preservadas contra as térmitas, implementar o controlo na entrada e saída de madeiras informando a população do risco associado ao transporte de mobiliário entre ilhas, são medidas que já deveriam ter sido implementadas, medidas essas também presentes nas conclusões que o Grupo de Missão apresentou nos finais de 2004, portanto há já quase 5 anos.

Estes e outros exemplos ilustram o que consideramos ser desarticulação, acções isoladas e uma inexistente pro-actividade de certas entidades com responsabilidade da Região, reflexão essa que urge coordenar e incentivar.

Devemos enaltecer, dentro das acções isoladas, o trabalho realizado pela Universidade dos Açores, conduzido de forma dedicada, muito transparente e perspicaz pelo Professor Paulo Borges e respectiva equipa. Este esforço, apoiado pelo Governo Regional, e muito bem, tem colocado sempre novos desafios que a Região, e sobretudo os poderes políticos da Região, não têm sabido acompanhar devidamente.

Num recente Workshop realizado no passado dia 3 de Julho em Angra do Heroísmo, discutiu-se a solução de exterminação por calor, que se apresenta como mais eficaz e mais barata quando comparada com outras soluções, limitando o uso dos termicidas do combate à praga (pelo menos relativamente à *Cryptotermes brevis*, a térmita da madeira seca).

Este conhecimento, levar-nos-ia a aperfeiçoar hoje este Projecto de Resolução aqui em discussão, acrescentando o facto de o tratamento por calor ser uma forma de extermínio a utilizar na Região no combate às térmitas e reduzindo o papel dos insecticidas nesse extermínio.

Esta solução, apresentada como uma solução na acção de extermínio da praga, merece alguma reflexão no que respeita à forma como serão proporcionadas soluções para os habitantes nas áreas infestadas, utilizando estas técnicas, reflexão essa, que urge realizar.

Exige-se uma gestão cuidada mas eficaz, complementada com todas as outras medidas de controlo e prevenção essenciais para o sucesso desta luta, plasmadas no Projecto de Resolução aqui em discussão.

Disse.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados José San-Bento, Carla Bretão, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade, os Srs. Deputados Abel Moreira e Pedro Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

\* **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como sabem, esta questão já foi discutida aqui várias vezes. A abordagem ao problema das térmitas e do seu combate é difícil, é complexa e terá uma solução que vai ser de longo prazo, mas já começou a ser implementada na Região.

Desde 2005, a Região tem apoios financeiros para a recuperação de imóveis contaminados. Na nossa opinião, esse regime que permite esses apoios públicos tem bons objectivos, tem bons princípios, mas, de facto, não tem tido os resultados satisfatórios.

O PS reconhece isso!

O Governo já admitiu isso!

O Grupo Parlamentar retira consequências políticas dessa apreciação.

Em nossa opinião temos que manter agora os princípios, alargar os objectivos e sobretudo mudar os instrumentos de intervenção com vista a obter mais e melhores resultados.

O PS tem, por isso, uma postura aberta e despreconceituosa na abordagem desta questão relacionada com as térmitas, mas, todavia (e que fique bem claro), não partilhamos com o proponente da perspectiva paternalista, onnipotente e omnipresente do estado que a liturgia do Bloco de Esquerda apregoa. Esta não é a visão do PS.

Acreditamos no mercado regular, na iniciativa privada e no papel dos cidadãos e das cidadãs, como diria a Sra. Deputada Zuraida, em serem agentes activos nas escolhas que fazem e nos comportamos que adoptam, algo que esta proposta do Bloco também ignora.

Foi neste quadro que o executivo, e foi anunciado neste Parlamento na pessoa da Sra. Secretária com a tutela da habitação, tem como prioridade mudar as metodologias de intervenção e alterar os montantes de apoio, no que diz respeito à luta contra as térmitas.

O PS apoia e congratula-se com esta intenção pública, anunciada e reanunciada pelo Governo.

É neste enquadramento político que surge esta iniciativa do Bloco de Esquerda de combate às térmitas. É bom que se sublinhe esse aspecto, o *timing* desta proposta.

Sabendo da intenção anunciada e reiterada do Governo, o que é que fez o Bloco?

Fez aquilo que qualquer cantor pimba, que se preze, faria. Correu ao “arquivo” mais próximo, “copiou a letra do último êxito” e agora “canta” de uma forma exaltada, com uma “coreografia” diversa, a mesma música e a mesma melodia.

Este é um truque conhecido. É um truque deste grande esquerdista de colarinho branco, o Dr. Louçã, uma prática que é conhecida e que é reconhecida por todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Bloco de Esquerda é politicamente totalitária, é socialmente paternalista e é tecnicamente desajustada e inexecutável.

É politicamente totalitária porque concebe um conjunto de soluções que apontam para o modelo que é a vossa verdadeira referência, o Governo que faz tudo, que paga tudo e que resolve tudo.

É socialmente paternalista porque remete para o cidadão o papel de agente acéfalo, necessitando da luz e da palavra do grande líder.

É tecnicamente descabida ao nível, por exemplo, de várias soluções que aponta. Inclusivamente foi dito na Comissão – o Sr. Deputado José Cascalho não referiu isso – que essas soluções estavam desajustadas, estavam desactualizadas, como esta coisa exótica de pôr o Governo a pagar às autarquias a compra de câmara de fumigações, Sra. e Sr. Deputado.

Para além de ser ilegal, no plano dos princípios, as autarquias têm por exemplo nesta altura do ano festas, festividades e afins e acham que não têm meios, se quisessem, para comprar esses equipamentos.

A que nível é que nós chegamos com essas medidas?

Depois temos um conjunto conceptualmente impraticável ao nível da livre circulação de bens e mercadorias que o país aderiu e que tornam moroso, complexo e em alguns casos impossível de regulamentar, no sentido de vedar a entrada na Região de muitas dessas substâncias.

Nós estamos perante uma proposta que não merece ser aprovada. Estamos perante – é verdade – um desafio enorme e que apela para soluções exequíveis e para termos condições (e nós temos condições) para afirmar que o Governo reequacionou o problema, reconheceu as falhas e redefiniu a estratégia que será, como já disse aqui, uma estratégia de longo prazo. É assim que se governa, é assim que se tem um sentido público e que se estabelecem prioridades.

É neste juízo de mérito, de conteúdo e de oportunidade que achamos inconveniente aprovar este Projecto do Bloco de Esquerda.

Gostava de dizer, Sra. Deputada Zuraida, já adivinhando aquilo que me dirá, que muitas vezes no calor dos debates parlamentares este Grupo Parlamentar é injusto e

propositadamente confundido com: determinação com arrogância (nós não somos arrogantes, somos determinados!), firmeza com prepotência (nós não somos prepotentes, somos firmes quanto àquilo que queremos trilhar) e convicção com teimosia (não somos teimosos, somos convictos do que queremos e do que pretendemos fazer!).

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Se fossem não precisava dizer!

**O Orador:** O PS está assim com o Governo, apoia as iniciativas que o Governo já manifestou e está também disponível, de uma forma clara, aberta e despreconceituosa, para construir, quando nós tivermos aqui, a breve trecho, esse diploma do Governo, um novo consenso sobre esta questão das térmitas.

Nós estamos aqui para isso, acreditamos que é possível fazer isso e queremos fazer isso.

Apresentaremos uma proposta socialmente justa, politicamente clara e economicamente racional, coisa que o projecto do Bloco de Esquerda não é e por isso não merece a nossa aprovação e o nosso voto.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este assunto que já foi sobejamente debatido nesta casa, o Grupo Parlamentar do PSD, desde o primeiro momento em que foi identificada a existência desta praga na cidade de Angra do Heroísmo, tem mostrado a sua preocupação, tem trazido por várias vezes este assunto a esta casa e temos sempre alertado para a necessidade urgente de actuar.

Penso que agora já se sentem mais informados (pelo menos já não há risotas) de que realmente isto é um problema grave e que terá efeitos nefastos, não só a nível económico, como social e também ao nível do nosso património cultural imóvel.

Até há pouco tempo era tema de risos e de gozo. Ainda bem que agora já não o é.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Pelo menos mostra alguma maturidade e algum conhecimento relativamente a este assunto...

**Deputado Costa Pereira (PSD):** E com o escaravelho japonês é a mesma coisa!

**A Oradora:** ... até porque alguns senhores do Grupo Parlamentar do PS já sentiram na “pele” (na madeira da sua casa) esta praga, por isso mesmo já estão a par do que é que ela faz e dos efeitos que pode ter a médio e a longo prazo.

Os Açores têm três espécies de térmitas e a mais grave é a da madeira seca. Segundo os especialistas, e isso já foi dito aqui também muita vez, a da madeira seca é considerada a mais destrutiva do planeta e tem um potencial de disseminação muito elevado, porque pode ser transportada em objectos de pequeno porte.

É tudo isso que temos que ter em atenção e não apenas fazer aqui discursos muito elaborados, mas com pouca fundamentação.

Acompanhámos desde o início o trabalho desenvolvido pela Universidade dos Açores, que, e é preciso que se diga, foi apoiada pelo Governo Regional, ao nível da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Foi e continua a ser, não se esqueça disso!

**A Oradora:** Acompanhámos desde o início o drama que muitas famílias e instituições têm vivido sem saber muito bem o que hão-de fazer e, passados que são quase 7 anos, percebemos que muito tempo se perdeu e que muito do trabalho que a Universidade dos Açores andou a fazer não foi tido em conta.

Apesar de agora congratularmo-nos pelo facto de olharem para esta situação com outros olhos (penso que estão a olhar com outros olhos e espero que assim seja), a Universidade dos Açores já alertou por várias vezes que não são só os apoios financeiros nem a remodelação do diploma dos apoios financeiros que resolve a situação, mas que é sobretudo necessário fazer uma abordagem correcta de todo este problema.

Não sou eu que estou a dizer, é a Universidade dos Açores, é o Grupo de Missão que o Governo Regional criou. Já o disseram por diversas vezes e até então nunca foram ouvidos. Espero que a partir de agora sejam.

Há uma série de medidas que já foram elencadas que até agora nunca foram para a frente e vou enumerá-las:

Dizem os especialistas que é necessário alguém que coordene todo este processo. Tem-se visto até agora cada um para o seu lado e ninguém sabe o que é que está a fazer, mesmo ao nível do Governo Regional.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Não é verdade!

**A Oradora:** É verdade, Sra. Secretária!

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Não é verdade!

**A Oradora:** As Secretarias não se entendem, não se entendem com as autarquias, não se entendem com os privados.

É necessário alguém que coordene todo este processo para que as coisas possam ir para a frente. É essencial.

É necessário o levantamento da real situação dos Açores. Não conhecemos a real situação. Especula-se!

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Não é verdade!

**A Oradora:** Sra. Secretária, é verdade! Não há qualquer estudo, qualquer levantamento da situação real, por isso não diga que não é verdade. A senhora só sabe dizer que não é verdade.

Em seguida, é necessário definir e clarificar competências, o que também não existe ao nível do Governo Regional.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

**A Oradora:** É necessário a declaração de cada pessoa que tem térmitas na sua casa. É obrigatório que haja essa declaração de existência de térmitas.

É necessário a fiscalização do transporte de madeiras, os locais próprios para a queima dos resíduos, mais formação para os técnicos, a certificação das empresas que vão actuar, a certificação de casas para venda, a fiscalização efectiva nos portos e, acima de tudo, o desenvolvimento de campanhas que permitam aos privados colaborarem em toda esta situação, porque a eles também é exigido que colaborem e que participem, mas é obrigação do Governo Regional que os oriente, porque se eles não sabem o que é que terão que fazer, não farão nada. Assim é.

No próprio site do SOS-térmitas, podemos verificar esta situação. Temos vários depoimentos de pessoas que não sabem o que é que hão-de fazer.

Este é um problema sério, que exige medidas sérias, que exige um plano concertado entre públicos e privados.

Esta questão do Bloco de Esquerda não é paternalista. É, no fundo, alertar novamente para o problema.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Foi copiar uma acta de uma reunião da Comissão! Chame as coisas pelo nome. Foi o que aconteceu.

**A Oradora:** Sra. Secretária, o Governo já tem, desde 2005/2006, elencadas, pela Universidade dos Açores, uma série de medidas para fazer a abordagem correcta à situação e nunca o fez.

Por isso é obrigação dos Deputados desta casa trazer os assuntos todas as vezes que forem necessárias enquanto o Governo não actuar.

O papel do Governo é essencial em tudo isto, porque compete ao Governo Regional orientar as pessoas, coordenar toda esta situação para que não se espalhe entre as ilhas esta praga, para que não andem uns a recuperar as suas habitações e outros a omitirem as situações. É necessário fazer alguma coisa e a senhora sabe isso, apenas está a disfarçar.

O Projecto do Bloco de Esquerda vem de encontro a uma necessidade que existe e que ninguém se pode esconder dela, que é actuar. É preciso actuar e por isso mesmo nós vamos apoiar este Projecto de Resolução.

Tem algumas incorrecções, é verdade, no entanto, o que interessa neste momento é o Governo Regional abrir os olhos e perceber o que é que os especialistas dizem que é preciso fazer.

**Deputados Rui Ramos e João Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

**\* Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Convém nestas ocasiões falar verdade às pessoas, sobretudo aqueles que nos estão a ouvir, em vez de continuamente fazer demagogia.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Aguardamos ansiosamente o seu momento de verdade!

**Deputado João Costa (PSD):** Vamos lá ver essa verdade!

*(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)*

**A Oradora:** Se me deixarem continuar a falar, eu tenho muito gosto e honra-me muito dizer a verdade sobre esta matéria.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Só sobre esta?

**Deputado Rui Ramos (PSD):** E as outras?!

**A Oradora:** Nos últimos anos o Governo fez um investimento sem precedentes em matéria de habitação. É verdade!

Se não fosse casos como o da Terra Chã, de 1980, se calhar teríamos investido mais nas térmitas.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Se calhar!

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Quando não se tem argumentos, é assim, anda-se à volta!

**A Oradora:** Eu tenho argumentos e já lhe explico tudo, porque tenho aqui um memorando com todos os argumentos e explico-os com toda a frontalidade, porque a senhora precisa de ficar a perceber mais sobre estas matérias.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** A senhora é que tem que perceber alguma coisa, não somos nós!

**A Oradora:** É preciso fazer um bocadinho de história, uma história muito curta.

Há meses eu disse naquela tribuna que o Governo sentia que o que tinha feito não era o suficiente para resolver este problema.

É muito fácil, Srs. Deputados, pegar no Anexo VIII de uma reunião que foi realizada a alguns anos e apresentar nesta casa uma resolução.

Esta casa e os Srs. Deputados têm competências legislativas.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Já está criada. Só precisam actuar!

**A Oradora:** Se acham que o que fizemos não foi suficiente, usem essas competências, proponham aqui nesta Assembleia legislação que corrija aquilo que não está bem feito.

Não é pegar numa acta numa reunião, elencar as medidas que o Governo já elencou...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Eu não disse que era uma acta!

**A Oradora:** É um anexo a uma acta.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não é, não senhora!

**A Oradora:** A senhora não sabe.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** É uma compilação!

**A Oradora:** Se quiser eu faço-lhe chegar isto.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não precisa. Isso já é muito antigo!

**A Oradora:** Srs. Deputados, é verdade que não se fez tudo o que se devia fazer, que há muita coisa para se fazer e que isto é um assunto sério.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Há 7 anos que é um assunto sério!

**A Oradora:** O Governo foi o primeiro a admiti-lo. Também era um assunto sério as questões de habitação degradada de há 20 e 30 anos e foi o Governo do PS que a realizou!

Para já, para que a Sra. Deputada e os Srs. Deputados tenham informação, a maior parte dos pontos que estão enumerados na resolução o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda não teve a capacidade de actualizar aquilo que o Governo entretanto foi fazendo. Por isso é que esta proposta é uma proposta demagógica. Para além de copiar uma acta é demagógica!

Os estudos realizados pela Universidade foram feitos e eu tenho aqui elencados todos os estudos, inclusivamente o Sr. Deputado falou hoje num que está em apreciação no Governo e que vai ser aprovado, para além de outros tantos que se fizeram e muito bem.

Eu já tive oportunidade de ter uma reunião com o Grupo de Trabalho. Ouvi com muita atenção todos os técnicos que estavam nesse grupo, ouvi o Prof. Paulo Borges e reafirmo até uma expressão que ele disse: esta questão não passa apenas por mudar a legislação e dar mais ou menos apoios.

Vendo com atenção tudo aquilo que está proposto na resolução e tudo aquilo que o Grupo de Trabalho identificou, é evidente que muitas dessas metodologias que foram enunciadas por esse Grupo de Trabalho decorreram entretanto. Decorreram estudos científicos e, se calhar, irão decorrer mais, porque é necessário continuar a investigar.

Também vai decorrer, por exemplo, um estudo que não foi aprovado, o único que não foi aprovado. Foi exactamente porque este Projecto não pôde avançar, porque o que ele ia testar era proibido na Comunidade Europeia e a entidade devolveu dinheiro ao Governo.

Nestas coisas temos que usar a máxima transparência.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Nestas e nas outras!

**A Oradora:** Nessa e em todas.

Há aqui coisas que são caricatas! Desde quando é que o Governo pode comprar câmaras para isto ou para aquilo, para dar às autarquias?

**Deputada Carla Bretão (PSD):** A Câmara de Angra vai comprar, pelos vistos!

**A Oradora:** Não, a Câmara de Angra não vai comprar...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** A Sra. Presidente da Câmara de Angra diz que vai comprar!

**A Oradora:** Esse projecto da Câmara de Angra é um projecto piloto, ao qual o Governo se vai associar com a Universidade dos Açores...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Vai comprar uma câmara de frio!

**A Oradora:** A senhora não sabe distinguir as câmaras. O problema é esse! Tem que ler os relatórios para perceber essa questão.

Srs. Deputados, a maior parte das questões que estão aqui enunciadas, não obstante algumas delas não terem ainda resolução, o Governo está disponível e dentro de pouco tempo, para além da legislação que é necessário alterar, há outras questões que importa implementar e que não estão implementadas.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Agora, sim! Essa parte fica-lhe bem!

**A Oradora:** Agora não se impute ao Governo a responsabilidade total de uma matéria em que as Câmaras, os Municípios e o poder local também têm muitíssimas responsabilidades.

Fala-se de formação.

Caros Srs. Deputados:

Então o Governo não apoiou imensas acções de formação a técnicos de câmaras, inclusivamente?

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Quantas?

**A Oradora:** Posso dizer-lhe, porque tenho neste relatório.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Então diga!

**A Oradora:** Digo! Se esperar um bocadinho, já digo.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Diga já. Estamos à espera!

**A Oradora:** O que vos quero dizer com toda a frontalidade é que isto é uma matéria de imensa responsabilidade em que todos nós, e os cidadãos em geral, temos responsabilidade, porque quando se fala na certificação do edificado, desde quando é que o Governo pode dar instruções às câmaras para certificarem aquilo que é competência delas?

Srs. Deputados, há matéria neste relatório e nestes pontos que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda enunciou, que são da responsabilidade dos municípios, mas nós reconhecemos que é necessário trabalhar mais.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** E em conjunto!

**A Oradora:** Reconhecemos que é necessário trabalhar com mais eficácia e é isso que iremos fazer. Não é nenhuma novidade aquilo que o Bloco de Esquerda trouxe a esta casa.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não é novidade, efectivamente. Já há 7 anos que se fala!

**A Oradora:** O Governo a seu tempo anunciou aqui aquilo que iria fazer nesta legislatura. Se não fizemos mais foi porque...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Foi por causa da Terra Chã!

**A Oradora:** Não foi por causa da Terra Chã, Sr. Deputado.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** A senhora é que o disse!

**A Oradora:** Reconhecemos que é necessário trabalhar mais. Foi por muitas Terras Chãs que, infelizmente, o seu partido enquanto governou não resolveu.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Já só cá faltava essa!

**Presidente:** Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Abel Moreira.

\* **Deputado Abel Moreira (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este Projecto de Resolução 15/2009, apresentado pelo Bloco de Esquerda, o CDS quer deixar alguns considerandos sobre o assunto.

Assim, e sem sombra de dúvida, este assunto é deveras preocupante e deve ser analisado e tratado como questão prioritária, visto que este “sismo silencioso”, como alguém lhe chamou, está a ganhar terreno a cada ano que passa, nem o mar que nos separa consegue parar a sua expansão.

É de realçar que não existe consenso quanto ao melhor método para eliminar esta praga.

Este assunto já foi várias vezes tratado nesta casa, mas não foi o suficiente.

Urge, pois, na nossa opinião, realizar um verdadeiro estudo, defendido pela Universidade, para se conhecer a realidade dos Açores. Ele não existe e isto foi dito pela Universidade.

Entendemos, como este estudo é deveras complexo e caro, que deve ser o Governo a assumir os custos inerentes.

Em relação ao Projecto em si, o CDS considera que é demasiado burocrático e de difícil concretização no arquipélago.

O CDS já no passado, nesta casa, apresentou vários requerimentos, projectos de leis, decretos legislativos, em que recomendava, entre outras coisas, medidas céleres de apoio às famílias vítimas desta praga.

Aumentámos substancialmente o apoio às famílias mais pobres, classe média e também mais numerosas.

Por outro lado, através de requerimentos, quisemos saber do controlo fitossanitário nas matérias entradas na Região vindas do exterior; quisemos saber do controlo interno entre ilhas, mas não tivemos resposta satisfatória.

Por isso, perguntamos, Sra. Secretária, qual é hoje a situação?

O que é preciso, mais do que legislação, é acção, rapidez e acudir à habitação degradada; rapidez no combate à praga de modo a diminuir a população de térmitas e assim conter a praga. Por isso achamos que esta iniciativa do Bloco de Esquerda não acrescenta nada à legislação em vigor e, por isso, não votaremos favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Estava a aguardar ansiosamente!

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Já tinha reparado nisso!

**O Orador:** Eu sei que o Sr. Deputado Lizuarte Machado gosta de me ouvir e é meu fã parlamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social:

Lamento dizer-lhe isto, mas creio que a sua intervenção estava “corroída pelas térmitas”.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Tais foram os discursos de V. Exa. neste debate que creio, sinceramente, que as suas palavras foram “corroídas por um conjunto de térmitas” cuja identificação não consigo determinar a esta distância...

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... mas que certamente afectaram aquilo que disse e provocaram uma distorção naquilo que V. Exa. afirmou ser a verdade deste debate.

Vamos à verdade e à mentira, neste debate.

É ou não verdade, Sra. Secretária que o Grupo de Trabalho, o grupo de aconselhamento, que funciona na órbita do Governo Regional, reuniu apenas duas vezes entre 2004 e 2009?

Uma primeira vez com algumas reuniões em 2004 e a segunda vez em Abril de 2009.

É ou não verdade que este Grupo de Trabalho que tem por função aconselhar o Governo quanto a um conjunto de medidas, reuniu duas vezes no espaço de 5 anos?

É ou não verdade, Sra. Secretária, que continua a faltar nos Açores um levantamento sistemático da infestação pela praga das térmitas?

É ou não verdade que ao longo destes últimos anos da responsabilidade dos Governos do Partido Socialista apenas 3 projectos de investigação foram financiados pelo Governo Regional?

Deve estar no seu memorando (não se importa de verificar, por favor).

É ou não verdade que foi assim que sucedeu?

É ou não verdade, Sra. Secretária, quanto aos apoios dos particulares, que houve 100 pedidos de particulares dirigidos ao Laboratório Regional de Engenharia Civil, que deram origem apenas a 10 candidaturas, das quais apenas 5 foram apoiadas?

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** O senhor está a repetir aquilo que foi dito!

**O Orador:** É ou não verdade, Sra. Secretária, que o problema nos Açores se sintetiza desta maneira:

“- Desconhecimento por parte dos cidadãos em como lidar com o combate doméstico às térmitas;

- Inexistência de medidas práticas para combater a praga;

- Inexistência de uma política adequada para o tratamento de resíduos sólidos infestados por térmitas.”

Acabei de citar o Prof. Paulo Borges, ouvido na Comissão de Política Geral.

É ou não verdade que o estado do problema nos Açores é este, dito e afirmado pela nossa maior autoridade científica nesta matéria nos Açores?

Quer V. Exa. falar a verdade, mas falsifica a verdade por uma mera conveniência política.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Só faltou mesmo, V. Exa. Senhora Secretária, dizer que afinal foram, os Governos do PSD os causadores da praga das térmitas nos Açores.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O que é verdade é que o Governo Regional não fez o que lhe competia nesta matéria.

Podia ter feito mais, mas escolheu fazer muito pouco.

Podia ter tomado outras atitudes, mas preferiu ignorar o problema.

Podia ter tido, junto com a maioria que o apoio neste Parlamento, um outro conjunto de apoios para que os particulares pudessem recuperar habitações degradadas. Impôs a regra da sua maioria e fez um regime espartano que faz com que apenas 5 cidadãos tenham tido apoio para recuperar as suas casas infestadas por térmitas.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Qual é a proposta do PSD para resolver o problema das térmitas?!

**O Orador:** Ela foi apresentada na Comissão há dois anos, foi chumbada pela maioria, mas pode estar certa, Sra. Secretária, que voltaremos a apresentar neste Parlamento propostas no sentido de fazer aquilo que o seu Governo e a maioria que o apoio não soube, não quis e não tem capacidade para o fazer.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Para nós, Sra. Secretária, ao contrário do que sucede com V. Exa., as térmitas não são uma questão de bandeira política, nem uma questão para discutir os 20 anos da governação do PSD, como V. Exa. tentou aqui fazer. Aliás, V. Exa. é useira e vezeira nesse tipo de argumentação.

Qualquer coisa, são os 20 anos de governação do PSD!

Qualquer problema, são os 20 anos de governação do PSD!

Esquece V. Exa. que é Secretária Regional de um Governo que já exerce funções há 13 anos nos Açores, que já tem um passado, que tem uma responsabilidade política e que tem também, associada a si própria e à sua própria governação, um passado de ineficácia política em muitas matérias.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Esta é uma área em que o Governo não foi competente e não foi capaz.

**Deputados João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Esta é a verdade acerca deste problema e este Parlamento e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata esperavam de V. Exa., que invocou a verdade, uma outra atitude.

Vamos pensar, se calhar, que V. Exa. merecerá uma penitência parlamentar na sua devida altura.

**Deputados João Costa e Costa Pereira (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

\* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Três comentários inevitáveis à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

O Sr. Deputado já nos habitou, pelo menos ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a ser nesta casa o guia das boas práticas anti-Bloco de Esquerda, aquilo a que se chama, utilizando uma linguagem socialista, o malhador ao serviço do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Mas digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: cada um tem o seu destino e esse é um problema com que o senhor terá que conviver.

Do seu ponto de vista e de acordo com aquilo que aqui afirmou, os projectos, as iniciativas, as propostas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda ou têm um problema de *timing*, ou têm um problema de paternalismo, ou têm um problema de oportunismo, ou é a tal carrinha que é uma coisa impensável nos Açores.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Deputada, não seja injusta. Eu não tenho nada a ver com a carrinha!

**A Oradora:** A Secretaria Regional da Saúde acabou de implementar uma carrinha móvel para opiáceos (que coisa horrível!!!), em São Miguel. Não sei como é que os senhores vão resolver esse problema, depois da argumentação que deixaram aqui ontem.

É sempre por causa de qualquer coisa, quando na realidade, Sr. Deputado, para dizermos a verdade com força, mas sem malhar, porque não há necessidade disso, o problema é a arrogância dos senhores. Esse é que é o problema! É partirem do princípio que sabem tudo, que vão fazer tudo a partir de hoje. Não fizeram, mas agora, a partir de hoje ou de qualquer

outro plenário onde qualquer iniciativa da oposição venha a discussão, os senhores vão começar a fazer. Isso é falta de humildade! É uma forma muito pouco democrática de dizer nesta casa que as oposições não fazem falta nenhuma...

**Deputado José San-Bento (PS):** Ninguém disse isso!

**A Oradora:** ... porque os senhores sozinhos são capazes de fazer tudo e bem! É tal e qual! Tudo o que nós propomos é pouco, porque é preciso fazer mais, mas o que é certo é que o pouco ainda não foi feito e é por isso que aquela acusação de projecto pouco inovador, projecto sem novidade, proposta sem novidade, é caricata, porque a falta de novidade é a consequência daquilo que foi novo há 2, 3, 4, 5 ou 10 anos continuar na ordem do dia, porque não foi implementado, porque não foi cumprido, porque não foi atendido.

É difícil ser inovador quando a realidade é esta!

Quanto à liturgia do Bloco de Esquerda, que é a perspectiva omnipresente do Estado, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que fica-lhe mal, depois de nós, há bem pouco tempo (durante o dia de hoje) termos aprovado mais uma vez, e bem, nesta Assembleia, uma liturgia do Estado nas empresas açorianas.

Agora, pergunto-lhe:

Por que é que não pode haver a mesma liturgia, quando em vez das empresas são os cidadãos, são as cidadãs que estão em causa; quando em vez das empresas é o património edificado desta região que está em causa?

A liturgia dá jeito para umas coisas, mas a liturgia é horrível e é bloquista para outras! A contradição também é evidente.

Finalmente, e isto já para não falar da responsabilidade do Estado com ou sem liturgia naquilo que é de todos, no património que está a ruir, a desaparecer, mas independentemente disso, eu gostaria que as pessoas que nos estão a ouvir e que têm as suas propriedades privadas (de que os senhores liturgicamente são tão fãs, ao contrário, como acusam, do Bloco de Esquerda) ameaçadas, que têm as suas casas a ruir, que têm as suas propriedades a desfazerem-se à frente dos seus olhos, irão encarar uma sessão onde pela 10<sup>o</sup>, 20<sup>o</sup> ou 30<sup>o</sup> vez este problema é trazido e a resposta do Governo e da maioria que o suporta é: “nós vamos tratar disso um dia!”; “nós estamos a tratar disso”.

Mas ninguém vê!

Ninguém percebe!

Quando os especialistas, nomeadamente aquele que foi ouvido, o Prof. Paulo Borge, diz exactamente o contrário, que a pró-actividade ainda não é uma realidade, embora se comece a ver agora algum sinal, ninguém acredita nisso e as pessoas também não.

Sr. Deputado, liturgia por liturgia, nós preferimos a nossa, evidentemente. O senhor fica com a sua!

Muito obrigada.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

\* **Deputado José Cascalho (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai no sentido de chamar a atenção para alguns pormenores e para a importância de um plano, de alguma organização, de algum gabinete que coordene este combate às térmitas, dada a complexidade do problema, e contrapondo o que são as medidas avulsas, para entendermos o que está aqui em causa.

Há uma referência num jornal em que se diz que “o Director Regional da Habitação admite que os apoios destinam-se às pessoas com baixos rendimentos, mas se não há pedidos não é por causa da legislação”. Isto é quase uma contradição daquilo que foi dito aqui.

Depois diz: “para o executivo o problema reside no facto da maioria das casas infestadas se encontrarem devoluta ou arrendada e os seus proprietários não solicitarem o apoio para a reabilitar”.

Este é um problema complexo. Como é que se resolve este problema sem alguém pensar nele e sem encontrar uma medida justa para esta questão?

Por exemplo: “o exame de térmitas chega mais cedo em Angra”.

O exame de térmitas chegou mais cedo. É preciso alguém que esteja atento e que faça essa chamada de atenção para os que cidadãos e cidadãs tomem as suas atitudes.

Dizia que: “o primeiro exame de térmitas aladas reprodutoras foi observado em Angra, o que leva a Universidade dos Açores a alertar a população para que tome medidas para se proteger durante este mês...” Foi a Universidade que tomou essa iniciativa.

É a Universidade que deve tomar a iniciativa? – pergunto eu.

O Prof. Paulo Borges refere: “reconhece que as acções de controlo das térmitas são mais complexas das que são efectuadas pelo controlo de outras pragas, por exemplo, o escaravelho japonês”.

Mais: “o Prof. Paulo Borges argumenta que sem um plano estruturado a infestação vai-se prolongar. As térmitas não deixam de comer só porque os políticos acham que não é preciso um plano.”

O Secretário Regional do Ambiente e do Mar, contrapondo tudo isto, diz o seguinte:

“Os Açores não têm um plano de combate às térmitas, porque o combate das espécies exóticas não é feito através de um plano”.

Não é argumento.

Relativamente ao património, o que é que diz o Prof. Maduro Dias:

“Do ponto de vista de Angra do Heroísmo, como Património Mundial da Humanidade, está-se a perder do ponto de vista cultural, perde-se a presença da madeira nas habitações, mas também uma série de técnicas e artes tradicionais. Na Casa do SAL, oficina de Angra, Associação Cultural actualmente liderada por Estelli Cermelli, temos muitos projectos, mas por enquanto estamos com grande infestação de térmitas.”

Há mais coisas que se poderia dizer relativamente a este assunto e uma delas, para finalizar a minha intervenção, tem a ver com o *workshop* realizado no dia 3 de Julho.

Foi apresentada uma nova solução que, pelos vistos, pode resolver em parte o problema das térmitas em Angra e resolver, em parte, no arquipélago e que tem a ver, como já referi, com o uso da temperatura.

Na reflexão que foi feita nesse *workshop* imediatamente surgiram novas questões que vou colocar aqui. São questões que me surgiram e surgiram a pessoas que se encontravam nesse *workshop*.

As perguntas eram:

- Devemos utilizar esta técnica nas zonas da cidade infestadas criando planos de acção com os apoios das câmaras e a participação activa dos cidadãos, sob coordenação de quem?
- Esperamos pelo interesse e empenho dos donos dos edificios? O que se passa então com aqueles que são inquilinos e que têm o problema no seu tecto?
- Esperamos que as empresas se interessem pelas soluções apresentadas e apoiamos os cidadãos para que efectuem diligências no sentido de optarem pelas soluções apresentadas pelas empresas?
- Estabelecem-se protocolos que obriguem à acção por parte dos donos dos edificios em defesa do património das cidades?

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Quem é que vai licenciar? É o Governo?

**O Orador:** É a pergunta que eu faço.

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

**O Orador:** Para quando uma actuação nos edifícios que são património da Região?

Isto é para nós percebermos que o problema é complexo.

As respostas não tenho, mas é necessário reflectir sobre estas questões, porque são questões importantes.

Se não tivermos alguém que reflecta, quer seja do Governo, quer seja o Grupo que se cria, o Governo tem que trabalhar 24 horas sobre 24 horas neste problema e tem que haver pessoas que estejam motivadas e empenhadas para resolver este problema, porque é, de facto, um problema muito completo e é preciso agir já.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do facto do Projecto, como tem sido aqui minorizado pela bancada do Partido Socialista, não trazer nada de novo, ser insuficiente, ultrapassar as competências do Governo, a verdade é que a Região e as cidades da região se debatem com um problema muito grave, que é a infestação pelas térmitas.

Julgo que urge resolver este problema, não haja alguma evolução e estas térmitas, que são espécies exóticas, se transformem em endémicas e depois temos que as proteger.

Portanto, o melhor é fazermos tudo o que é necessário para que este problema, este “sismo silencioso” que se abate sobre as nossas urbes se resolva de uma vez por todas.

Daí que este Projecto de Resolução terá o apoio da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Herberto Rosa** (*PS*): O Sr. Deputado, quer térmitas no Corvo para ser igual aos outros!

\* **Deputado Paulo Estêvão (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é de facto uma questão séria, mas vou tentar ser muito objectivo.

É evidente que começo por valorizar aquilo que o Governo fez aqui, que foi *mea culpa*: “não conseguimos resolver este problema, reconhecemos isso e vamos, a partir de agora, tentar afinar estratégias, vamos tentar melhorar a eficácia no combate às térmitas; reconhecemos que não fizemos tudo, ou não fizemos tudo bem em relação a esta questão.”

Nesse sentido, quero dizer, Sra. Secretária, que valorizo o comportamento que aqui teve. Temos que valorizar as pessoas que dizem a verdade.

É essencial, a partir do momento em que se reconhece que há um problema e se reconhece que as soluções que foram utilizadas até há pouco tempo e ao longo destes últimos anos pelo Governo Regional não foram eficazes (não só pelo Governo Regional, mas também pelos privados e pelas Câmaras Municipais) obviamente ao reconhecer-se que há um problema que não está a ser combatido de forma eficaz, eu considero que esse é um primeiro passo muito importante.

Em segundo lugar, depois de fazer este elogio à postura de reconhecimento do erro por parte da Sra. Secretária, dizer também, em relação à intervenção do Sr. Deputado San-Bento, que começa a aborrecer esta atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que é, cada vez que se apresenta uma medida, os senhores dizem (isto é uma espécie de lei mental, regressámos ao século XV): “já tínhamos pensado nisso!”, ou então, “foi o meu avô”, ou “se não pensei, já sonhei” e “se não sonhei tive um pesadelo!”.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado, a sua hora vem a seguir!

**O Orador:** “Isso já nos tinha passado pela cabeça. Não é nada inovador, é uma solução activa, há 14 anos que pensamos nisso, o PSD esteve 20 anos e não resolveu isso”.

De facto, este formato de debate parlamentar é cansativo.

Ao fim de algum tempo ouvir ao longo do dia este tipo de explicações, este tipo de argumentação é algo que é inaceitável e torna-se muitíssimo cansativo ao longo de todo o dia.

Sr. Deputado José San-Bento diga: “já tínhamos pensado nisso, não fomos eficazes, mas vamos aproveitar esta oportunidade em que a oposição torna a apresentar esta questão, com

mais ou menos mérito, com maior ou menor inovação, com melhor ou menor qualidade técnica, para iniciar uma nova etapa nesta questão”.

Aliás, tive oportunidade de observar a postura do Sr. Deputado na Comissão. O senhor valorizou este momento de reflexão que foi permitido pela entrada de um projecto deste tipo. O Sr. Deputado fez esse reconhecimento. Pelo menos reflectimos, pelo menos fizemos um levantamento da situação.

Qual é a situação? – muito sinteticamente para não nos perdermos em retóricas ocas ou no blá-blá-blá parlamentar.

**Deputado José San-Bento (PS):** Essa é a sua especialidade!

**O Orador:** Vamos sintetizar:

Primeiro – não temos um levantamento rigoroso da situação actual, em relação à propagação das térmitas. O que foi dito foi que o Sr. Secretário do Ambiente já se tinha preocupado com esta questão e que estava em estudo a possibilidade de se realizar um levantamento rigoroso em toda a Região em relação a esta questão.

O Governo acaba de anunciar que o vai fazer. É meritório, é algo que considero bastante positivo. Peço é que se avance rapidamente, que se dêem os meios financeiros adequados para se ter um levantamento rigoroso da situação.

Segundo – depois de ter o levantamento, verificar, de acordo com a situação encontrada, dentro daquelas que são as técnicas de temperatura ou as outras que foram citadas ao longo destas audições pelos especialistas, qual é a mais adequada para cada situação em concreto, para cada ilha, para cada concelho, para cada rua, para cada residência, e vamos desenvolver um plano de acção em que o Governo Regional não será o único responsável, mas terá, com certeza, a missão de ser o coordenador deste esforço que terá que ser realizado de forma conjunta por todos.

É preciso fazer isso e rapidamente. Não se percam muito tempo nos estudos, injectem-se os meios financeiros para estudar rapidamente esta questão e depois, a partir daí, preparem-se também os meios financeiros, técnicos e humanos necessários para atacar a questão como muita determinação. É isso que eu espero.

Em relação às críticas políticas, em relação à utilização deste tema não me viram utilizá-lo, do ponto de vista político. O que eu quero é que o Governo tenha sucesso nesta questão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Até já.

*Eram 18 horas.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 43 minutos.*

Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

\* **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto ao debate para esclarecer as Sras. e Srs. Deputados exactamente de algumas questões que foram aqui levantadas e que importa informar para que não haja dúvidas. Também há algo que me parece importante que fique aqui registado.

Até agora não apareceu nenhuma medida, nenhum projecto em concreto que seja diferente ou que seja inovador relativamente àquilo que o Grupo de Missão, na anterior legislatura, encontrou.

**Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Não é verdade!

**A Oradora:** É verdade e tem que ser registado para que não hajam dúvidas. Repetir 50 vezes a mesma coisa ou ir aos documentos existentes e voltar a repeti-los, é tarefa que eu, em particular, não gosto de fazer.

Portanto, acho que não é séria a resolução do Bloco de Esquerda.

Como disse aqui uns há meses, o Governo reconhece que pode fazer-se mais, mas não é ao Governo em exclusividade que compete fazer mais. As autarquias podem fazer muito mais.

Por exemplo, por que é que ainda não estão georreferenciadas as zonas afectadas por térmitas? Será que as Câmaras não têm meios para georreferenciar esta praga? Esta era uma proposta inovadora, para os Srs. Deputados proporem.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Em Ponta Delgada já estão! A Câmara da Horta não tem!

**A Oradora:** Passo a concretizar aquilo que não tive oportunidade de explicar na primeira intervenção.

Estudos realizados e pagos pelo Governo Regional:

- Combate à gestão das térmitas em habitações dos Açores com ênfase na Ilha Terceira;
- Projecto de avaliação e reabilitação de estruturas de madeira degradadas por térmitas de madeira seca;
- Projecto de investigação científica e tecnológica em domínios específicos;
- Envolvimento dos cidadãos no controlo das térmitas urbanas nos Açores.

O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda referiu que o Governo ainda não tinha dado resposta a um estudo que recebeu há meia dúzia de dias, que está a ser objecto de apreciação e que tem como proponente o Prof. Paulo Borges que, aliás (justiça seja feita), é o coordenador da Universidade dos Açores relativamente a toda esta problemática, que muito tem feito, muito tem trabalhado com os seus docentes. Mas não importa continuar a fazer estudos e alguns deles inconclusivos, por exemplo, relativamente à introdução de insecticidas para combater a praga, porque não interessa hoje dizer que este é o ideal, e, amanhã, esse produto é proibido na Comunidade Europeia e não se pode utilizar.

Estas coisas têm que ser analisadas com seriedade e dizer-se a verdade aos açorianos.

Está em fase de apreciação esse estudo que é “a térmita da madeira nos Açores, motorização dos voos, dispersão e prevenção de colonização”.

Não julguem os Srs. Deputados que estas coisas são baratas, 113 mil euros. É a apreciação e, segundo a informação que tenho, vai ser aprovado para se implementar.

Para além destes estudos com a Universidade dos Açores, o Governo Regional, através do Laboratório Regional de Engenharia Civil, implementou variadíssimos projectos, um deles de âmbito bastante ambicioso, que está ainda a desenvolver-se e que foi objecto de candidatura ao PRODESA. Também ele fez com que se adquirissem imensos equipamentos, que se começasse a fazer experiências piloto e elas existem, por exemplo, em Ponta Delgada, e estão a ser monitorizadas, exactamente, para ver o alcance destas coisas.

É pouco prudente, do nosso ponto de vista, vir uma pessoa dizer “vamos agora fazer aqui umas tendas com injeção disto e daquilo”. Não se esqueçam que o povoamento dos Açores é contínuo.

O sítio onde temos térmitas é nos centros históricos, são zonas onde é muito difícil, por exemplo, fazer intervenção na construção civil. Nas casas onde se fizeram, neste momento algumas já estão novamente infectadas.

Quem é que pode proibir, por exemplo, a utilização de madeiras?

Quem é que licencia as obras particulares?

Não é Governo, certamente. O Governo até está isento de licenciar as próprias obras, como os Srs. Deputados bem sabem.

No que se refere a acções de formação, foram feitos vários *workshops*, foram feitas acções de formação do LREC sobre o tema “estruturas de madeira em edifícios”, cursos sobre infestação e reabilitação de estruturas de madeiras para fiscais de câmaras, para técnicos.

Se calhar não se fez para todos os empresários da construção civil. Se calhar é importante fazer.

Portanto, meus caros Srs. Deputados, de facto, o Governo e também algumas Câmaras têm feito, têm implementado e estão preocupados.

Na reunião que tive oportunidade de estar, em Abril de 2009, no primeiro semestre deste ano, foram novamente colocadas todas estas situações. Foi feita uma reavaliação disto. Importa rever e actualizar a legislação, porque por exemplo podemos majorar mais os perfis metálicos e não majorar em termos de apoio a madeira. Isso é uma opção que o Governo pode tomar, Srs. Deputados, mas não pode proibir, porque as pessoas são livres de colocar nas suas casas os materiais que entenderem. Ainda não chegámos a esse regime soviético de impor às pessoas.

Dizia-me um desses consultores, nessa reunião de Abril, que havia de haver uma lei que proibisse de utilizar madeiras.

Pois era! Isso era bestial!

Mas é preciso que tenhamos essa competência, porque não temos.

No que se refere às questões fitossanitárias, como os Srs. Deputados sabem, nós não podemos proibir a circulação das mercadorias. Isso é uma situação.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** É preciso fiscalizar!

**A Oradora:** E temos fiscalizado, Sra. Deputada. O LREC e os Serviços de Desenvolvimento Agrário têm fiscalizado.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não têm!

**A Oradora:** Não diga que não têm, porque isso não é verdade.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Não é verdade?

**A Oradora:** Não é verdade!

A senhora está a relatar episódios factuais que não são verdade. Não vale a pena vir com esses alarmismos, porque não são verdade.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Leia o trabalho da Universidade dos Açores!

**A Oradora:** O próprio portal que existe, onde os Srs. Deputados têm oportunidade de se manifestar e todos os cidadãos em geral, foi pago pelo Governo.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Mas quem é que está a dizer que não foi?

**A Oradora:** Se me deixar concluir, não é justo que se diga que o Governo, desde 2004, aquando da criação do Grupo Missão, nada fez. Aliás, eu não vi uma única ideia inovadora nesta Assembleia, ...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** O Governo também não é inovador!

**A Oradora:** ... que se diga “vamos fazer diferente”.

Os Srs. Deputados têm competências legislativas. Apresentem Decretos Legislativos...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Já apresentámos e foram chumbados!

**A Oradora:** ... para resolver aquilo que acham que está errado. Não venham dizer ao Governo...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** A senhora é que não venha dizer que não apresentámos, porque apresentámos!

**A Oradora:** ... aquilo que o Governo já disse há 6 meses que importava resolver e melhorar. Vamos fazê-lo, Srs. Deputados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado José San-Bento.

\* **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Então o Governo fez e o Sr. Deputado José San-Bento diz que não foi!

**O Orador:** Sr. Deputado Jorge Macedo, mantenha-se calmo. O seu problema é que o senhor excita-se com facilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando responder a alguns colegas que me interpelaram, começaria pela Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Quantos casos já apoiaram?

**O Orador:** Registo a forma como a Sra. Deputada reconhece a evolução e a abertura que o PS manifesta e que teve neste processo. Isso é importante, porque as posições iniciais muitas vezes não têm uma correspondência directa e premente com desenvolvimentos subsequentes.

É importante que se diga que o PS não tem esses preconceitos. Se considerarmos que vale a pena alterar a nossa posição, se com isso conseguirmos outros contributos e melhores medidas, fazemos isso. Como referi, não temos qualquer problema, ou indício de dogmatismo, ou uma qualquer arrogância, que os senhores tantas vezes falam, sobre essas questões.

Sra. Deputada, isto é um pouco como o amor, sabe? Os primeiros beijos pouco têm a ver com a forma como a relação acaba.

Portanto, é assim que as coisas se desenvolvem naturalmente.

Quanto ao Sr. Deputado Abel Moreira, é verdade aquilo que disse. Temos que ser justos. O PP, pelo menos até agora, tem sido uma parte da solução e não parte do problema. Também é verdade que o Grupo Parlamentar do PS já aprovou algumas medidas, algumas propostas de alteração que apresentou aqui. Continuaremos a fazê-lo se essas propostas surgirem e tiverem mérito.

Em relação àquilo que disse o Sr. Deputado Pedro Gomes, a Sra. Secretária já respondeu no essencial, mas há aqui uma questão, Sr. Deputado, e neste registo de inquisidor do regime que aqui trouxe, que gostava de deixar sublinhada.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Quantos casos já apoiaram?

**Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** 13!

**O Orador:** É que o Sr. Deputado, propositadamente, embrulhou e contornou o papel que as autarquias têm e terão no futuro, na resolução desse problema, a começar por uma autarquia com a qual o senhor colabora. Essa autarquia, a autarquia de Ponta Delgada, é um dos exemplos de uma autarquia que tem que ter uma mudança, uma viragem para podermos contar com o parceiro autárquico na persecução de uma melhor solução para estas questões.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** A oposição apresenta propostas e os senhores chumbam!

**O Orador:** Quanto à Sra. Deputada Zuraida Soares, francamente, eu acho estimulante debater consigo. Confesso-lhe isso!

Os senhores têm piada, são alegóricos, são coloridos...

**Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Folclóricos, também!

**O Orador:** ... mas não vivem no Séc. XXI, francamente (digo-lhe isso frontalmente) e não compreendem o mundo actual, por isso é que apresentam propostas destas.

A senhora pode caracterizar o meu estilo e as minhas intervenções como entender. Eu sou um Deputado que gosta de um debate vivo e directo e tenho *fair play*. Agora, acho que há uma coisa da qual a Sra. Deputada não me pode acusar:

Somos leais e directos!

A tentativa que a senhora aqui fez de insinuar que me tinha refugiado atrás de figuras retóricas para evitar caracterizar, criticar e apontar erros e falhas do seu projecto, não colhe. Acho que esses erros existem, essa concepção distorcida existe e acho que fui claro nessa intervenção.

Há uma coisa que lhe fica bem e que eu aprecio:

Este impulso de defender a sua dama e essa sua lógica de associação parlamentar de socorros mútuos eu também apreciei e por isso registo a sua entrada neste debate um pouco nesta forma.

Para terminar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a verdade é que falar de blá-blá-blá o senhor é o grande especialista. Nunca me passou pela cabeça discutir isso consigo.

Apetecia-me dizer que o Corvo já tem monárquicos, mas ainda não tem térmitas. Isto significa que as pragas não têm uma distribuição uniforme,...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Está a comparar a uma praga?

**O Orador:** ... mas não direi isso. O que diria é que ao contrário daquilo que entendeu dizer, o PS não tem uma perspectiva presa a qualquer preconceito na abordagem desta questão. A Sra. Secretária já fez aqui duas intervenções e deixou de uma forma clara essa intenção, essa disponibilidade do Governo. Acho que foram aqui dados sinais de disponibilidade, de abertura, de vontade de mudar, que são muito importantes. O Grupo Parlamentar do PS regista isso e tem uma grande satisfação.

Muito obrigado.

**Deputado Jorge Macedo (PSD).** Onde é que o senhor ouviu isso?

**Secretária Regional do trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Até disse em Comissão!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Vamos votar este Projecto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Resolução foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Passamos para o ponto seguinte da Agenda da Reunião: **Projecto de Resolução – “Criação da Euro-Região da Macaronésia”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresento hoje, nesta casa da Autonomia, um Projecto de Resolução que considero fulcral para a afirmação externa e o desenvolvimento económico da Região. Trata-se de um Projecto que, salvo melhor opinião, se insere numa linha estratégica consolidada – pela prática, pelo nosso Estatuto Político-Administrativo e até pelo actual Programa de Governo – no âmbito da nossa política externa.

No que concerne à política de cooperação com a Macaronésia não existe qualquer dúvida que o que se pretende é o seu reforço e a sua institucionalização. Aliás, vale a pena citar o que diz o Estatuto, na alínea d) do artigo 124.º, a este respeito: *“Desenvolver parcerias com outras regiões ultraperiféricas, nomeadamente no âmbito de programas de cooperação territorial europeia e aprofundar a cooperação no âmbito da Macaronésia”*.

O próprio Programa do X Governo Regional estabelece, nesta mesma área, o seguinte: Poderemos, assim, identificar determinadas áreas geográficas em relação às quais os Açores têm condições privilegiadas para o estabelecimento ou reforço destas relações de cooperação, a saber:

Arquipélagos da Macaronésia e Regiões Ultraperiféricas. *O desenvolvimento da cooperação bilateral com estes territórios, com os quais compartilhamos não só um mesmo espaço (geográfico e/ou político) e os mesmos condicionalismos, mas também novas e variadas oportunidades de desenvolvimento da cooperação (favorecidos pelos programas e fundos europeus, e pelas perspectivas de novas ligações e áreas de interesse no desenvolvimento de trocas comerciais), devem ser encarados, por esses motivos, como uma prioridade para a nossa inserção regional.*”

É, portanto, nesta área consensual que nos movemos no âmbito da nossa política externa. Não será, portanto, o PPM a quebrar a nossa unidade nesta área. Apresentámos um Projecto que consideramos válido para a nossa Região. Vamos defendê-lo com toda a convicção, mas respeitaremos a decisão e a visão maioritária deste Parlamento. Continuaremos a pedir mais opiniões académicas e políticas sobre este assunto, mas não faremos qualquer contacto com entidades externas à Região. Este é o compromisso irrevogável que aqui assumimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa recomenda ao Governo Regional dos Açores que inicie os procedimentos necessários para criar, em conjunto com os governos da Madeira e das Canárias, a Euro-região da Macaronésia. Nesta mesma iniciativa, concebemos que Cabo Verde deverá ser convidado a participar como membro associado, aproveitando, para esse fim, o estatuto especial que este Estado possui no contexto do relacionamento com a União Europeia.

Aliás, a presença de países não integrados na União Europeia em Euro-regiões não seria uma novidade. O mesmo sucede na Euro-região da Karelia, que integra a Rússia, ou a Euro-região dos Cárpatos, que integra a Ucrânia.

Esta entidade europeia possuirá uma formidável projecção estratégica, integrando todo o triângulo marítimo que liga a Europa aos continentes americano e africano. Tudo isto valorizará, ainda mais, o que os Açores representam, por si só, enquanto centro nevrálgico desta área estratégica.

A este respeito, deve referir-se que a projecção estratégica do território desta Euro-região representa o único espaço relativamente aberto da União Europeia, na medida em que, actualmente, esta se encontra relativamente bloqueada, por questões de soberania, nos vastos espaços marítimos do Mar do Norte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma Euro-região com estas características possuirá, para além do extraordinário potencial estratégico já descrito, a capacidade de gerar extraordinárias sinergias e complementaridades em áreas como os transportes, o ensino superior, o ambiente, o turismo, a cultura, o património, a educação, o desporto, a iniciativa empresarial, a inovação, o comércio, a formação, a saúde, a agricultura e pescas, as novas tecnologias e a sociedade da informação.

Tudo isto se desenvolverá num quadro político-territorial que somará uns respeitáveis 3 milhões de habitantes (dois de língua espanhola e um de língua portuguesa), uma área territorial de 14.614 Km<sup>2</sup> e uma Zona Económica Exclusiva que somará uns extraordinários 2.650.141 Km<sup>2</sup> (uma das dez primeiras do mundo). Desta forma a Região adquirirá massa crítica suficiente para se envolver em projectos europeus de grande dimensão.

A Euro-região da Macaronésia, dotada deste vasto conjunto de recursos, terá, obviamente, uma grande capacidade de atracção do investimento e de obter consideráveis recursos financeiros numa União Europeia que, certamente, a valorizará imenso. Teremos, assim, uma voz forte em Bruxelas. A influência da maior Região Marítima da União Europeia valerá a soma de mil lóbis, isto para ir de encontro a quem sente a necessidade deste tipo de grupos de opinião.

A este respeito, é importante referir que os agrupamentos europeus de cooperação territorial possuem, como atribuições específicas, a execução de projectos ou acções de cooperação territorial co-financiadas pela União Europeia através do Fundo Social Europeu, do **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** ou do **Fundo de Coesão**.

Com estes mecanismos de financiamento comunitário e muitos outros de origem pública e nacional – projectados para a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional pelos Estados e Regiões integrantes – a Euro-região poderá realizar um vasto conjunto de planos, estudos, programas e projectos, bem como gerir infra-estruturas e prestar serviços de interesse público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre as tremendas potencialidades económicas dos agrupamentos europeus de cooperação territorial, importa citar aqui o que escreveu a ex-ministra socialista Elisa Ferreira, a propósito da Euro-região da Galiza-Norte de Portugal:

**“A Euro-região é uma alavanca para dinamizar o intercâmbio, a cooperação e a acção conjunta. Os objectivos de fomentar o conhecimento e a inovação, de construir um espaço atractivo para investir e trabalhar, de criar mais emprego e de melhor qualidade e de trabalhar em favor de um modelo energético sustentável que contribua para combater a mudança climática são comuns. Para concretizá-los, não só se disporá dos 100 milhões de euros aprovados no Plano Estratégico de Cooperação Territorial, como se contará com mais de 10 mil milhões de euros procedentes dos respectivos programas operacionais no âmbito do Objectivo Convergência e dos diferentes fundos estruturais da União Europeia.”**

Meramente como meio de comparação de índole contrafactual, importa destacar aqui que as Baleares e a Sicília lideram actualmente um processo similar que visa criar a Euro-região das Ilhas do Mediterrâneo. Esta AECT deverá integrar, para além das Baleares e da Sicília, a Sardenha, a Córsega, Chipre, Creta e Malta. **A sua constituição será formalizada no dia 8 de Outubro de 2009 e o objectivo anunciado é “defender os interesses comuns das regiões insulares e aceder a ajudas e financiamentos europeus”.**

Neste caso, importa destacar que o debate público em relação à hipótese de se criar um agrupamento europeu de cooperação territorial (AECT) de base insular, nasceu, em primeiro lugar, nos Açores, tendo até sido discutido no âmbito da última revisão do nosso Estatuto.

Do ponto de vista meramente instrumental importa referir que, desde o início do processo, deverão ser criados mecanismos estatutários que permitam manter o equilíbrio no seio da Euro-região, uma vez que são conhecidas as disparidades demográficas e económicas existentes entre os diversos Arquipélagos que a poderão integrar.

Nesse sentido, espera-se que a vantagem decorrente da iniciativa da RAA neste processo – e os excelentes mecanismos de cooperação que temos – possam assegurar **a fixação da sede social da Euro-região no território regional.**

Por outro lado, importa também garantir que os estatutos deste AECT Atlântico venham a prever disposições operativas, no âmbito dos seus órgãos de governo, destinados a manter o equilíbrio institucional e a assegurar o pluralismo da Euro-região em todas as áreas, nomeadamente no âmbito linguístico, político e económico. Falo, evidentemente, de presidências rotativas e da necessidade de deliberar com base em consensos.

São estes, de forma sucinta, os principais objectivos deste Projecto de Resolução.

Disse!

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para debate.

Para já tenho inscrito o Sr. Deputado José San-Bento, a quem dou a palavra.

\* **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Peço a palavra para, além de debater este ponto - que foi um ponto muito debatido e estudado na Comissão de Política Geral e queria aqui destacar o papel do Sr. Presidente Pedro Gomes, na condução dos trabalhos - referir que o Grupo Parlamentar do PS não abandona Comissões e tem um sentido institucional e de responsabilidade política que o assume até às últimas consequências.

Dito isto, queria referir nesta câmara que é com lamento e pesar que eu acuso o Sr. Deputado Paulo Estêvão de ser desleal com os seus colegas, de faltar à verdade e de desrespeitar o trabalho parlamentar da Comissão de Política Geral.

O Sr. Deputado teve a possibilidade, por várias vezes, de esclarecer, de dar a mão e de demonstrar um traço de carácter que lhe faltou. Lamento profundamente essa sua atitude.

Eu vou fazer um pouco de história:

Esta proposta foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, com os argumentos que ele entendeu e reconheço que foi bem apresentada, apesar de discordarmos, como demonstrámos na comissão, dos argumentos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão manifestou vontade de ouvir mais duas ou três instituições e entidades especialistas congêneres, relacionadas com esta matéria.

Nessa altura, tive a oportunidade de referir com toda a clareza, e basta referir que na última reunião da Comissão foi reconhecido por todos os partidos políticos, que o Partido Socialista entendia, em razão da matéria, ser de grande utilidade ouvir primeiro o membro do Governo com responsabilidade na cooperação externa.

Posteriormente avaliaríamos a utilidade ou não. É verdade que eu disse *ou não*. Mas remeti, após essa audição do Governo, a realização de mais algumas diligências.

O PS nunca fechou a porta a eventuais diligências futuras, adicionais sobre esta questão. Que isto fique bem claro.

Acontece que no dia 25 de Junho, com um pré-aviso de véspera, em conferência de imprensa, o Sr. Deputado Paulo Estêvão abandonou a comissão de Política Geral de uma

forma atabalhoada, trapalhona, confundindo uma data de questões, desde a forma da convocatória, metendo o pés pelas mãos (lamento dizer isto aqui e assim), porque entendeu que o Grupo Parlamentar do PS era arrogante, era prepotente e não deixava o Sr. Deputado fazer o seu trabalho.

Portanto, antes da Comissão proceder à audição do Sr. Subsecretário, o Sr. Deputado Paulo Estêvão bateu com a porta.

O PS quer lamentar profundamente esta atitude e registar que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que se orgulha ser o cavaleiro da virtude, da verdade e da honradez, demonstrou com a atitude que tomou, depois de ter sido esclarecido por mim e por outros colegas de outros partidos, que não hesita em proceder à mais básica e ridícula vitimização para daí tirar dividendos políticos. Isso tem que ser denunciado e censurado, porque é uma atitude que infringe, em nosso entender, o sentido ético que nós somos obrigados a ter no combate político.

O senhor é um deputado a quem eu reconheço frontalidade, mas infelizmente acho que faltou presença de espírito e lealdade e o senhor eticamente cometeu algo que se deve arrepender e lamentar profundamente, Sr. Deputado.

Não venha agora falar na arrogância e na prepotência do PS, Sr. Deputado. O senhor teve mais de 15 dias para se reposicionar nesta matéria.

Eu vou abster-me de referir as expressões que o senhor imagina que eu devo ter tido, para desmentir o Sr. Deputado.

Eu entendi que o senhor poria a mão na consciência e que mais não fosse hoje neste Parlamento “daria o braço a torcer”.

Por isso foi com grande apreensão que o vi subir à tribuna para fazer uma declaração político. Pensei, para mim: temos homem!

Infelizmente, estava enganado, Sr. Deputado.

Portanto, esta é uma atitude que o PS lamenta, que eu sinceramente lamento, mas é uma daquelas atitudes que, como diria o Sr. Deputado Bolieiro, esperamos nós que seja não só didáctica como também pedagógica.

Sinceramente, Srs. Deputados, o PS tem essa esperança e esperamos que situações e precipitações dessas sejam evitadas, porque a não serem evitadas no futuro, Sr. Deputado,

realmente o que vai parecer é que a arrogância e prepotência da minoria que quer obrigar a maioria a ter que concordar consigo, quando as coisas não são bem assim, Sr. Deputado.

Nós demonstramos (sublinho novamente) toda a abertura, toda a disponibilidade para resolvermos essa questão de outra forma.

Quanto à proposta, achamos, conforme já referi e volto a referir, que o trabalho que a Comissão fez e a audição que procedeu ao Sr. Subsecretário, e infelizmente não pôde contar com todos os deputados, foi uma jornada de trabalho muito importante, muito esclarecedora e muito engrandecedora.

O Grupo Parlamentar do PS acha que esta proposta do PPM tem um problema de forma, um problema de método e um problema de conteúdo.

Esta solução é politicamente ingénua, institucionalmente prejudicial e tecnicamente desajustada dos nossos interesses.

Tentando ser sintético, ela é politicamente ingénua, porque faz uma tiragem radical em termos da nossa política externa e dos nossos interesses junto da União Europeia.

Esta proposta tinha o risco de pôr em cheque aquilo que os Açores têm vindo a construir, desde que aderimos à Comunidade Europeia, e todo o trabalho que tem sido a grande aposta até há pouco tempo de todos os partidos consensualmente de apostarmos na nossa integração europeia, no peso que as regiões ultraperiféricas devem e podem ter.

Basta dizer que as Regiões Ultraperiféricas têm inúmeros mecanismos para fazer valer os seus interesses, têm uma relação directa com os serviços da comissão, têm um conjunto de apoios majorados, têm um conjunto de instrumentos que tornam claro a questão da aposta no Estatuto das Regiões Ultraperiféricas com a estratégia certa para os Açores.

Não é por acaso que nas últimas eleições para o Parlamento Europeu todos os partidos reconheceram isso, uns mais implicitamente e outros mais explicitamente.

A proposta é também institucionalmente prejudicial, porque, goste-se ou não, afecta equilíbrios e alianças que são estratégicas para os Açores e nós não podemos ser ingénuos em relação a isso. Nós temos que ser amigos dos franceses e dos espanhóis, porque eles também têm regiões ultraperiféricas.

Quem acompanhou a história dos Açores nos últimos anos, basta só falar na quota do leite e na integração na quota efectiva dos auto-consumo, percebe que não se deve brincar com

coisas muito sérias, como é a ajuda dos franceses e a aliança dos espanhóis. Isso é evidente e por isso ela é institucionalmente prejudicial e muito pouco cautelosa.

É também tecnicamente desajustada por várias razões que eu vou tentar, por conveniência de tempo, reduzir sobretudo a uma ou duas.

Este é um instrumento – a citação que faz da Deputada Elisa Ferreira sobre a Galiza é natural – de cooperação territorial, de territórios continentais contínuos, normalmente associados à cooperação transfronteiriça. É mais nessa lógica que as coisas têm sido tratadas.

O senhor também fala no exemplo dos arquipélagos que estão a estudar essa formulação, mas essa formulação tem também um cariz muito específico e não há razões objectivas.

Nós estamos a falar, no fundo, de criar uma região comparável no âmbito da NUTS II e que tornaria mais ou menos 271 regiões. Portanto, não é um instrumento com potencialidade, não é um instrumento que neste momento, do ponto de vista do PS valha a pena nós apostar e dispersarmos assim a nossa intervenção.

É algo que nós também tivemos oportunidade de referir na Comissão. Já agora, Sr. Deputado, com toda a frontalidade, também lhe digo em relação aos seus considerandos (mas isto seria uma questão mais longa e infelizmente não pudemos contar consigo na Comissão, porque abandonou intempestivamente a Comissão, foi uma pena), sobre o Governo das Canárias e sobre o Primeiro-Ministro de Cabo-Verde, que eles não correspondem à verdade, por aquilo que foi possível pessoalmente contactar, através de pessoas que conheço e que tenho contacto privilegiado, tanto num caso como no outro. Estas questões não estão confirmadas.

O Governo das Canárias não tem no seu programa de governação a criação de uma euro região e também o Primeiro-Ministro de Cabo-Verde nunca fez nenhuma manifestação formal em relação a isso. Portanto, são os dois casos que eu refiro.

Atendendo àquilo que já referi, julgo que ficou claro e, de uma forma muito directa e apesar de tudo julgo que de forma sintética, as razões essenciais que levam o Partido Socialista votar contra esta proposta.

Peço apenas desculpa à câmara pelo intróito que fiz, mas julgo que também compreendem a necessidade que tive de repor a verdade ao fim de todos estes dias.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Pedro Gomes.

\* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata começa por saudar a iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PPM, porque ela permite abrir uma discussão, franca, aberta, plural, sobre questões de política internacional e de relações externas da Região Autónoma dos Açores, com outras entidades.

Permite fazer este debate ao abrigo de um conjunto de novas competências que em boa hora o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, revisto, aprovado por esta câmara e promulgado pelo Sr. Presidente da República, acaba por consagrar.

É bom que se diga que neste domínio o Estatuto Político-Administrativo é inovador e revelador.

É inovador, porque pela primeira vez consagra um título próprio dedicado às relações internacionais da Região as quais prevêem a participação da região na política externa da República; prevêem também desdobrantes competências de desenvolvimento de relações externas próprias da Região e mecanismos de cooperação externa da Região.

É também inovador, no sentido de que este Estatuto desenvolve e aprofunda um conjunto competencial relativo às Regiões Autónomas no domínio das relações externas e da política internacional, indo num sentido, diria eu, *prater* Constituição, isto é, utiliza a formulação constitucional, explora os limites constitucionais de modo a conferir uma amplitude anteriormente não prevista no Estatuto no domínio das relações externas ou das relações internacionais da Região Autónoma dos Açores.

Nesta medida, esta iniciativa do PPM permite que um debate sobre esta matéria tenha lugar neste Parlamento, neste momento.

A segunda consideração que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata quer aqui trazer é de carácter histórico, mas que tem lugar neste debate num momento em que se discute um Projecto de Resolução que prevê a criação de um agrupamento europeu de cooperação territorial.

É preciso dizer que o esforço de afirmação dos Açores no quadro da União Europeia não vem de agora, é um esforço que não começou em 1996, como se calhar muitos,

ingenuamente, julgarão. É um esforço que vem da fundação da Autonomia, que vem muitas vezes de momentos anteriores à nossa própria adesão à União Europeia.

É bom lembrar que foram governos do Partido Social Democrata – e esta é a justiça histórica que tem que ser feita – que ainda no âmbito do Conselho da Europa, na Comissão das Ilhas e mais tarde na Conferência das Regiões Insulares Europeias, trouxeram e levaram à discussão princípios de coesão territorial, princípios de aproximação, de experiências de regiões que queriam e pretendiam ter poder político próprio, que tinham dificuldades próprias de desenvolvimento, que tinham, na linguagem comunitária mais recente, *handicaps* permanentes que obstavam ao seu desenvolvimento.

É este trabalho de aprofundamento político, de consolidação de conceitos no âmbito do Conselho da Europa que mais tarde veio originar um conjunto de documentos que serviram de base à aprovação, pela União Europeia, do conceito de Regiões Ultraperiféricas no Conselho Europeu de Rodes.

É este caminho, é este percurso político de inserção de uma região periférica, ultraperiférica, insular, duplamente insular, no contexto da União Europeia, que nos conduz hoje à constatação de que o Estatuto de Região Ultraperiférica, com consagração própria nos tratados comunitários, no tratado da União Europeia e deste logo no Tratado de Lisboa, representa de facto um passo importante na pretensão dos Açores e na pretensão das outras seis Regiões Ultraperiféricas no sentido da sua afirmação na política europeia e, sobretudo, numa abordagem diferente das políticas de coesão que reconhecem que os *handicaps* permanentes têm que ter medidas de diferenciação positiva para que estas Regiões Ultraperiféricas os possam superar e atingir um grau de desenvolvimento diferente daquele que conseguem atingir.

Este Projecto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PPM vem justamente colocar aqui em confronto duas opções fundamentais, que não são juridicamente incompatíveis, mas que são politicamente inconciliáveis neste momento:

Uma é a prossecução deste caminho de afirmação de um espaço comunitário no quadro do contexto das Regiões Ultraperiféricas que são apenas sete na União Europeia;

A outra, será um caminho igual a tantos outros caminhos que podem ser trilhados por outras regiões no quadro europeu, que é o caminho da criação de um agrupamento europeu de cooperação territorial.

É certo que esta entidade tem personalidade jurídica; é certo que esta entidade pode participar em projectos co-financiados pela União Europeia, mas o que é verdade é que esta entidade não tem um reconhecimento equiparável ao reconhecimento que hoje tem as regiões ultraperiféricas na União Europeia.

O que é verdade é que no quadro das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, nós temos parceiros poderosos, desde logo os grandes estados europeus, a começar pela nossa vizinha Espanha ou pela França, mas não é menos verdade que este agrupamento europeu de cooperação territorial agora proposto excluiria, desde logo, um desses importantes aliados (a França) na medida em que, pelo seu âmbito territorialmente recortado, qualquer região francesa ficaria de fora desta nova realidade que a Representação Parlamentar do PPM agora propõe.

Não são claras as vantagens (penso que a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão não conseguiu precisar com suficiente clareza política) da criação de um agrupamento europeu de cooperação territorial, no qual a Região Autónoma dos Açores se deveria inserir, como proposto, sobretudo quando temos que confrontar as vantagens da integração nesta nova entidade com as vantagens que hoje decorrem da circunstância dos Açores fazerem parte de um clube, permitam-me a expressão pouco rigorosa do ponto de vista jurídico mas funcional, de regiões ultraperiféricas, porque neste conceito de agrupamento europeu de cooperação territorial vão caber regiões transfronteiriças, regiões que procuram cooperação inter-regional, vão concorrer todas as ilhas da União Europeia que procuram ter um Estatuto equivalente às regiões ultraperiféricas e que não têm.

Estaremos a disputar um espaço político muito mais vasto do que aquele que hoje dispomos, sem que desta disputa possa transcorrer qualquer vantagem política no campo da nossa afirmação na União Europeia ou no campo, daquilo que se quisermos designar, das relações externas.

Dir-se-á, ou dirá o Sr. Deputado Paulo Estêvão:

- Mas esta entidade que tem personalidade jurídica criará um mercado de 3 milhões de cidadãos.

Eu responderei:

- O que é verdade é que este mercado já cá está, já existe.

Não traz esta entidade nenhuma vantagem especial do ponto de vista financeiro, do ponto de vista de acesso a fundos comunitários, do ponto de vista fiscal ou do ponto de vista da logística dos transportes que hoje a Região Autónoma dos Açores, a Região Autónoma da Madeira, a Região das Canárias e Cabo Verde não possam dispor entre si. A verdade é esta. Assim sendo, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, politicamente, aderir a este agrupamento europeu de cooperação territorial significaria desinvestir sem retorno no Estatuto das Regiões Ultraperiféricas que é, de facto, para onde devemos canalizar o nosso investimento político e a nossa estratégia política.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... sobretudo, percebendo que o artigo 3º do Tratado de Lisboa inclui a coesão territorial nos objectivos da União Europeia e que a coesão territorial está hoje, felizmente, no centro da agenda política e prática da União, na medida em que ela significa também uma nova sinergia entre políticas de coesão e estratégias de competitividade, em que ela significa políticas sectoriais de diferenciação positiva para as regiões que tenham *handicaps* permanentes ao seu desenvolvimento.

No fundo, é dizer que trocaríamos um caminho que é certo, que é seguro, difícil, mas que já estamos a percorrer desde 1985, desde a nossa adesão à União Europeia, com frutos suficientes, por um caminho incerto que tendo alguma beleza política não confere segurança jurídica, nem vantagem estratégica para os Açores.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É por isso que o Grupo Partido Social Democrata não pode votar favoravelmente esta Resolução apresentada pelo PPM.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Lizuarte Machado (PS):**

Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra para uma primeira intervenção o Sr. Deputado Aníbal Pires.

\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pode até ter havido alguma precipitação por parte da Representação Parlamentar do PPM na apresentação desta resolução que recomenda ao Governo que desenvolva os esforços

necessários para a criação de um agrupamento europeu de cooperação territorial, no âmbito da Macaronésia.

Pode até estar enformado de algumas outras deficiências e fragilidades, mas eu gostaria que ainda hoje, ou noutra oportunidade, ficasse claro, mas claramente provado, que o facto de nós termos um estatuto de Região Ultraperiférica é inconciliável com o facto de pertencermos a um AECT. Não me parece, de maneira nenhuma, nem os Açores.....

**Deputado José San-Bento (PS):** Inconciliável?!

**O Orador:** Sim, inconciliável.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não, não é!

**O Orador:** Eu não vi em lado nenhum que isso fosse possível e penso que este assunto não se esgotará no debate do Projecto de Resolução do PPM, por vários motivos.

**Deputado José San-Bento (PS):** Mais uma cópia!

**O Orador:** Não, não copio. Não é por causa disso. Aliás, eu não necessito de fazer cópias de coisa nenhuma, Sr. Deputado. Tenho muitas coisas para aprender, nomeadamente consigo, mas esta não será certamente.

Mas o debate não acaba aqui. Eu gostava de vos lembrar, no artigo 124º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a alínea d) que refere claramente: “Desenvolver parcerias com outras regiões ultraperiféricas, nomeadamente no âmbito de programas de cooperação territorial europeia e aprofundar a cooperação no âmbito da Macaronésia”.

O Programa do Governo fala claramente em privilegiar as relações no espaço da Macaronésia.

Mas mesmo que isso não estivesse consagrado no Estatuto, nem no Programa do Governo, uma coisa é certa, não podemos ignorar que neste espaço da Macaronésia já acontece um conjunto de actividades, nomeadamente económicas, para além de outras, e que a agenda da Macaronésia faz parte da agenda política dos Governos dos Açores, da Madeira, das Canárias e certamente da agenda de Cabo Verde, independentemente de formalmente ou não, quer o Governo das Canárias, quer o Governo de Cabo Verde terem, relativamente a esta matéria, uma posição definida.

É certo que ouvimos, e está aqui o Sr. Vice-Presidente, aquando da vinda do Primeiro-Ministro de Cabo Verde em visita oficial aos Açores, o Dr. José Maria das Neves, falar da

agenda da Macaronésia e do interesse de Cabo Verde em que se aprofundasse este tema. Portanto, isto não é novidade.

Um aparte apenas para o Sr. Deputado José San-Bento (já lá irei também, porque tenho qualquer coisa para dizer relativamente à sua intervenção):

Se de facto o Governo de Cabo Verde não tem nenhuma posição formal sobre este assunto, a verdade é esta e não pode ser escamoteada: em Cabo Verde foi notícia, quando o Deputado Paulo Estêvão anunciou esta intenção, e o Governo de Cabo Verde pronunciou-se sobre ela com muito agrado.

Portanto, Sr. Deputado...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não precisa levantar a voz!

**O Orador:** Eu levanto a voz quando me apetecer, para o senhor perceber que não é o dono da verdade.

Depois, há outras coisas que lhe ficam muito mal, como por exemplo, demorar mais tempo na sua intervenção a criticar a actuação do Deputado Paulo Estêvão, porque todos tivemos oportunidade de ler o relatório da Comissão e todos sabemos que o Sr. Deputado Paulo Estêvão se ausentou intempestivamente da reunião. Não precisamos que o senhor venha para aqui com sermões sobre o comportamento de cada um de nós em termos das comissões.

Portanto, Sr. Deputado, olhe para si, tenha em consideração o seu comportamento e deixe o nosso por nossa conta. Isso ficou-lhe muito mal. Aliás, o Sr. Deputado perdeu mais tempo...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Não me façam perder mais.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que o senhor se cingisse à sua intervenção, até porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão está inscrito a seguir e com certeza vai...

**O Orador:** O problema é do Deputado Paulo Estêvão, Sr. Presidente. Agora, eu não posso deixar de registar isto, porque qualquer dia pode acontecer a mim.

**Presidente:** É provável!

**O Orador:** O Deputado José San-Bento fica já avisado que eu não lhe permitirei uma coisa dessas.

**Presidente:** Sr. Deputado, se porventura isso acontecer, de acordo com o Regimento, o Presidente da Assembleia há-de ver o que é que faz.

Eu agradecia que se cingisse mais à sua intervenção.

**O Orador:** A forma como o Grupo Parlamentar do Partido Social tratou o Sr. Subsecretário Regional, que esteve a ser ouvido na Comissão, não me parece que tenha sido a mais correcta.

O Sr. Subsecretário afirmou na Comissão: “As Rup’s são a unidade de integração na União Europeia com que a Região se identifica, pois temos características jurídicas próprias, considerando até que a criação desta nova unidade, AECT, não iria trazer mais fundos europeus. Colocaria em causa negociações futuras”.

Eu gostaria de ler agora o parecer que foi enviado pelos serviços da Assembleia e que está anexo ao relatório:

“Contrariamente às estruturas que geriam este tipo de cooperação até ao ano de 2007, o AECT é dotado de personalidade ...”, aliás, o Sr. Deputado Pedro Gomes já há pouco referiu, “... e de capacidades jurídicas adequadas para executar acções ou projectos de cooperação, envolvendo parceiros estabelecidos entre esses Estados-membros, nomeadamente aqueles que possuam co-financiamento da Comunidade Europeia, através dos fundos estruturais”.

O Sr. Subsecretário da Cooperação possivelmente não tinha conhecimento disso quando fez a afirmação que fez na Comissão. Portanto, daí a minha afirmação de dizer que o Governo Regional não tratou com o devido olhar e com a devida correcção este assunto, independentemente deste assunto merecer uma maior reflexão.

O momento não é este. É necessário fazermos essa reflexão, mas não tenhamos dúvidas, aliás está no Estatuto e no Programa do Governo, que este espaço e a criação, eventualmente, de uma euro-região da Macaronésia, será um caminho, será uma construção.

Portanto, este debate não acaba aqui hoje. Agora, não podemos é tratar as coisas sem o rigor que elas devem ter. De facto, quer o Sr. Subsecretário Regional, quer a forma como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tratou esta situação, não me parece a melhor, porque até contraria aquele que é o espírito do seu próprio programa, contraria aquele que é o espírito do Estatuto da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, aproveito para lembrar à câmara que na galeria está presente a antiga Deputada desta casa, Maria José Duarte, a quem saudamos.

*(Aplausos da Câmara)*

O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para...?

**Deputado Helder Silva (PS):** Sr. Presidente, é para nos termos regimentais solicitar um intervalo de meia hora.

**Presidente:** É regimental, está concedido.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para...?

**Deputado Paulo Estêvão (PS):** Sr. Presidente, eu abdiquei da forma regimental da defesa da hora, porque me foram aqui imputadas qualidades pessoais que, na minha perspectiva são ofensivas, mas como o Sr. Deputado também referiu, ele é um adepto do debate duro e frontal, e era isso que eu iria fazer a seguir.

Este truque regimental é lamentável. Não me permite responder, mas fica para amanhã.

Eu abdiquei de o fazer por plena consciência de que teria oportunidade de responder no mesmo tom, sobretudo com a mesma lealdade, olhos nos olhos, ao Sr. Deputado.

Lamento essa atitude da sua bancada de não me permitir fazer, mas fá-lo-ei com certeza amanhã.

Muito obrigado.

**Presidente:** O debate continua efectivamente amanhã. O Sr. Deputado continua inscrito.

Sras. e Srs. Deputados, face ao pedido do Partido Socialista, em termos práticos, terminamos por hoje.

Retomamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10 horas da manhã com o PTAP.

Bom jantar.

Boa noite e até amanhã.

*Eram 19 horas e 43 minutos.*

**Deputados que entraram durante a Sessão:**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Cláudio Borges Almeida**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel Jorge Igrejas Moreira**

**Artur Manuel Leal de Lima**

***Deputados que faltaram à Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos**

**António Lima Cardoso Ventura**

*\* Texto não revisto pelo orador*

---

**Documentos entrados**

**PROPOSTA DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL**

**ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE DISPONIBILIDADE PERMANENTE A  
PESSOAL AFECTO À AEROGARE CIVIL DAS LAJES**

O pessoal afecto à Aerogare Civil das Lajes integrado nas carreiras de informática, encarregados de pessoal auxiliar e assistentes operacionais que exercem funções nas áreas de auxiliar administrativo e servente encontram-se a exercer as respectivas funções em condições especiais de trabalho, com disponibilidade permanente.

Considerando que o valor do subsídio de disponibilidade permanente, no montante de 20.16% do escalão 1 da categoria de ingresso, previsto no artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2004/A, de 3 de Junho, que procedeu à revalorização e reestruturação da carreira dos assistentes de operações aeroportuárias na Região Autónoma dos Açores, bem como no n.º 8 da Cláusula 18.ª do Regulamento Autónomo dos Oficiais de Operações Aeroportuárias, revela-se adequado à compensação da generalidade das situações de disponibilidade permanente na Aerogare Civil das Lajes.

Assim, nos termos da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa, a seguinte proposta de decreto legislativo regional:

## **ARTIGO 1.º**

### **Objecto**

O presente diploma procede à atribuição de um suplemento de disponibilidade permanente a pessoal afecto à Aerogare Civil das Lajes que exerce funções em regime de disponibilidade permanente.

## **ARTIGO 2.º**

### **Suplemento de disponibilidade permanente**

1 – O pessoal afecto à Aerogare Civil das Lajes integrado nas carreiras de informática, encarregados de pessoal auxiliar e assistentes operacionais que exercem funções nas áreas de auxiliar administrativo e servente, que exerce funções em regime de disponibilidade

permanente, tem direito a auferir um suplemento de disponibilidade permanente correspondente a 20.16% do valor da 1.ª posição remuneratória da respectiva carreira.

2 – O suplemento de disponibilidade permanente do pessoal de informática incidirá sobre o 1.º escalão da categoria de ingresso de técnico de informática-adjunto.

3 – O suplemento de disponibilidade permanente é regulado nos termos do subsídio de prevenção do pessoal de operações aeroportuárias, previsto no artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2004/A, de 3 de Junho.

### **ARTIGO 3.º**

Entrada em vigor

O presente diploma reporta os seus efeitos a 1 de Janeiro de 2009.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Angra do Heroísmo, em 25 de Junho de 2009

**O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, *CARLOS MANUEL MARTINS DO VALE CÉSAR***

---

**Relatório e Parecer sobre o projecto de lei nº 786/x – regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284º do código do trabalho, aprovado pela lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro**

### **Capítulo I INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 30 de Junho de 2009, na delegação das Flores da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Santa Cruz.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua excelência o presidente da assembleia legislativa, sobre o Projecto de Lei nº 786/X – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro.

O mencionado Projecto de Lei, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 27 de Maio, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

## **Capítulo II**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 299º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo, o qual deverá ser emitido no prazo de 20 (vinte) dias – ou 10 (dez) dias, em caso de urgência – nos termos do disposto no artigo 118º do Estatuto Político-Administrativo.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a assuntos de trabalho é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

### Capítulo III

## APRECIÇÃO DA INICIATIVA

#### *a) Na generalidade*

A iniciativa legislativa em apreciação procede à regulamentação do artigo 283º do Código do Trabalho, relativo à reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, matéria presentemente regida pela Lei nº 100/97, de 13 de Setembro, pelo Decreto-Lei 143/99, de 30 de Abril e pelo Decreto-Lei nº 248/99, de 2 de Julho, e pretende melhorar a inteligibilidade e acessibilidade das matérias em causa, ajustando, simultaneamente, o conteúdo das normas à realidade social e ao respectivo enquadramento constitucional e legal.

Procede-se à regulação da intervenção do serviço público competente para o emprego e formação profissional, na reabilitação e reintegração profissional dos trabalhadores sinistrados.

Face à terminologia utilizada no Projecto em análise, para efeito da determinação das prestações e dos beneficiários das prestações por morte, e considerando que pela adopção plena o adoptado(a) torna-se filho(a) do(a) adoptante, o(a) qual, por seu turno, passa a pai (ou mãe) daquele(a), entende-se que todas as referências feitas na lei a adoptados e adoptantes devem ser limitadas às situações de adopção restrita.

Por outro lado, e atendendo às alterações verificadas no direito das crianças e jovens, deve evitar-se a designação de menor e utilizar, em alternativa, a expressão “menor de 18 anos”.

#### *b) Na especialidade*

Na análise na especialidade, o PS apresentou a seguinte proposta de alteração, a qual foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS/PP e a abstenção do Deputado do PCP:

*“ Artigo 184º*

*Regiões Autónomas*

*As competências atribuídas às autoridades e serviços administrativos são exercidas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelos competentes órgãos e serviços das respectivas administrações regionais autónomas. ”*

## Capítulo IV

### SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* concorda com a iniciativa em apreciação, salvaguardada a proposta de alteração que apresentou.

Os *Grupos Parlamentares do PSD*, do *CDS-PP* e a *Representação Parlamentar do PCP* abstiveram-se de tomar posição sobre a iniciativa em apreciação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

## Capítulo V

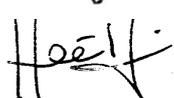
### CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela pertinência da iniciativa, tendo deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD, do CDS/PP e do PCP, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Lei nº 786/X – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, com a proposta de alteração aprovada em sede de apreciação na especialidade.

**Santa Cruz das Flores, 30 de Junho de 2009**

*António Rodrigues*

 **Ório foi aprovado por unanimidade.**

 **Fernândo Jorge**

\_\_\_\_\_

# **RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI Nº 250/2009 – ESTABELECE O REGIME DE CONSTITUIÇÃO, GESTÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO ORGANIZADO DE RESÍDUOS**

## **Capítulo I INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 30 de Junho de 2009, na delegação das Flores da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Santa Cruz.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 250/2009 – Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos.

O mencionado Projecto de Decreto-Lei, iniciativa do Governo da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 9 de Junho, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

## **Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 299º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo, o qual deverá ser emitido no prazo de 20 (vinte) dias – ou 10 (dez) dias, em caso de urgência – nos termos do disposto no artigo 118º do Estatuto Político-Administrativo.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a assuntos de ambiente é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

### **Capítulo III**

#### **APRECIÇÃO DA INICIATIVA**

##### ***b) Na generalidade***

A iniciativa legislativa em apreciação pretende estabelecer o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos, nos termos do nº 2 do artigo 62º do Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro.

Quando aprovado, o diploma não terá aplicação na Região Autónoma dos Açores, uma vez que na Região a matéria é objecto de legislação própria, designadamente do Decreto Legislativo Regional nº 10/2008/A, que aprovou o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores – PEGRA.

##### ***b) Na especialidade***

Na análise na especialidade, o PS apresentou a seguinte proposta de eliminação, a qual foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS/PP e a abstenção do Deputado do PCP:

*“ Artigo 26º  
Eliminado ”*

### **Capítulo IV**

#### **SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS**

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS-PP* e a *Representação Parlamentar do PCP* concluíram pela irrelevância da iniciativa face à existência de legislação regional aplicável, abstendo-se de tomar posição sobre a iniciativa.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

## **Capítulo V**

### **CONCLUSÕES E PARECER**

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela irrelevância da iniciativa face à existência de legislação regional aplicável, tendo deliberado, por unanimidade, abster-se de emitir parecer relativamente ao Projecto de Decreto-Lei n.º 250/2009 – Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos com a proposta de alteração aprovada em sede de apreciação na especialidade.

**Santa Cruz das Flores, 30 de Junho de 2009**

*Almeida Rodrigues*



o foi aprovado por unanimidade.



*Fernâni Jorge*

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI N.º 251/2009 – ASSEGURA A EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA SELVAGENS AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO (CITES), DO REGULAMENTO (CE) N.º 338/97 DO CONSELHO, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1996, RELATIVO À PROTECÇÃO DE ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA SELVAGENS ATRAVÉS DO CONTROLO DO SEU COMÉRCIO, E DO REGULAMENTO (CE) N.º 865/2006 DA COMISSÃO,**

**DE 4 DE MAIO DE 2006, REVOGANDO O DECRETO-LEI Nº 114/90, DE 5 DE ABRIL**

**Capítulo I**  
**INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 30 de Junho de 2009, na delegação das Flores da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Santa Cruz.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 251/2009 – Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (cites), do Regulamento (CE) nº 338/97 do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) nº 865/2006 da Comissão, de 4 de Maio de 2006, revogando o Decreto-Lei nº 114/90, de 5 de Abril.

O mencionado Projecto de Decreto-Lei, iniciativa do Governo da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 9 de Junho, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

**Capítulo II**  
**ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 299º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do nº 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-

Administrativo, o qual deverá ser emitido no prazo de 20 (vinte) dias – ou 10 (dez) dias, em caso de urgência – nos termos do disposto no artigo 118º do Estatuto Político-Administrativo.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a assuntos de ambiente é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

### **Capítulo III**

#### **APRECIÇÃO DA INICIATIVA**

##### ***c) Na generalidade***

A iniciativa legislativa em apreciação estabelece as medidas necessárias ao cumprimento e à aplicação, em território nacional, da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, também designada por Convenção de Washington ou Convenção CITES, do Regulamento (CE) nº 338/97 do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) nº 865/2006 da Comissão, de 4 de Maio de 2006, que estabelece as normas de execução do Regulamento (CE) nº 338/97 do Conselho.

##### ***b) Na especialidade***

Na análise na especialidade, o PS apresentou a seguinte proposta de alteração, a qual foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS/PP e a abstenção do Deputado do PCP:

*“ Artigo 35º*

*Regiões Autónomas*

*O produto das coimas aplicadas ao abrigo da presente lei pelos órgãos e serviços das administrações regionais autónomas dos Açores e da Madeira constitui receita própria da respectiva Região. ”*

## Capítulo IV

### SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* concorda com a iniciativa em apreciação, salvaguardada a proposta de alteração que apresentou.

Os *Grupos Parlamentares do PSD*, do *CDS-PP* e a *Representação Parlamentar do PCP* abstiveram-se de tomar posição sobre a iniciativa em apreciação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

## Capítulo V

### CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela pertinência da iniciativa, tendo deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS e as abstenções do PSD, do CDS/PP e do PCP, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Decreto-Lei n.º 251/2009 – Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (cites), do Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, de 4 de Maio de 2006, revogando o Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de Abril, com a proposta de alteração aprovada em sede de apreciação na especialidade.

**Santa Cruz das Flores, 30 de Junho de 2009**

A Relatora *Isabel Almeida Rodrigues*

 **ório foi aprovado por unanimidade.**

 **Fernâni Jorge**



## **Listagem da correspondência**

### **1 – Requerimentos**

**Assunto:** Taxa de infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) nos Açores.

**Autor:** José Cascalho (BE)

**Data de Entrada:** 09.07.07

**Referência:** 54.06.00 – N.º 116/IX;

**Assunto:** Combate às dependências nos Açores

**Autor:** José Cascalho (BE)

**Data de Entrada:** 09.07.07

**Referência:** 54.06.00 – N.º 117/IX;

**Assunto:** Distribuição dos micro-computadores portáteis "Magalhães" nos Açores.

**Autor:** José Cascalho (BE)

**Data de Entrada:** 09.07.07

**Referência:** 54.06.00 – N.º 117/IX.

### **2 –Diários:**

Estão presentes os Diários n.ºs 97,98 e 99 da VIII Legislatura.

---

## **Requerimento**

Os consumos de substâncias aditivas, lícitas e ilícitas, acarretam consequências não só, para quem consome, mas também para toda a sociedade.

As consequências sociais vão muito para além da delinquência e insegurança associadas, por vezes, de forma abusiva e preconceituosa, aos consumidores. As implicações são muito

mais profundas, assim como a origem de fenómenos que não são mais do que sintomas da disfuncionalidade das relações interpessoais dos indivíduos detentores de comportamentos aditivos e que influenciam, determinantemente, o conceito que o indivíduo tem de ‘si’.

Os programas de alto, médio e baixo limiar têm-se constituído como mecanismos ‘gradativos’ que têm em vista a recuperação biopsicosocial da pessoa toxicodependente. Assim, um programa de baixo limiar é uma primeira etapa que permitirá ao utente ter acesso a cuidados de saúde básicos, permitindo trabalhar a prevenção de doenças infecciosas, o que garante uma melhoria das condições de vida.

Num programa de baixo limiar é prioritário a redução dos danos para o indivíduo e para a sociedade. Por isso, o nível de exigência é reduzido, de quem coordena o programa relativamente a cada utente, dado tratarem-se de pessoas que, ainda, não decidiram se continuarão (ou não) a consumir. A prioridade é alertar o utente para a existência de alternativas, incentivando e contribuindo para a definição de projectos de vida. Principalmente, para os toxicodependentes com um longo historial de consumo destas substâncias.

Os programas de médio e alto limiar exigem dos utentes maior compromisso. Mais concretamente, nos consumos, em que a abstinência total passa a ser uma meta, assim como a exigência em frequentar, regularmente, consultas médicas de acompanhamento.

A administração de ‘metadona’ a consumidores compulsivos de opiáceos, enquanto terapia de substituição, é fundamental nos programas de alto, médio e baixo limiar. Não obstante, é também crucial que se disponibilizem serviços de apoio psico-social, para que se reabilitem as relações interpessoais e se promova um adequado conceito do ‘eu’. Pois, só assim, será possível trabalhar a integração sócio-profissional do indivíduo.

Na Região Autónoma dos Açores, a administração de opiáceos de substituição é efectuada, na ilha de S.Miguel, através de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), tendo sido anunciado, em Junho deste ano, a implementação de um posto móvel para administração de opiáceos de substituição em regime de baixo limiar.

Na ilha Terceira, a administração de opiáceos de substituição tem sido assegurada pelo Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito.

Por outro lado, há que considerar outros níveis de intervenção. Mais concretamente, a prevenção primária. Nesse sentido, o Decreto Legislativo Regional n.º 17/96/A prevê a implementação de campanhas de informação e sensibilização e serviço SOS (atendimento telefónico).

A educação, em contexto escolar e na comunidade, é um agente privilegiado na transmissão de informação e no respectivo ‘treino de competências’, que contribuam para um incremento da auto-estima e imagem dos adolescentes e jovens, facilitando a adopção de atitudes promotoras de comportamentos de saúde.

O Decreto Legislativo Regional n.º 7/2001/A instituiu as ‘Comissões para a dissuasão da toxicodependência’, com uma estrutura orgânica de funcionamento em três ilhas (S. Miguel, Terceira e Faial) com as respectivas competências territoriais.

O Governo Regional, aquando da redefinição da sua estrutura orgânica, criou sob a tutela da Secretaria Regional da Saúde, a Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, o que poderá ser entendido como um ‘sinal’ de comprometimento político para atenuar as consequências da toxicodependência através da prevenção centrada nas causas diagnosticadas.

Neste sentido e nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa., resposta às seguintes questões:

- 1- Quais são as competências da Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências?
- 2- Qual a situação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e que articulação têm ou terão com a Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências?
- 3- Que campanhas de prevenção primária estão previstas para 2009?
- 4- Que serviços de intervenção nas escolas e na comunidade, ao nível da prevenção primária, estão previstos?

- 5- Qual o plano de formação, para 2009, destinado a profissionais de saúde, educação e intervenção social, que trabalham nos vários níveis de prevenção e no combate às dependências?
- 6- Qual o programa de intervenção do Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito?
- 7- Que critérios foram considerados para a definição dos horários, no que concerne ao funcionamento de programas de substituição em baixo limiar de exigência?
- 8- Que formação possuem os responsáveis técnicos do Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito e do posto móvel, na ilha de S.Miguel, destinado à administração de opiáceos de substituição, em baixo limiar?
- 9- Qual a formação técnica dos profissionais que asseguram o serviço do Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito e do posto móvel, na ilha de S.Miguel, destinado à administração de opiáceos de substituição, em baixo limiar?
- 10- Como é feita, na Região, a avaliação e a fiscalização dos serviços que disponibilizam a administração de opiáceos de substituição?

**Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, José Cascalho**

---

### **Requerimento**

Os consumos de substâncias aditivas, lícitas e ilícitas, acarretam consequências não só, para quem consome, mas também para toda a sociedade.

As consequências sociais vão muito para além da delinquência e insegurança associadas, por vezes, de forma abusiva e preconceituosa, aos consumidores. As implicações são muito mais profundas, assim como a origem de fenómenos que não são mais do que sintomas da disfuncionalidade das relações interpessoais dos indivíduos detentores de comportamentos aditivos e que influenciam, determinantemente, o conceito que o indivíduo tem de ‘si’.

Os programas de alto, médio e baixo limiar têm-se constituído como mecanismos ‘gradativos’ que têm em vista a recuperação biopsicosocial da pessoa toxicodependente. Assim, um programa de baixo limiar é uma primeira etapa que permitirá ao utente ter acesso a cuidados de saúde básicos, permitindo trabalhar a prevenção de doenças infecciosas, o que garante uma melhoria das condições de vida.

Num programa de baixo limiar é prioritário a redução dos danos para o indivíduo e para a sociedade. Por isso, o nível de exigência é reduzido, de quem coordena o programa relativamente a cada utente, dado tratarem-se de pessoas que, ainda, não decidiram se continuarão (ou não) a consumir. A prioridade é alertar o utente para a existência de alternativas, incentivando e contribuindo para a definição de projectos de vida. Principalmente, para os toxicodependentes com um longo historial de consumo destas substâncias.

Os programas de médio e alto limiar exigem dos utentes maior compromisso. Mais concretamente, nos consumos, em que a abstinência total passa a ser uma meta, assim como a exigência em frequentar, regularmente, consultas médicas de acompanhamento.

A administração de ‘metadona’ a consumidores compulsivos de opiáceos, enquanto terapia de substituição, é fundamental nos programas de alto, médio e baixo limiar. Não obstante, é também crucial que se disponibilizem serviços de apoio psico-social, para que se reabilitem as relações interpessoais e se promova um adequado conceito do ‘eu’. Pois, só assim, será possível trabalhar a integração sócio-profissional do indivíduo.

Na Região Autónoma dos Açores, a administração de opiáceos de substituição é efectuada, na ilha de S.Miguel, através de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), tendo sido anunciado, em Junho deste ano, a implementação de um posto móvel para administração de opiáceos de substituição em regime de baixo limiar.

Na ilha Terceira, a administração de opiáceos de substituição tem sido assegurada pelo Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito.

Por outro lado, há que considerar outros níveis de intervenção. Mais concretamente, a prevenção primária. Nesse sentido, o Decreto Legislativo Regional n.º 17/96/A prevê a implementação de campanhas de informação e sensibilização e serviço SOS (atendimento telefónico).

A educação, em contexto escolar e na comunidade, é um agente privilegiado na transmissão de informação e no respectivo ‘treino de competências’, que contribuam para um incremento da auto-estima e imagem dos adolescentes e jovens, facilitando a adopção de atitudes promotoras de comportamentos de saúde.

O Decreto Legislativo Regional n.º 7/2001/A instituiu as ‘Comissões para a dissuasão da toxicodependência’, com uma estrutura orgânica de funcionamento em três ilhas (S. Miguel, Terceira e Faial) com as respectivas competências territoriais.

O Governo Regional, aquando da redefinição da sua estrutura orgânica, criou sob a tutela da Secretaria Regional da Saúde, a Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, o que poderá ser entendido como um ‘sinal’ de comprometimento político para atenuar as consequências da toxicodependência através da prevenção centrada nas causas diagnosticadas.

Neste sentido e nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa., resposta às seguintes questões:

- 11- Quais são as competências da Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências?
- 12- Qual a situação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e que articulação têm ou terão com a Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências?
- 13- Que campanhas de prevenção primária estão previstas para 2009?
- 14- Que serviços de intervenção nas escolas e na comunidade, ao nível da prevenção primária, estão previstos?

- 15- Qual o plano de formação, para 2009, destinado a profissionais de saúde, educação e intervenção social, que trabalham nos vários níveis de prevenção e no combate às dependências?
- 16- Qual o programa de intervenção do Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito?
- 17- Que critérios foram considerados para a definição dos horários, no que concerne ao funcionamento de programas de substituição em baixo limiar de exigência?
- 18- Que formação possuem os responsáveis técnicos do Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito e do posto móvel, na ilha de S.Miguel, destinado à administração de opiáceos de substituição, em baixo limiar?
- 19- Qual a formação técnica dos profissionais que asseguram o serviço do Centro de Adictologia do Hospital de Santo Espírito e do posto móvel, na ilha de S.Miguel, destinado à administração de opiáceos de substituição, em baixo limiar?
- 20- Como é feita, na Região, a avaliação e a fiscalização dos serviços que disponibilizam a administração de opiáceos de substituição?

**Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, José Cascalho**

---

### **Requerimento**

À semelhança do que tem vindo a acontecer, em Portugal Continental, o microcomputador portátil designado por ‘Magalhães’ tem vindo a ser distribuído na Região Autónoma dos Açores, nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico.

Um processo que, em princípio, e conforme o anunciado publicamente, iniciou-se com a formação de professore(a)s sobre a utilização desta ‘ferramenta tecnológica’.

Os «professores titulares» são também os responsáveis pelas inscrições do(a)s aluno(a)s no programa, de forma a garantir, segundo a Secretário Regional da Educação e Formação, a democraticidade e a desburocratização do processo.

Um dos principais objectivos finais do programa ‘e.Escolinha’ é garantir que cada aluno(a), do 1.º ciclo, tenha acesso a um micro-computador portátil ‘Magalhães’, para que, segundo a Secretária Regional da Educação e Formação, este constitua um recurso “para a modernização do ensino e para a construção de um mundo inclusivo e mais próximo de cada aluno/descobridor”.

Contudo, à semelhança do que tem vindo a acontecer em Portugal Continental, o processo de distribuição do micro-computador portátil ‘Magalhães’, tem tido alguns ‘impasses’, os quais parecem dever-se a defeitos de planeamento, dado o descuido na garantia de resolução de problemas simples, os quais ocorrem em qualquer tipo de distribuição universal de recursos, e que, por isso, deveriam ter sido acautelados através de uma distribuição devidamente planeada.

Neste sentido e nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V. Exa., resposta às seguintes questões:

**No âmbito da distribuição e apoio técnico dos micro-computadores portáteis ‘Magalhães’:**

-Considerando que o apoio técnico telefónico do consórcio de empresas (JP Sá Couto e Prológica), responsáveis pela montagem do micro-computador portátil em causa, não prevê qualquer tipo de assistência técnica para a Região Autónoma dos Açores e que segundo a Secretaria Regional de Educação e Formação, o apoio técnico aos micro-computadores portáteis ‘Magalhães’ é assegurado em todas as ilhas, por técnicos, havendo, em quatro ilhas, lojas às quais os clientes se poderão deslocar, mais concretamente, nas ilhas de S.Miguel, Terceira, Faial e Pico. Como poderão os interessados contactar os técnicos ou estas lojas?

-A linha de apoio técnico ao micro-computador portátil ‘Magalhães’ (707101480) não tem funcionado como tal, havendo progenitores e encarregados de educação que procuram apoio técnico considerado simples e que são, constantemente, remetidos para outras soluções de apoio que são totalmente ineficazes. Por exemplo, quando a linha de apoio técnico é confrontada com dúvidas relativamente à configuração do programa de controlo parental, a resposta é remetida para um Manual do ‘software’, o qual, supostamente, deveria acompanhar o equipamento, mas que na realidade tal não se tem verificado. Como poderão, os progenitores, encarregados de educação e professores, ter acesso a esses Manuais de ‘software’?

-Verificaram-se casos, em algumas turmas, em que uma parte significativa do(a)s aluno(a)s não receberam o micro-computador portátil ‘Magalhães’, por alegada falta de pagamento, pois os progenitores e encarregados de educação nunca receberam a referência multibanco que lhes permitissem proceder ao pagamento do equipamento. Apesar, de terem dado um número de telemóvel válido. Porquê este desfasamento, responsável pela criação de situações de desigualdade de acesso ao equipamento?

-Havendo aluno(a)s que já tiveram acesso a este ‘micro-computador’ e outros não. Que critérios foram adoptados para que se fizesse essa ‘selecção’?

-Porque se optou por distribuir os micro-computadores portáteis ‘Magalhães’, no final do ano lectivo? Porque não se optou por o fazer no início do ano lectivo?

-Que utilidade terá o micro-computador ‘Magalhães’, que é a ‘materialização’ do programa e-Escolinhas, aplicável somente ao 1.º ciclo do ensino básico, para o(a)s aluno(a)s que o receberam e que estarão a frequentar o 2.º ciclo do ensino básico, no próximo ano lectivo?

#### **No âmbito da formação relativa à utilização do micro-computador ‘Magalhães’:**

-Que formação, no âmbito da utilização do micro-computador em causa, foi dada aos aluno(a)s?

-O(A)s professore(a)s contratado(a)s já receberam formação sobre a utilização do micro-computador portátil ‘Magalhães’? Se não foi o caso, porque foram preterido(a)s?

#### **No âmbito da garantia oferecida aos compradores do micro-computador portátil ‘Magalhães’:**

-Qual a extensão e responsável pela garantia do micro-computador portátil ‘Magalhães’?

-Em caso de insatisfação do(a) cliente, o micro-computador portátil 'Magalhães' poderá ser devolvido? Verificando-se tal possibilidade, a quem deverá ser devolvido e como será o(a) cliente ressarcido(a)?

**Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, José Cascalho**

—

*A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco*